

ARQUIVO UNIVERSITÁRIO: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA QUESTÃO. PANORAMA DA SITUAÇÃO NO BRASIL

MAREZA BOTTINO

**Prof^a da Universidade Federal Fluminense - UFF
e Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do CNPq, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação

Orientadores:

Prof^a Rosali Fernandez de Souza, PhD
Pesquisadora Titular, CNPq/IBICT

Prof^{or}. José Pedro Espóset
Livre Docente em Arquivologia

Rio de Janeiro
1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Orientadores: Prof^ª. Rosali Fernandez de Souza
Prof^{or}. José Pedro Esposel

Banca Examinadora:

Rosali Fernandez de Souza, PhD

José Pedro Esposel
Livre Docente em Arquivologia

Nice Menezes de Figueiredo, PhD

Rosa Maria Niederawer Tavares Cavalcante, PhD

Suplente:

Aldo de Albuquerque Barreto, PhD

Conceito:

Data de apresentação: 23 de novembro de 1994

Rio de Janeiro

1994

À meu pai (in memoriam) que com
sua luz iluminou o meu caminho.

À Lida, minha mãe.

À Thaís, minha filha.

Ao Prof. José Pedro Esposel,
incentivador da Arquivologia no
Brasil, a minha homenagem.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Prof^a Rosali Fernandez de Souza e Prof^{or}. José Pedro Esposel, mestres e amigos, pela segurança, dedicação e carinho. O meu muito obrigada.

A todos que colaboraram e me apoiaram

SUMÁRIO

	p.
RESUMO	07
1 INTRODUÇÃO	08
2 OBJETIVOS	13
3 METODOLOGIA	14
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	20
4.1 A UNIVERSIDADE	20
4.2 ARQUIVO E ARQUIVOLOGIA	29
5 ARQUIVO UNIVERSITÁRIO	44
5.1 HISTÓRICO	44
5.2 CONCEITO	62
5.3 MISSÃO	68
5.4 FUNÇÕES	75
5.4.1 Administrativa	76
5.4.2 Pedagógica	79
5.4.3 Cultural	87
5.5 IMPORTÂNCIA E RAZÃO DA EXISTÊNCIA	88
5.6 ETAPAS DE SISTEMATIZAÇÃO	91
5.7 IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES EMPREENDIDAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO	96
5.7.1 Atividades de natureza política	97
5.7.1.1 Identificação da missão do arquivo universitário	97
5.7.1.2 Justificativa da existência do arquivo	98
5.7.1.3 Apoio da administração superior	99
5.7.1.4 Incentivar o uso do arquivo universitário	100
5.7.2 Atividades de natureza técnica	101
5.7.2.1 Avaliação de documentos com elaboração de tabela de temporalidade	101
5.7.2.2 Caracterização do acervo	108
5.7.2.3 Aquisição de acervos	111
5.7.2.4 Programa de gestão de documentos	114
5.7.2.5 Processamento do acervo	121
5.7.2.6 Conservação e preservação	122
5.7.3 Atividades de gerenciamento	123
5.7.3.1 Equipamentos e instalações	124
5.7.3.2 Recursos financeiros e humanos	124
5.7.4 Produtos e serviços	127
5.7.4.1 Apoio à administração	128
5.7.4.2 Apoio ao ensino e pesquisa	130
5.7.4.3 Apoio à comunidade	134

5.7.4.4 Serviço de referência	136
5.7.4.5 Consultoria	136
5.7.4.6 Tecnologias avançadas	137
5.7.4.7 Promoção cultural	141
6 ARQUIVO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL	147
6.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A TRILOGIA UNIVERSIDADE ARQUIVOLOGIA-ARQUIVO UNIVERSITÁRIO	148
6.2 SITUAÇÃO ATUAL	162
6.3 BREVES NOTAS SOBRE OS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS DE DOZE UNIVERSIDADES INTEGRANTES DO GRUPO DE ESTUDOS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS (GEAU)	168
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
8 BIBLIOGRAFIA	192
ANEXOS	201

ROTTINO, Mariza. **Arquivos Universitários: considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil.** Orientador: Rosali Fernandez de Souza e José Pedro Esposel. Rio de Janeiro, 1994. Diss. (Mestrado em Ciências da Informação). Escola de Comunicação, Departamento de Ensino e Pesquisa - IBICT/CNPq. 203p.

RESUMO

O presente trabalho possui duas partes principais. A primeira considera o Arquivo Universitário no contexto Universidade-Arquivo-Arquivologia. Apresenta o Arquivo Universitário em termos de história, conceito, função, missão, objetivos e aspectos relacionados ao seu desempenho, exclusivamente com base na literatura publicada. A segunda parte se refere ao desenvolvimento do tema no Brasil apresentando dados sobre as instituições que integram o Grupo de Estudos de Arquivos Universitários, obtidos em base de questionários, entrevistas e visitas. Considerações finais são feitas onde é sugerido um alerta para se pensar o Arquivo Universitário como parte integrante do Sistema de Informação da Universidade.

ABSTRACT

The present work comprises two main parts. The first one considers the University Archives in the context of University-Archives-Science of Archives. It presents historical background, concept, mission, function and objectives as well as other aspects related to its performance, exclusively based on literature published on the subject. The second part refers to the development of the subject in Brazil presenting data on institution which pertain to the Study Group on Universities Archives, obtained from interviews, questionnaires and visits. Final considerations are done and it is suggested an alert towards thinking the University Archive integrated to the Information System of the University.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um saber arquivístico para os arquivos de estabelecimento de ensino, mais precisamente de nível superior e particularmente em universidades, é muito incipiente no Brasil. Os arquivos universitários, no entanto constituem um objeto de estudo da maior relevância pois, para que as universidades atinjam a modernidade precisam estar providas de sistema de informação adequado ao seu contexto.

O ponto de partida para a organização do arquivo universitário, deve ser o entendimento do contexto nos quais os documentos foram criados. O estudo das funções desempenhadas pela universidade levam ao conhecimento não só da instituição como também do acervo acumulado com todos os problemas advindos dessa acumulação. A partir daí ter-se-á condições de estabelecer metas e, "a análise institucional funcional, por conseguinte, é o primeiro e apropriado passo para todos os arquivistas de instituições" (Samuels, 1992, p. 1).

A universidade tendo por objetivo a produção, acumulação e disseminação do conhecimento compete atuar como um agente transformador da sociedade subordinando seus interesses ao do bem público pois, "ao percebermos a Universidade como a responsável pela geração, organização e difusão do conhecimento percebemos imediatamente sua essência como instituição pública" (Leite, 1989, p. 85).

Suas metas nortear-se-ão por princípios de qualidade, universalidade e eficiência. O alcance desses objetivos dar-se-á através do trabalho participativo, estreitando a relação universidade-sociedade para que cumpra sua missão e se faça presente na construção do conhecimento, promoção do bem-estar social, elevação do nível cultural do povo e o conseqüente desenvolvimento social da comunidade.

As universidades cabem, "mais que habilitar universitários para atuar como profissionais no mercado de trabalho (...) formá-los para influir sobre a realidade onde vão atuar, numa perspectiva de mudança" como observa Favero, (apud Georgen, 1979, p. 53). Assumindo uma posição crítica diante da realidade enquanto fórum de cultura e saber, criando condições e desenvolvendo massa crítica da realidade, uma consciência inovadora com vistas a transformá-la para melhor não sendo reprodutora e mantenedora da situação vigente.

À universidade cabe extrapolar sua missão que são ensino-pesquisa-extensão alçando vôos condoreiros a fim de elevar e dignificar o homem em toda sua atuação. Para tal precisa mergulhar em sua realidade sócio-econômico-cultural, para os anseios de sua comunidade, os do próprio país, tornando-se uma agente de transformações.

Nos países periféricos principalmente, devem ser preservadas as raízes históricas e culturais, onde estudos e pesquisas devem convergir para questões internas tornando a

universidade um laboratório de produção científica, tecnológica artística e cultural visando a conquista de sua própria identidade e conduzindo o país ao desenvolvimento e obtenção de sua soberania.

Numa analogia ao espírito renascentista diríamos que hoje é necessário um homem eficiente e livre, com uma formação mais globalizante fazendo da cultura e do humanismo um reforço em sua atuação. A universidade deve preservar e realimentar a reflexão, investigação, o valor da inteligência, aguçar o espírito de curiosidade, a vontade de saber mais, de aprender melhor, tudo isso subsidiado, evidentemente, por recursos pedagógicos e tecnológicos existentes em nosso tempo e permeado pelos sentimentos de democracia, liberdade, esperança, de perseverança fazendo com que se prossiga mesmo diante das dificuldades.

Considerando que os acervos existentes nos arquivos das universidades atuam como suporte das ações administrativas e acadêmicas e o rápido acesso às informações é primordial para o desenvolvimento das atividades da instituição, torna-se imprescindível uma política de tratamento e acesso aos documentos para que os arquivos possam contribuir efetivamente na consecução dos objetivos institucionais.

A relevância do tema está explícita no fato dos arquivos universitários enquanto mantenedores de fontes de informação constituírem objeto de preocupação de instituições de nível superior à nível internacional, há algumas décadas, e, à nível

nacional mais recentemente com algumas iniciativas. Pelas razões expostas, entendemos que os arquivos universitários constituem objeto relevante de estudo pertinente à realidade em que vivemos.

A proposta do presente trabalho parte de algumas considerações em torno da contextualização dos arquivos universitários, ou seja, a universidade, conhecendo-se suas origens históricas, conceito, missão e funções. A seguir ressaltaremos conceito e funções dos arquivos bem como os princípios teóricos da Arquivologia nos quais se sustentam os arquivos universitários.

Posteriormente partiremos para o levantamento dos aspectos considerados importantes relativos aos arquivos universitários ou seja, como o tema está sendo pensado, as iniciativas adotadas, enfim, pontos relevantes, à luz dos quais analisaremos o tema.

Cabe ressaltar a grande ênfase dada aos arquivos universitários da América do Norte - Estados Unidos e Canadá, países onde a questão já vem sendo objeto de preocupação há algumas décadas e por já terem alcançado um desenvolvimento. E América Latina sobretudo o Peru que apresenta um progresso na área.

Conhecida a situação internacional vamos verticalizar a atenção para a realidade brasileira, resgatando as iniciativas pioneiras no âmbito dos arquivos universitários com a

apresentação dos dados obtidos, buscando um elo nas raízes históricas da universidade e Arquivologia no Brasil.

Finalmente, relatar o estágio atual em que se encontram partindo para as considerações finais com a apresentação de algumas sugestões.

Através do levantamento de aspectos importantes da questão acreditamos poder contribuir para o processo de conscientização da importância dos arquivos universitários com vistas a transformá-los num centro referencial do saber produzido e acumulado na universidade. E também, abrir um leque de discussões em prol do desenvolvimento de estratégias e metodologias a eles concernentes com a introdução de novas abordagens na condução da política arquivística universitária.

2 OBJETIVOS

- Levantar considerações em torno dos arquivos universitários sistematizando os elementos importantes da questão.
- Conhecer a situação dos arquivos universitários no Brasil.

Estratégico:

Contribuir para a conscientização da importância e necessidade dos arquivos universitários criando uma "mentalidade arquivística" por parte das universidades brasileiras.

3 METODOLOGIA

A primeira parte do trabalho, ou seja, o conhecimento da abrangência do tema levantando considerações em torno dos arquivos universitários foi efetuada com ênfase na **revisão da literatura** nacional e internacional. Esta opção foi feita por se acreditar que através do estudo aprofundado da literatura com o relato de experiências e discussão de teorias poder-se-ia levantar e sistematizar os aspectos considerados importantes sobre o tema arquivo universitário.

Desse levantamento foram feitas algumas observações que ajudam a compor um panorama geral pertinente a literatura arquivística especializada em arquivo universitário servindo sobretudo de esclarecimento para aqueles que pretendem se lançar num estudo sobre o tema.

Em pesquisa efetuada junto à obras de referência e base de dados como: Boletín de Información (período de 1981-1991), publicação do Centro de Información Documental de Archivos de Madri; Boletim de Informação Bibliográfica em Arquivologia (BIBA), período de 1987-1992, publicado pelo Arquivo Nacional; Base de Dados LISA, período de 1969-1991; Base de Dados ACERVO e ARCHIB. 91, do Centre Canadien d'Information et de Documentation en Archivistique, levantou-se algumas questões.

Os dados conseguidos mostram que a literatura internacional é bastante significativa apresentado um número consideravelmente

elevado de títulos em oposição à produção literária nacional que é muito reduzida, justificando assim sua pouca utilização. Os anos em que mais floresceram publicações foram os de 1986, 1989 e 1992, provenientes em sua maioria do Canadá, Estados Unidos, Inglaterra e Peru. Há também que se ressaltar as dificuldades de se conseguir esse material junto às nossas bibliotecas levando a que se buscasse no exterior o material necessário para a execução do presente trabalho.

Outro recurso utilizado para obtenção de dados foi o envio de **correspondência** para profissionais da área, responsáveis por arquivos universitários bem como entidades que congregam profissionais que atuam em arquivos de universidades.

Foram enviadas correspondências (anexo 1) aos arquivos universitários: do Peru, pelo fato de possuírem uma Comissão de Arquivos Universitários (CAU) atuante e preocupada em intercâmbiar experiências e organizarem as Reuniões de Arquivos Universitários (RAU); Costa Rica, devido a tese que estava se desenvolvendo sobre o tema arquivo universitário; Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, Nigéria, Bélgica e Austrália, por ter representantes que são membros da Seção de Arquivos Universitários do Conselho Internacional de Arquivos; à Associação dos Arquivistas Americanos por ter uma Seção de Arquivo Universitário.

No que se refere à segunda parte do trabalho, ou seja, o panorama da situação no Brasil, primeiramente, procedemos a delimitação do universo da pesquisa.

Diante da elevada quantidade de universidades no Brasil, em número de noventa, nosso universo limitou-se àquelas que integram o Grupo de Estudos de Arquivos Universitários (GEAU) relacionadas no Boletim do GEAU, n.1, out. 1992, em número de dezesseis e abaixo relacionadas:

- 1 - Universidade Estadual Paulista
- 2 - Universidade Estadual de Campinas
- 3 - Universidade Federal Fluminense
- 4 - Universidade Federal do Pará
- 5 - Universidade Federal de Rondônia
- 6 - Universidade Federal de Santa Maria
- 7 - Universidade de Brasília
- 8 - Universidade Estadual de Londrina
- 9 - Universidade do Rio de Janeiro
- 10 - Universidade do Estado da Bahia
- 11 - Universidade de São Paulo
- 12 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- 13 - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- 14 - Universidade de Alfenas
- 15 - Universidade Federal de Juiz de Fora
- 16 - Universidade Federal de Santa Catarina

O universo de estudo contemplou quatorze universidades públicas e duas particulares, sendo que, dentre essas, nove são federais, cinco estaduais e duas particulares, possibilitando o estudo de instituições de duas naturezas administrativas distintas: públicas e privadas. Pelo fato de pertencerem a dois universos diferentes, o acervo arquivístico custodiado tem peculiaridades próprias à cada natureza administrativa e a condução da política universitária apresenta especificidades que refletir-se-ão em todo o sistema informacional da instituição.

Posteriormente, partimos para a **revisão da literatura**. Haja visto a quantidade reduzida de literatura nacional existente foram utilizados outros meios com a finalidade de complementar e enriquecer a coleta de dados.

Assim foram encaminhadas **correspondências** ao arquivo das universidades selecionadas, afim de se conhecer as atividades desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Visando suprir as lacunas decorrentes de escassez de literatura nacional específica e sobretudo por considerarmos importante ouvir em que as pessoas, a partir de suas experiências, poderiam contribuir, utilizamos como outro recurso, as **entrevistas**. Os entrevistados foram:

1 - Ataliba Teixeira de Castilho, Coordenador do Sistema de Arquivo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) uma das

pioneiras em implantar e institucionalizar seu Sistema de Arquivo;

2 - Guilherme Figueiredo, acadêmico voltado para a cultura e, que durante sua gestão como Reitor da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), grande ênfase foi dada à questão da informação;

3 - Heloisa Liberalli Bellotto, responsável por muito tempo pelo arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo (USP), docente de Arquivologia, Coordenadora do Curso de Especialização em Arquivo na Universidade de São Paulo (USP), implantou e coordenou o Curso de Graduação em Arquivologia na Universidade de Brasília (UNB);

4 - José Pedro Esposel, idealizador da implantação do Sistema de Arquivo da Universidade Federal Fluminense (UFF), docente responsável pela criação de Cursos de Arquivologia com grande atuação nos rumos e desenvolvimento da Arquivologia no Brasil;

5 - José Raimundo Martins Romêo, Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), em cuja gestão foi viabilizada a criação do arquivo, e membro do Conselho Internacional de Universidade (AIU);

6 - Por questão de oportunidade também entrevistamos Maria Luiza Conde, Diretora do Arquivo de Alcalá-Henares (Espanha).

Foram, também, efetuadas **visitas** em arquivos universitários, localizados nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói por questão de proximidade. Visitamos então o da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o da Universidade Federal Fluminense (UFF). Na ocasião foi utilizado como recurso a observação assistemática do funcionamento do sistema de arquivo. Pois, se adapta a nossa proposta que visa detectar as atividades desenvolvidas, sem contudo proceder a uma análise exaustiva das rotinas e etapas dos trabalhos.

E, finalmente, ida a **Congresso e Reunião**. Foi da maior relevância a participação no II Seminário Nacional de Arquivos Universitários, realizado durante o 9º Congresso Brasileiro de Arquivologia (Santa Maria, 18 a 22 de outubro de 1992) e VI Reunión de Archivos Universitários (Lima, 19-20 de maio de 1994), possibilitando o contato com vários colegas da área que atuam nos arquivos universitários.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Para uma discussão sobre arquivo universitário faz-se necessário tecer algumas considerações preliminares em torno do contexto no qual essa categoria especializada de arquivo está inserida, ou seja, a universidade. Conhecer o que ela é e o que faz é condição indispensável para se tratar a questão do arquivo universitário pois o acervo produzido, recebido e acumulado em seus arquivos resulta das funções e atividades desempenhadas pela instituição.

Da mesma forma que o entendimento do ambiente é fundamental precisamos conhecer os princípios teóricos da Arquivologia, pois são neles que se sedimentam os arquivos universitários.

4.1 A UNIVERSIDADE

A universidade hoje fundamenta-se em alguns princípios como: a) a universalidade de campo, que diz respeito a abrangência de atividades nas mais variadas áreas do saber e do agir; b) ensino, pesquisa e extensão indissociáveis e norteadores de suas atividades; c) autonomia didática, científica, administrativa e financeira.

Surgida na Europa a partir do século XI quando professores e alunos se agrupam em corporações legais, as universidades "foram produto do instinto de associação que se esprai como uma

grande onde sobre as cidades da Europa, no decorrer dos séculos XI e XII" (Rashdall *apud* Minoque, 1981, p. 16). Portanto, a origem das universidades é de natureza associativa. Essas corporações consolidadas no século XIII denominavam-se "Universitas" (saber total, universal). A universidade era revestida de prestígio e poder a ponto de "escritores medievais colocarem, lado a lado, como forças coordenadas da sociedade da época, os poderes da universidade, da Igreja, e do Estado" (Minoque, 1981, p. 17).

A universidade vai se cristalizando, abraçando as novas camadas sociais emergentes do processo de transformação da vida intelectual, urbana e comercial, passando a desempenhar um papel de formadora de novos quadros de profissionais e, atuando como um "locus" de reflexão e questionamentos. Esse ritmo de crescimento se dá até o século XVI quando por conta da centralização do poder, certos limites e freios lhe são impostos.

No período que vai do século XVI ao XVII, as universidades vão firmando suas funções voltadas até então para o ensino e reflexão. As necessidades e demandas da sociedade não eram, até esse momento, objeto de interesse da universidade. Em contrapartida, a partir do século XVII a universidade assume uma nova feição, a de provedora de "idéias técnicas estimulantes para o restante da sociedade" (Minoque, 1981, p. 23).

Apesar das raízes da universidade datarem da Idade Média, somente a partir do século XVIII é que se começou a pensar a

universidade no seu aspecto conceitual. Romero (1989) apresenta cinco concepções de universidade, quais sejam:

1. Universidade como ambiente de educação:

Neste conceito jaz a idéia de que a universidade é um lugar de ensino e difusão do saber universal e tem como funções primordiais "a prioridade ao ensino sobre a investigação, prover uma educação universal e liberal e dar uma formação sobretudo intelectual, sem a preocupação de ser profissionalizante" (Romero, 1989, p. 13).

2. Universidade com comunidade de investigadores:

Baseada na idéia de que a humanidade aspira constantemente a busca da verdade, essa concepção de universidade prioriza a ciência e a investigação científica. À universidade, enquanto polo catalisador de discussões em torno das ciências, cabe articular a integração entre os pesquisadores propiciando o desenvolvimento da investigação científica, vinculando, pois, o ensino à pesquisa, onde "a unidade de investigação e do ensino é igualmente importante para os investigadores (professores) e para a instituição pois só assim se pode assegurar a transmissão de conhecimentos e a atitude científica, decisivos para o progresso da ciência e portanto para a pesquisa da verdade" (Romero, 1989, p. 15-16).

3. Universidade como centro de progresso:

Essa concepção de universidade tem como ponto de partida a idéia de que a sociedade busca fundamentalmente o "progresso". Inserida nesse contexto a universidade tem por missão, fomentar o progresso. A promoção e busca do progresso desenvolvidos na instituição de ensino superior não são necessariamente o mesmo ideal de progresso advindo dos objetivos políticos do Estado, daí a necessidade de autonomia da universidade para que ela possa contribuir efetivamente para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Tanto a cultura quanto a ciência devem visar o progresso rejeitando "a idéia de educação e investigação como exercício de inteligência no vazio, tanto para o estudante como para o professor" (Whitehead *apud* Romero, 1989, p. 17). Constitui-se condição "sine qua non" de que na universidade a criatividade deve permear todas suas ações, incentivo a reflexão inovadora, a transmissão de conhecimentos e a investigação criativa, evidenciando-se a indissociabilidade das atividades fins de pesquisa e ensino.

4. Universidade como molde:

À educação é dado um grau de relevância enquanto instrumento do poder atribuindo à universidade a função de moldar as gerações sob a égide dos ideais políticos vigentes, sendo pois a instrução ministrada sob a supervisão do Estado ou pelo Estado (Romero, 1989, p. 19). Caracteriza esse tipo de universidade, a posse de um modelo ideológico, um corpo docente dependente a esse

modelo e disciplinado, com ênfase na orientação profissional do ensino bem como a manutenção de faculdades isoladas levando à dispersão dos domínios do saber.

5. Universidade como fator de produção:

Baseado no modelo de ensino superior soviético, que apesar de ter preocupações relativas ao ensino, pesquisa e progresso convergentes com os outros modelos apresentados, sua finalidade era a construção da sociedade comunista com objetivos ideológicos, políticos e sociais bem definidos. O ensino depende do poder político central; pesquisa e formação dos discentes são planificadas; existe uma relação estreita entre a universidade e a vida prática; democratização do ensino em decorrência do recrutamento de estudantes de todas as classes sociais bem como o ensino gratuito.

O século XIX constitui um marco histórico cotejando um novo modelo de universidade a partir da reformulação da Universidade de Berlim, com Humbolt, cuja finalidade era de transmitir, manifestada na função ensino; criar conhecimentos, que vem a ser a pesquisa, e participar na elaboração cultural. A partir das pesquisas ela poderia interferir na evolução e transformação da sociedade onde está inserida. Configura-se, assim, a caracterização da nova universidade do século XX. A universidade evolui de um modelo elitista e purista acessível somente para alguns privilegiados da classe dominante para a criatividade, descoberta de novos conhecimentos e a pesquisa.

No século XX, com uma nova feição cujas bases foram estabelecidas no século XIX, a universidade não procura a resposta ou respostas exatas, mas a dúvida que leva a investigação, as incertezas que fazem parte da modernidade. A concepção moderna de universidade mostra que esta instituição social, local do saber, da cultura, da ciência deve ser participativa e atuante em meios aos antagonismos, conflitos e buscando sempre o esclarecimento e integrando-se à realidade.

A universidade, enquanto instituição de ensino tem uma missão clara desenvolvendo uma série de atividades e funções. Tomando por base a tese de Samuels (1992) que defende a organização e planejamento do arquivo universitário partindo da "análise institucional funcional", comungamos com a opinião de que um conhecimento mais pontual sobre as funções e atividades da universidade subsidiarão não só a compreensão da documentação existente como também possibilitarão a identificação dos documentos produzidos e tantos outros que deveriam sê-los para que não permaneçam lacunas no processo informacional da instituição.

Bellotto (1989, p. 18), ao dissertar sobre a compreensão do que é universidade enumera as quatro funções primordiais das instituições de ensino superior que são: "a universidade-ensino, a universidade-pesquisa, a universidade-divulgação, a universidade-serviços".

A primeira, ou seja, o "ensino" formando para o mercado de trabalho profissionais com qualificação, capacidade de atuação em seus campos de saber na sociedade, e competência para promover transformações nessa sociedade. É preciso, portanto, que o ensino seja engajado e comprometido com a realidade social onde ele está inserido. Deve-se transpor a barreira de pura transmissão de teorias para o questionamento reflexivo. A universidade visa a qualidade e a excelência, e um ensino de qualidade cabe envolver seus egressos com "instrumental teórico e metodológico para saber lidar com as técnicas e os conteúdos aprendidos, mesmo quando se apresentam de forma e dimensão inesperadas" de acordo com Bellotto (1992, p. 18).

A função "pesquisa" desenvolvida na universidade possibilita a reciclagem do ensino, melhorando e adaptando-o às novas realidades sociais como também a ampliação do saber. A pesquisa deve ser encaminhada de forma interdisciplinar estabelecendo-se interfaces com os vários campos do conhecimento, e, associativa, numa "ação conjunta com a pesquisa feita extra-muros acadêmicos" (Bellotto, 1989, p. 19).

As funções "divulgação" e "serviços" dizem respeito a transmissão e divulgação do conhecimento junto à comunidade tanto interna quanto externa, bem como a prestação de serviços por ela desenvolvidos. Essas funções estão sintetizadas na imprensa universitária, no atendimento médico, assistência psicológica, serviço social, nas assessorias nas áreas das ciências aplicadas, entre outras.

Samuels (1992, p. 20), diferentemente de Bellotto (1989)⁶, entende que "ensino, pesquisa e serviços à comunidade" constituem "missão" e não "função" divergindo quanto a terminologia. Em nosso trabalho optamos pelo termo "missão" adotado pela autora norte-americana, e, designando "função" a todo conjunto de atividades inerentes às missões.

Cada missão - ensino, pesquisa e serviços à comunidade, também denominada extensão - engloba uma multiplicidade de atividades representadas por várias facetas que se constituem nas funções que as universidades desempenham merecendo ser analisadas, questionadas e entendidas, e cuja identificação é fundamental. Isto possibilita conhecer a instituição em seu conjunto bem como os documentos gerados e acumulados nesse âmbito que se constituem no objeto do arquivo universitário.

A missão **ensino** é composta das seguintes funções:

Certificação que simboliza o ato formal do encontro da comunidade acadêmica com a sociedade, quando a universidade devolve o profissional à comunidade. A chegada a esse patamar compreende uma série de atividades representadas pelo sistema de ingresso do estudante, com recrutamento, processo seletivo com a discussão da forma e dos instrumentos adequados para seleção, o perfil do estudante, o número ideal de alunos; a diplomação na formatura, a admissão e matrícula.

Dentro da gestão acadêmica a matrícula é um momento importante pois é quando o aluno compõe seu quadro de disciplinas ordenado de forma racional possibilitando um melhor rendimento. Outra atividade é a orientação acadêmica quanto às disciplinas, carreira profissional e integralização curricular. Essa última, embora de aparência cartorial constitui etapa importante pois é o momento onde se verifica o cumprimento do currículo.

Transmitir conhecimento. A educação é composta do processo de ensino e aprendizagem com a formulação de currículos adequados constituindo-se numa faceta da transmissão do conhecimento. A definição e administração dos currículos implica na elaboração do perfil do profissional que se quer formar em consonância com as demandas do mercado; análise crítica de sua composição, de seus conteúdos, atualização constante com vistas a um padrão de significância clara e eficaz objetivando a formação do futuro profissional. Inclui-se aí o processo de avaliação não só do trabalho acadêmico como do ensino-aprendizagem como um todo.

Fomentar a socialização. A interação entre os grupos e o processo de socialização é estimulado através das atividades extracurriculares, propiciando o desenvolvimento social, cultural e físico do estudante.

Promover cultura. As universidades devem ter como meta a preservação e promoção da cultura para a sociedade com a formação de pessoas capazes de se lançar em pesquisa e disseminar

conhecimento. Esta se dá através da operacionalização de museus, bibliotecas e arquivos.

A segunda missão da universidade engloba o **desenvolvimento de pesquisa**. Visando novos conhecimentos e a fim de atender uma sociedade ciosa de outras descobertas as universidades, a partir de meados do século XIX, se lançam nas pesquisas contribuindo para a promoção e divulgação da instituição.

Integrando a missão **extensão** temos os **serviços à comunidade**, quando os alunos terão a oportunidade de estender os conhecimentos teóricos conjugando-os com a prática.

Permeando as três missões da universidade temos a base de sustentação sintetizada na função de **gerenciamento institucional** que engloba a administração, gestão de orçamento, pessoal, instalações físicas, enfim, tudo que vai assegurar a continuidade da instituição.

4.2 ARQUIVO E ARQUIVOLOGIA

O arquivo universitário, ramo especializado da Arquivologia possui especificidades de missão, atividades, acervo, enfim, uma série de peculiaridades que o caracteriza, porém integra o contexto da Arquivologia, onde vai buscar os princípios teóricos e a base conceitual.

Tomando como referência o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (1990, p. 16-17) obra brasileira que contribui para a elaboração de uma terminologia arquivística em nosso idioma, arquivo é definido como "conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas e conservados em decorrência de seu valor".

O documento, "registro da aplicação de um código sobre um material-suporte" (Inojosa, 1981, p. 5) em toda sua amplitude vai se constituir num dos meios utilizados para o processo de comunicação. O que vai caracterizar o documento de arquivo, no entanto, é a razão pela qual ele foi criado e o uso que dele vai ser feito. Para o alcance dos objetivos as instituições operam com informações, tanto as necessárias para manutenção de sua estrutura interna quanto as que propiciam sua integração com o meio ambiente. Poderíamos mesmo afirmar que a qualidade de informação disponível ao usuário determina o estágio de desenvolvimento do grupo, da instituição ou comunidade.

Podemos identificar no conceito de arquivo os seguintes elementos:

1. os arquivos são constituídos de documentos qualquer que seja o gênero ou a espécie;
2. são procedentes tanto de pessoas físicas quanto jurídicas;

3. as instituições de origem podem ser de qualquer natureza, sejam as públicas ou as privadas;
4. apresenta a idéia de acumulação orgânica decorrente das atividades;
5. finalidade da guarda e conservação em decorrência do valor do documento;
6. a noção de conjuntos documentais.

O surgimento dos arquivos desde a mais remota Antigüidade ocorre quando os homens começam registrar os atos e informações necessárias à sua vida social, política e econômica, para atender suas demandas pessoais enquanto instrumento de prova ou direito, administrativos para exercício de suas funções, para transmitir às gerações os conhecimentos etc.

Reportando-nos às origens históricas dos arquivos, temos, por volta do século IV A.C em Atenas, a primeira centralização dos arquivos num único edifício e também a primeira manifestação de "publicidade" dos arquivos, idéia que reaparecerá séculos mais tarde junto com a Revolução Francesa. Era permitido a todo cidadão o acesso ao arquivo como também podiam copiar os documentos que precisassem.

Outro período que serve de referencial histórico na evolução dos arquivos é o século XII com o desenvolvimento do comércio, a implantação de novas práticas jurídicas, o renascimento da vida urbana, o crescimento demográfico, e, o

surgimento das universidades que vão caracterizar a sociedade a partir desse século.

Como já foi mencionado anteriormente, nessa época começam a surgir as universidades e os arquivos definem novos rumos. Não podemos esquecer um fato que veio impulsionar o advento e expansão desses dois setores universidade e arquivo, que foi a utilização na Europa, a partir do século XI levada pelas mãos dos conquistadores mouros, de um novo suporte de escrita que começa a conviver lado a lado com o pergaminho: o papel. Tanto universidades quanto arquivos, da mesma forma que hoje, viram-se beneficiados por essa utilização. Esse novo suporte relativamente mais disponível e econômico mas também impregnado de incertezas quanto a sua durabilidade, propiciou a confecção de um maior número de livros e incidiu diretamente na produção de novos documentos promovendo a socialização dos meios de registro e transmissão. Nesta emergente "sociedade do papel" um outro fator veio contribuir para a expansão do conhecimento em decorrência de uma maior produção de livros, afetando diretamente o progresso das universidades: o avanço tecnológico com o advento da imprensa.

No período que vai do Renascimento até a Revolução Francesa cresce sensivelmente a importância política dos arquivos. Inicia-se a formação de um corpo doutrinário, ainda que embrionário, que vem sedimentar a importância dos arquivos e seu florescimento se alicerça no século XVII com o "surgimento da Diplomática, da crítica metódica dos documentos com Mabillon (...) que dá à

arquivística a base científica que permite sua expansão" (Bautier, 1961, p. 1132).

O século XVIII, com os princípios arquivísticos proclamados durante a Revolução Francesa vai se constituir num marco para a história moderna e contemporânea dos arquivos quando ocorrerá a "primeira centralização moderna dos arquivos" (Bautier, 1961, p. 1132) trazendo um novo enfoque, e, estabelecendo-se "o quadro de uma administração de arquivos públicos de âmbito nacional" (Posner, *apud* Jameson, 1964, p. 61), em oposição à descentralização dos arquivos que caracterizava a época anterior.

O conjunto de leis direcionadas aos arquivos surgido nesse contexto contribuiu no sentido de definir o papel e responsabilidade do Estado na preservação da "herança documental do passado" como afirma Posner (*apud* Jameson, 1964, p. 62). A terceira contribuição é o princípio da acessibilidade por parte do cidadão aos arquivos. A revolução se dá na abertura dos arquivos para o uso público em oposição ao acesso restrito e de caráter secreto que reinava anteriormente. É a publicidade dos arquivos. Esses princípios vão orientar os novos rumos dos arquivos no decorrer dos séculos XIX e XX.

A influência do Romantismo glorificando o passado, os monumentos literários e documentais, somado a isto a exacerbação das paixões nacionalistas com o desenvolvimento de uma identidade nacional marcam o século XIX que vai produzir na Europa um movimento em favor dos estudos históricos que serão conduzidos

com o espírito científico da época e por conseguinte vão se voltar para as fontes diplomáticas concentradas em grandes depósitos arquivísticos acessíveis ao público.

Como consequência desse movimento intelectual e aumento de demanda e pesquisa aos documentos floresce na Europa, na primeira metade do século, cursos de formação profissional de arquivistas refletindo a necessidade de sistematização e institucionalização do ensino. Os arquivos passam a se constituir em foco de pesquisas sobretudo históricas. É a concepção e vocação cultural do arquivo que emerge.

Progressivamente, fruto de experiências desenvolvidas delineia-se uma metodologia e elaboração de um corpo doutrinário. Natalis de Wailly formula o princípio do "respeito aos fundos" divulgado na França em 1841 tornando-se a fundamentação teórica da Arquivologia moderna. Esse princípio universal estabelece que, cada fundo de arquivo, ou seja, o conjunto de documentos de uma mesma instituição, deve conservar sua unidade e não pode ser misturado aos outros fundos sob qualquer pretexto para que se possa entender o funcionamento da instituição. A esse respeito Duchesin (apud Collin, 1990, p. 3) afirma que "é por esta prática que o arquivista se distingue nitidamente do bibliotecário de um lado, e do documentalista de outro".

O século XIX sedimentou uma concepção de arquivo que perdurou principalmente nos países europeus até a primeira metade do século XX, a "dos depósitos como centros de conservação de

fundos de arquivo de valor permanente à serviço da pesquisa histórica" (Bautier, 1972, p. 1). Época de valorização do documento antigo, idéia de "documento-monumento", em detrimento do documento contemporâneo, período que privilegiou as coleções de documentos antigos e medievais. Enfim, a vocação dos arquivos era eminentemente histórica enquanto que a relação com a administração passava ao largo. A função cultural do arquivo era sobejamente enfatizada.

A época contemporânea caracteriza-se por contínuas mudanças de naturezas diversas marcadas sobretudo pela evolução tecnológica. A característica talvez mais evidente seja a velocidade com que as coisas acontecem e conseqüentemente a enorme gama de informações advindas dessa transformação. Em oposição à vocação histórica, foi se sedimentando uma nova concepção entre aqueles que não contavam com fundos arquivísticos tão antigos, a da criação de serviços de arquivo com vocação administrativa acentuada, como observa Bautier (1972).

Nos tempos atuais os arquivos não podem mais ser vistos enquanto compartimentos estanques com vocação cultural ou vocação administrativa. A sociedade evoluiu e o arquivista, sem perder de vista serviços que pode prestar à História, restabelece os vínculos com as administrações de onde os documentos se originam.

Avanços tecnológicos, multiplicação dos ramos das atividades públicas e privadas, progresso político, econômico e social, geram um aumento qualitativo e quantitativo de

documentos. Após a Segunda Guerra Mundial ocorre uma explosão documental impulsionada pelos fatores acima mencionados mudando o foco das preocupações para o controle, armazenamento, processamento, recuperação de informações e documentos etc.

A década de 50 vai ser o palco da idéia de ciclo vital dos documentos com a "teoria das três idades" que buscava solucionar os problemas decorrentes da super-produção de documentos constituindo-se no embasamento teórico da nova concepção e política arquivística que é a "gestão de documentos". A "teoria da três idades" sintetizada nos arquivos correntes, intermediários e permanentes traz a idéia de fluxo documental, onde os documentos são produzidos para atender uma finalidade, tramitam, somam informações, geram efeitos e depois, alguns são destruídos enquanto outros são guardados.

A idéia de "gestão documental", oriunda dos Estados Unidos e Canadá na segunda metade do século XX vem ganhando cada vez mais espaço na comunidade arquivística constituindo juntamente com a "teoria das três idades" (século XX), a fundamentação teórica da Arquivologia.

O conceito de gestão de documentos é definido no Internacional Glossary of Archival Terminology (apud Ketelaar, 1985, p. 35) como "a esfera da gestão administrativa geral que se ocupa da eficiência e economia dos arquivos com a criação, preservação, uso, e a triagem dos documentos, ou seja, todo seu ciclo de vida". No entanto, uma definição mais pontual e completa

de gestão de documentos é a contida na legislação federal dos Estados Unidos: "a planificação, controle, direção, organização, capacitação, promoção e outras atividades de gestão relativas à criação de documentos, sua preservação e uso" (Archivum *apud* Ketelaar, 1985, p. 35).

A gestão engloba uma série de medidas com mostra Rhoads (1991) que incidem em providências desde a produção dos documentos a partir, por exemplo, do controle sobre formulários para que sejam adequados aos fins para os quais foram criados; tratamento e identificação dos acervos; recuperação da informação e dos documentos, acesso às fontes documentais; política de avaliação e seleção de documentos, elaboração de tabela de temporalidade; utilização de moderna tecnologia de armazenamento e recuperação da informação como também questões relativas à conservação e restauração de documentos. O planejamento racional incidirá não só na diminuição da massa documental com também otimizará o armazenamento, classificação, manuseio, controle, acesso à informação e ao documento contribuindo assim para uma economia de espaço, tempo, recursos humanos e financeiros.

Nessa nova sociedade da informação está cada vez mais evidente a nova missão dos arquivos tanto quanto dos arquivistas que, "como guardiães e comunicadores da informação, devem interagir com os numerosos grupos que constituem sua clientela. Além de possibilitar a reconstituição escrita da história, o documento arquivístico transformou-se em uma ferramenta valiosa no processo de tomada de decisões de governos e de outras

organizações em programas formais e populares de educação e em dar vida à nossa herança cultural" (Blais & Enns, 1990, p. 56-57).

Uma outra concepção de arquivos se estabelece, a de "arquivos totais", originária do Canadá quando em 1881 o arquivista Douglas Brynner afirmava a importância de documentar amplamente a história da sociedade canadense reunindo no Arquivo Público do Canadá acervos tanto públicos quanto privados, inclusive copiando documentos localizados no exterior (Blais & Enns, 1990, p. 54).

Recolher os documentos; assegurar sua conservação através de equipamentos e instalações adequadas; atender as demandas do usuário; recuperar a informação no tempo mais rápido possível; eficácia e economia através de serviços satisfatórios a um custo mínimo, estas são entre outras, as principais funções dos arquivos (Continolo, 1970, p. 15-16). O arquivista da atualidade deve estar consciente que sua missão é de dar acesso a um público cada vez maior e heterogêneo o acervo que está sob sua custódia para que dele seja feito uso.

Para bem desempenhar suas funções e atender aos objetivos e metas propostas, o arquivo precisa:

1. espaço e "lay-out" adequados;
2. de recursos humanos qualificados e em número suficiente face os serviços de que dispõe;

3. ter um programa de ação adequado às suas necessidades;
4. estar dotado de uma organização criteriosa e científica;
5. de adequados sistemas de recuperação da informação;
6. estar sob a responsabilidade de pessoal qualificado;
7. ter apoio da administração superior.

Os arquivos desempenham várias funções entre as quais ressaltamos:

1. **Administrativa**, quando são fundamentais para o funcionamento da administração qualquer que seja o estágio do trabalho, ou seja, na condução das atividades rotineiras como também na formulação de programas de largo alcance, diretrizes, procedimentos etc. Constituem-se portanto em instrumentos por meio dos quais a missão e funções da instituição são cumpridas e alcançadas.

A importância dos arquivos na esfera administrativa se faz sentir em todos os âmbitos e épocas. Sir Hilary Jenkinson (*apud* Schellenberg, 1974) arquivista inglês, antigo Diretor do Public Record Office escreveu há mais de quatro décadas: "... quando os arquivos deixam de ser de uso corrente, sua conservação adequada deveria ser ainda considerada como um objeto essencial de preocupação nacional, porque eles e somente eles nos dão orientação indiscutível para a conduta no presente. A preservação de material histórico não deveria, pois, ser encarada como um luxo ou algo apenas desejável do ponto de vista acadêmico, mas como uma necessidade nacional", enfatizando a utilização por

parte da administração dos documentos, mesmo que eles não sejam mais considerados de uso corrente.

2. **Cultural** assumindo importância para a nação, enquanto arquivos públicos, como para a própria instituição. Armazena fontes de informação primária sobre acontecimentos, decisões, atividades, ações. Dessas fontes, os cientistas se servem para embasar suas pesquisas sejam históricas ou de qualquer outra natureza. Segundo Schellenberg (1974), essas fontes são uma maneira de transmitir a herança cultural do passado bem como a prova de sua evolução.

São a memória da instituição pois englobam informações sobre os mais diferentes aspectos das atividades. As informações crescem em valor e extensão na medida que mais documentos são acumulados e preservados. Eles incorporam, diríamos, a experiência e vivência administrativa institucional necessária para dar coerência e continuidade às ações jurídicas e administrativas, possibilitando também o conhecimento da história da instituição.

O valor cultural dos arquivos, com ênfase naqueles públicos, foi posto em relevo pelo historiador americano, Charles M. Andrews (apud Schellenberg, 1974, p. 10) quando disse: "Quanto mais se compreender que a verdadeira história de uma nação de um povo baseia-se não em episódios e acontecimentos superficiais, mas nas características substanciais de sua organização constitucional e social, mais valorizados e preservados serão os arquivos. Nenhum povo pode ser considerado conhecedor de sua

própria história antes que seus documentos oficiais uma vez⁸ reunidos, cuidados e tornados acessíveis aos pesquisadores, tenham sido objeto de estudos sistemáticos e antes que se determine a importância das informações neles contidos... Tem sido afirmado que o cuidado que uma nação devota à preservação dos monumentos do seu passado pode servir como uma verdadeira medida do grau de civilização que atingiu. Entre tais monumentos, e desfrutando o primeiro lugar, em valor e importância, estão os arquivos nacionais e locais".

A informação é vital tanto para a subsistência do indivíduo na sociedade quanto para a instituição. Para atingir suas metas, estas operam com informações necessárias tanto para a manutenção de sua estrutura interna quanto as que propiciam sua integração com o meio ambiente.

O documento arquivístico, enquanto registro informacional constitui-se num veículo de comunicação na instituição. Assim, a manutenção dos arquivos asseguram a continuidade da instituição desempenhando um papel articulador e facilitador, intermediando passado e presente.

A consecução dos objetivos por parte da administração pressupõe o estabelecimento de um planejamento adequado às suas funções essenciais uma política de ação com metas bem delineadas para a tomada de decisões. O conjunto de iniciativas, ações, culmina no processo de comunicação "que constitui a própria base do fazer cultural, moldando o entrelaçamento das experiências de

uma comunidade durante o que se convencionou chamar passado, presente e futuro (Inojosa, 1981, p. 5).

A administração universitária deve estar inteirada não só das informações referentes ao fluxo administrativo corrente como também daqueles dados fruto de administrações passadas e que subsidiarão a tomada de decisões no presente e a possibilidade de projetá-las no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUTIER, Robert Henri. **La función de los archivos**; actes de la Table Ronde do Conselho Internacional de Arquivos. Paris: CIA, 1972. p. 1-16.

_____. Les archives. In: SAMARAN, Charles. **L'Histoire et ses méthodes**. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1961. p. 1120-1166.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Uma política de arquivos para a universidade brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1. Campinas, 04 a 06 de novembro de 1991. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p. 11-25.

_____. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. **Transinformação**. Campinas, v. 1, n. 3, p. 15-28, 1989.

BLAIS, Gabrielle, ENNS, David. Intensificando o "nobre sonho": programação pública nos arquivos canadenses. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 55-68, 1990.

COLLIN, Humbert. La mise en oeuvre du principe de respect des fonds. Réflexion sur l'état actuel. **Archives**, Québec, v.22, n.2, p. 3-14, 1990.

CONTINOLO, Giuseppe. **Comment organiser le classement et les archives**. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1970. 241p.

- DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. São Paulo: CENADEM, 1990. 163p.
- DURHAM, Eunice R. A reforma da universidade. **Educação Brasileira**, Brasília, v.1, n.1, p. 81-104, 1978.
- INOJOSA, Rose Marie. A memória atuante: instrumento de ação social. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 5-9, 1981.
- KETELAAR, Eric. **Legislación y reglamentos en materia de archivos y gestión de documentos: estudio RAMP con principios rectoros**. Paris: UNESCO, 1985. 90p.
- MINOGUE, Kenneth R. **O conceito de universidade**. A origem das universidades, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. Cap. 1, p. 15-27.
- MOREL, R.L. de M. **Ciência e Estado**. A política científica no Brasil, São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. Cap. 2, p. 23-71.
- POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. In: JAMESON, S.H. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV, 1964. p. 59-72.
- ROMERO, Joaquim J. B. **Concepções de Universidade**. In: **UNIVERSIDADE: Organização, Planejamento e Gestão**: Florianópolis: UFSC, 1989. p. 11-32.
- SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. 345p.
- SAMUELS, Helen Willa. **Varsity letters: documenting modern colleges and universities**. Metuchen, New Jersey and London, 1992. 281p.
- RHOADS, James B. **Le rôle de l'administration des archives et de la gestion des documents courants dans les systèmes nationaux d'information: une étude RAMP**. Paris: UNESCO, 1991. 44p.

5 ARQUIVO UNIVERSITÁRIO

O presente capítulo aborda de forma pontual o tema arquivo universitário. A partir do resgate de suas raízes históricas trataremos do conceito, missão, funções e importância.

O conhecimento desse conjunto de elementos, cujo entendimento é essencial para o desenvolvimento e estabelecimento do arquivo universitário vai se constituir no ponto de partida para sua posterior sistematização bem como a implantação de uma série de atividades que contribuirão para a melhoria do desempenho do arquivo universitário.

5.1 HISTÓRICO

O arquivo universitário, no âmbito internacional constitui foco de interesse e conseqüentemente de estudo por parte de instituições universitárias e organismos internacionais, como nos mostra a literatura especializada na área. Fato esse também constatado através das entrevistas, visitas efetuadas bem como participação em evento internacional.

Conhecer a situação à nível internacional é importante na medida que podemos identificar universidades que estão preocupadas com seus arquivos, a situação em que eles se encontram e que tipo de iniciativas estão sendo tomadas bem como

as atividades desenvolvidas pelos organismos internacionais e suas implicações na realidade brasileira.

Primeiramente vamos abordar os organismos internacionais como a Associação Internacional de Universidades (AIU) e o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) nos inteirando como eles tratam a questão. Posteriormente traçaremos um panorama da situação dos arquivos universitários na América Latina e América do Norte, com ênfase nos países cujas universidades denotam maior atenção aos seus arquivos.

Conhecida a situação internacional vamos verticalizar a atenção para a realidade brasileira, resgatando as iniciativas pioneiras no âmbito dos arquivos universitários buscando um elo nas raízes históricas da Arquivologia no Brasil, contexto no qual estão inseridos os arquivos universitários.

A nível internacional, organização como a Associação Internacional de Universidades (AIU) manifesta interesse pelos arquivos universitários, onde esse tema é bastante discutido, uma vez que a questão da informação é preocupação presente no âmbito da AIU. Nas reuniões ocorrem discussões entre seus membros que debatem sobre os arquivos enquanto repositório não só da documentação da administração universitária como também daquelas que dizem respeito à pesquisa e ensino (Roméo¹, entrevista).

¹ José Raimundo Martins Romão, dados obtidos em entrevista, em Niterói, 1993.

Esse fato é da maior importância na medida que universidades brasileiras se fazendo representar na AIU participam dessas discussões sensibilizando-se para a problemática podendo repassar as informações e servindo de interlocutoras entre aquelas que lá não estão.

Outra organização que está envolvida diretamente com os arquivos universitários é o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) que representa os interesses dos arquivos e dos arquivistas à nível mundial estabelecido formalmente no ano de 1950 em Paris. Com o objetivo de promover e incentivar medidas que venham assegurar a preservação e a utilização do patrimônio arquivístico da humanidade, incrementa o intercâmbio e cooperação entre os arquivos e arquivistas de diversos países. Promove inúmeras atividades e possui diversos Grupos de Trabalho, Comitês e Seções.

A preocupação e interesse pelos arquivos universitários, nos últimos tempos teve um desenvolvimento significativo que se concretizou com a criação, pelo CIA, da Seção de Arquivos Universitários por ocasião do XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal (Canadá), em setembro de 1992.

A Seção de Arquivos Universitários tem sua origem em 1990 na Conferência da Associação dos Arquivistas Americanos, em Seattle. Na ocasião Alan Ives, arquivista da Universidade Charles Sturt (Austrália), apresenta uma recomendação, sugerindo que a

Associação encaminhasse ao CIA a sugestão de criação da referida Seção durante o Congresso em Montreal.

A idéia foi bem aceita junto ao CIA que considerou relevante a proposta instituindo uma Seção que se preocupasse com os arquivos de instituições de ensino superior. Arquivistas representantes de universidades da Austrália, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos trabalharam no planejamento e organização da respectiva Seção, objetivando estabelecer, manter e estreitar as relações entre os arquivos universitários de todos os países com vistas ao desenvolvimento dos mesmos (Ives, 1992).

No dia 10 de setembro, durante o Congresso, é estabelecida a Seção de Arquivos Universitários cujos objetivos são:

- a) reunir-se periodicamente a cada quatro anos, especialmente durante o Congresso Internacional de Arquivo.
- b) estabelecer, manter e estreitar as relações entre os arquivistas de universidades e escolas superiores de todos os países.
- c) promover as medidas necessárias para a preservação, resguardando os arquivos das universidades, informando-se das novas técnicas de preservação por meio do intercâmbio de idéias e conhecimentos com os respectivos arquivos.
- d) estimular em todos os países o desenvolvimento dos arquivos universitários.
- e) facilitar o uso freqüente dos arquivos em universidades divulgando o acervo e facilitando o acesso aos usuários.

f) promover, organizar e coordenar a nível internacional atividades relacionadas com a administração desta categoria de arquivos.

g) cooperar com outras organizações, agências internacionais e com todas as divisões do CIA.

O planejamento para o período de 1992-1996 da Seção de Arquivos Universitários compreende entre outros objetivos:

1. desenvolver uma agenda com o delineamento dos aspectos que diferenciam as atividades dos arquivos universitários e os arquivistas universitários das outras categorias de arquivos e arquivistas;
2. colaborar no projeto de revisão do Dicionário de Terminologia Arquivística do CIA;
3. elaborar projeto para desenvolver recomendações gerais concernentes à administração e organização de arquivos universitários aplicáveis em qualquer arquivo universitário;
4. estabelecer permuta de publicações entre os arquivos universitários;
5. coletar, organizar e trocar informações sobre arquivos universitários (Ives, 1993).

Na ocasião também foi instalado um Comitê Provisório com membros provenientes de vários países (Anexo 1).

A criação da Seção de Arquivos Universitários pelo Conselho Internacional de Arquivos é extremamente importante pois

significa o reconhecimento internacional da relevância do assunto, propiciará o intercâmbio de informações, projetos, metodologias entre os arquivos de diferentes universidades, promoverá Encontros e Reuniões. Além disso, a Seção está organizando uma relação dos arquivos universitários a nível internacional de todos os países membros do CIA. Na ocasião os arquivos universitários das instituições brasileiras serão também contemplados, vicejando novos rumos para esse ramo dos arquivos.

Continuando nossa trajetória para conhecermos um pouco sobre os primórdios e a evolução dos arquivos universitários no plano internacional vamos nos ater, inicialmente, aos países da América do Norte, Estados Unidos e Canadá, onde o interesse pelos arquivos universitários é notório, remontando há várias décadas.

Nos Estados Unidos, o desenvolvimento da economia pós-Segunda Guerra Mundial levou à expansão do ensino superior, ocorrendo o aumento progressivo dos arquivos universitários a partir de 1950, que no início objetivavam a preservação de manuscritos históricos para atender primordialmente historiadores mas que gradativamente começaram a preservar documentos da própria instituição.

O surgimento de arquivos no âmbito acadêmico foi impulsionado por fatores como, a criação do National Archives, em 1934; da Associação dos Arquivistas Americanos, em 1936; a diversificação e expansão do ensino superior que se deu de 1945

até início da década de 70 e a celebração dos aniversários das universidades.

As instituições governamentais visando a modernização dos arquivos desenvolveram técnicas e metodologias no tratamento do acervo arquivístico. Essa preocupação pela melhoria do processamento da informação serviu de parâmetro para outros tipos de arquivos. Somado a isto, temos o surgimento da associação de profissionais da área arquivística desenvolvendo, incentivando, e, disseminando conhecimento específico.

Em 1949 é criado na Associação de Arquivistas Americanos a Comissão de arquivos de instituições de ensino superior, atualmente Seção, que realizou pesquisas nos anos de 1949, 1962, 1966, 1972 e 1979 junto às instituições de ensino superior, a fim de determinar a extensão do conhecimento arquivístico entre universidades nos Estados Unidos, inclusive Canadá, políticas arquivísticas adotadas, questões referentes a pessoal, orçamento, serviços oferecidos, acervo existente, acesso aos documentos, sistemas de recuperação da informação etc.

Outro fator que contribuiu para um maior número de arquivos universitários foi a expansão do ensino superior com a criação de novas instituições e o aumento das já existentes, para atender a uma nova camada social e econômica que ascende à universidade.

Não podemos esquecer que a comemoração de datas festivas tipo 25, 50 ou 100 anos, geralmente é um fato que impulsiona e

incentiva a reunião e organização dos arquivos gerando uma necessidade de consulta às fontes documentais da universidade para se escrever a história institucional. A sistematização de arquivos com programas definidos simbolizava portanto a preocupação da instituição para com seu passado enquanto vivenciava seu processo de crescimento e transformação.

Por volta da década de 50 os arquivos das instituições educacionais de um modo geral, executavam um trabalho mais pragmático cuja metodologia baseava-se na dos depósitos de arquivos públicos, por sua vez largamente influenciada pela metodologia utilizada na Biblioteconomia.

Por volta de 1960 começa a se desenvolver um conhecimento especializado no tratamento dos arquivos universitários emergente dos depósitos acadêmicos, fruto de trabalho executado por alguns pioneiros como Clifford Shipton (Universidade de Harvard), Maynard Brichford (Universidade de Illinois), entre outros.

Por volta de 70 aumenta o número de publicações que serviram de guias norteadores dos procedimentos a serem adotados no tratamento dos arquivos de instituições de ensino superior, culminando com a publicação da obra **College and University Archives: Selected Readings**, editada pela Associação dos Arquivistas Americanos e se constituindo num referencial bibliográfico da maior relevância.

A partir de 1980 as universidades americanas vão estar marcadas por discussões entre os pares sobre as práticas arquivísticas adotadas, com o desenvolvimento também de literatura a respeito.

Atualmente as universidades americanas continuam trabalhando pelos arquivos institucionais incrementadas pela Seção de Arquivos Universitários que integra a Associação dos Arquivistas Americanos, promovendo reuniões, disseminando informações através de seu veículo de comunicação o **The Academic Archivist**.

A partir do quadro apresentado sobre a evolução histórica da situação dos arquivos universitários nos Estados Unidos podemos observar que, reconhecida a importância desse ramo dos arquivos especializados, todas as ações empreendidas caminhavam numa única direção, ou seja, o fortalecimento do setor. Seja no estabelecimento de novos arquivos acadêmicos, elaboração e difusão de metodologias e disseminação do conhecimento a partir da produção intelectual e científica da área.

No que concerne as universidades canadenses, originárias do século XIX, desde as últimas décadas integram o cenário arquivístico com seus sistemas de arquivo, evidenciando-se o interesse pelo tema arquivo universitário.

No Canadá, os arquivos universitários apresentam um desenvolvimento regular a partir da década de 60, onde muitos

deles foram criados juntamente com o estabelecimento de ensino, denotando o interesse das instituições para com a preservação de seus documentos. Baudin (*apud* Dinell, 1992, p. 175), em artigo sobre a evolução dos arquivos universitários do Quebec, no período que compreende 1962-1974, afirmava que as estruturas e responsabilidades dos arquivos universitários das instituições do Quebec se encontravam numa situação privilegiada em relação ao restante do Canadá.

A partir da década de 80 os arquivos universitários ganham um novo impulso no país com a promulgação de legislação arquivística incidindo sobre os arquivos das universidades.

À guisa de informação, podemos citar a Lei de acesso aos documentos de organismos públicos e de proteção às informações pessoais (1982) atingindo as universidades que estão incluídas na lista de órgãos públicos; Lei de Arquivos (1983), obrigando aos organismos públicos, e também às universidades, a criação de tabela de temporalidade, a produção de relação de documentos permanentes e incitando a adotar medidas de gestão de documentos abarcando a documentação corrente e intermediária.

Os arquivos universitários canadenses têm por missão principal o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pela instituição como também acervos privados com vistas atender melhor as necessidades tanto do ensino quanto da pesquisa na universidade.

Um outro aspecto importante do papel desempenhado pelo^o arquivo universitário canadense é o programa que diz respeito à gestão da informação administrativa da instituição, ou seja, o programa de gestão de documentos.

A microfilmagem dos documentos é o método de conservação utilizado. Um pequeno percentual de arquivos possuem laboratório de conservação e restauração de documentos e, a informática é aplicada sobretudo na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Os usuários dos arquivos universitários são constituídos pelo pessoal da administração, estudantes, professores, pesquisadores etc. No que concerne ao programa de difusão, os arquivos publicam manuais, instrumentos de pesquisa (guia, catálogo, inventário etc). Os arquivos universitários também organizam e participam de exposições, seja por ocasião de festividades da universidade ou outro tipo de manifestação na instituição.

A Associação dos Arquivistas Canadenses, da mesma forma que sua congênere nos Estados Unidos, mantém uma Seção de arquivistas universitários.

A partir dos dados obtidos da literatura a respeito dos arquivos das universidades canadenses, podemos levantar algumas considerações:

1. congregam os chamados arquivos institucionais compostos dos documentos produzidos e acumulados pela instituição ao longo de seu curso administrativo com importância jurídica, administrativa ou histórica;
2. possuem arquivos privados provenientes de pessoas físicas ou jurídicas da própria instituição ou da comunidade cuja linha de acervo enquandra-se nas linhas de ensino e pesquisa institucional;
3. o gênero dos documentos é diversificado (textuais, iconográficos, audio-visuais, etc);
4. o arquivo da universidade engloba dois tipos de atividades: a gestão dos documentos administrativos (arquivos correntes e intermediários) e a gestão dos documentos históricos;
5. tem função administrativa, pedagógica e cultural;
6. a recuperação da informação é facilitada pelo processamento técnico do acervo com os respectivos instrumentos de pesquisa;
7. utilização de tecnologias avançadas.

Em termos de América Latina realizações importantes concernentes aos arquivos universitários vêm sendo colocadas em prática, merecendo destaque, nesse contexto, aquelas do Peru.

Por iniciativa de um grupo de arquivistas universitários dedicados e idealistas, realiza-se desde 1989, durante o mês de maio, no Peru, as Reuniones de Archivos Universitarios (RAU) (Gutiérrez Muñoz, 1991-93). O objetivo das RAU's é a disseminação de informações e conhecimentos no âmbito dos arquivos universitários bem como a troca de experiências entre os pares

através do relato das ações empreendidas. Também constitui sua finalidade, a adoção de acordos e recomendações para o bom andamento dos arquivos universitários. Atualmente, mais de 50 universidades peruanas já aderiram ao movimento e participam das RAU's que também acolhem representantes estrangeiros da América Latina.

Até a presente data já se realizaram seis RAU's cujos temas versaram sobre conceito e história de universidades, administração universitária, a documentação universitária, a difusão arquivística, o arquivo universitário e a história institucional, a utilização da informática nos arquivos, o programa descritivo no arquivo universitário, conservação dos acervos, o papel do arquivista universitário, instalações do arquivo universitário, a avaliação dos documentos, o binômio universidade-arquivo universitário, entre outros.

Na primeira RAU, realizada na Pontificia Universidad Católica del Perú (Lima, 1989) aprovou-se a "Declaración de los Archivos Universitarios" (DAU) que vem a ser o "elemento orientador das futuras reuniões e portanto, do trabalho arquivístico no referido setor educativo" (Gutiérrez Muñoz, 1994, p. 43).

O texto da DAU estabelece o seguinte:

DECLARAÇÃO DOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

OS DOCUMENTOS universitários surgidos da vida acadêmico-administrativa são úteis para o funcionamento das universidades e para o conhecimento de sua história.

AS UNIVERSIDADES, por isso estão obrigadas a zelar pela guarda, conservação, organização e serviço de seu patrimônio documental.

AS UNIVERSIDADES, em consequência, criarão seus arquivos, ou os melhorarão caso já existam, dotando-os de locais adequados e facilitando-lhes os recursos humanos e materiais necessários.

OS ARQUIVOS universitários precisam de arquivistas rigorosamente formados para condução e desenvolvimento corretos. Os arquivistas são responsáveis pela documentação que custodiam e devem guardar estrita reserva nos assuntos que o exigem.

OS ARQUIVISTAS universitários se preocuparão com sua constante atualização arquivística, e, como todo trabalhador, devem merecer um bom tratamento profissional, financeiro e humano por parte das autoridades competentes.

OS ARQUIVISTAS universitários buscarão satisfazer, dentro de suas possibilidades documentais e normativas, às diversas solicitações da própria comunidade universitária e, por extensão aos da sociedade de modo geral.

AS REUNIÕES de Arquivos Universitários (RAU) se realizarão periodicamente com o propósito de trocar idéias e experiências sobre o fazer comum.

AS REUNIÕES de Arquivos Universitários (RAU) fomentarão o estreitamento profissional dos arquivistas universitários com seus colegas da América Latina e de outras partes do mundo

*Lima, 3 de junho de 1982**

(Gutiérrez Muñoz, 1994, p. 43-44)

Na DAU, como podemos observar, é definida a função dos documentos servindo de apoio à gestão universitária bem como para a reconstituição de sua memória histórica. Fica estabelecida a obrigação das instituições universitárias em preservar e conservar seus acervos com também adequar o arquivo universitário com recursos humanos e materiais necessários para sua criação e manutenção.

Quanto à administração dos arquivos universitários, esta deve estar a cargo de pessoal qualificado profissionalmente para gerir o acervo além de possuir postura ética inerente à função que exerce.

No que concerne aos arquivistas universitários é imprescindível uma constante reciclagem profissional para que, inteirados dos desenvolvimentos técnicos de sua área de conhecimento, possam atender às necessidades de seus usuários de forma mais adequada cabendo às autoridades a recompensa financeira pertinente aos profissionais.

Durante a III RAU (maio de 1991), a arquivista da Universidad de Lima, Sheila Postigo de Colín propõe a criação da Comisión de los Archivos Universitarios (CAU). A sugestão é aprovada em 2 de junho de 1991 cujo Regulamento é o seguinte:

"Artigo 1 - A Comissão de Arquivos Universitários (CAU) criada na III Reunião de Arquivos Universitários (resolução nº 4: Lima, 34 de maio de 1991), tem por finalidade promover o estabelecimento ou, se já existem, o desenvolvimento dos arquivos universitários do Peru.

Artigo 2 - São funções da Comissão:

2.1. Divulgar e fazer respeitar a Declaração dos Arquivos Universitários, aprovada na I RAU (Lima, 2 de julho de 1989), por ser o documento orientador do trabalho nos arquivos universitários.

2.2. Propor, recolher, coordenar e difundir as iniciativas que conduzem ao estabelecimento ou melhoramento dos arquivos universitário do país.

2.3. Organizar as Reuniões de Arquivos Universitários (RAU) e executar seus acordos.

2.4. Incentivar a capacitação técnica e profissional do pessoal dos arquivos universitários.

2.5. Publicar periodicamente um informativo.

2.6. Manter atualizada a relação dos arquivos universitários do país.

2.7. Outras que se fizerem necessárias.

Artigo 3 - A Comissão será integrada por três arquivistas de arquivos universitários, eleitos durante as RAU por um período renovável de dois anos.

As decisões são adotadas por maioria simples e constam de respectiva ata.

Artigo 4 - Qualquer situação não contemplada no presente regulamento será resolvida pela Comissão.

Lima, 7 de junho de 1991"

(Gutiérrez Muñoz, 1994, p. 39-40)

Entre as atividades exercidas pela CAU estão: reuniões mensais com a participação de arquivistas universitários do Peru, organização das RAU's, realização de palestras, prestação de assessoria, efetuar visitas técnicas, colaboração em trabalhos científicos, teses, dissertações, participação em cursos, edição do Boletín de la Comisión de los Archivos Universitarios, informativo trimestral que aborda temas arquivísticos de interesse para os arquivos universitários, informa atividades que dizem respeito aos referidos arquivos sendo distribuído para arquivistas de universidades do país e para o exterior.

Participando da VI RAU (maio de 1994) tivemos a oportunidade de conhecer mais de perto a realidade dos arquivos universitários no Peru, quando pudemos detectar as seguintes considerações:

1. o arquivo universitário se ocupa da gestão dos documentos institucionais tanto administrativos quanto históricos bem como de acervos privados;
2. preocupação em relação à avaliação de documentos concretizada na existência de Comissão de Avaliação e elaboração de Tabela de Temporalidade;
3. processamento técnico do acervo com os devidos instrumentos de recuperação da informação;
4. utilização de tecnologia, com a informatização dos instrumentos de recuperação;
5. serve de campo de estágio, com a participação de discentes na elaboração das tarefas;

6. assessoramento arquivístico junto aos setores de administração;
7. o acervo arquivístico é constituído de documentos diversificados quanto ao género e espécie;
8. o arquivo desempenha função administrativa, pedagógica e cultural;
9. programa de divulgação através de publicações.

Essas considerações dizem respeito à Universidad de Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, Universidad del Pacifico, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, entre outras.

Países como Chile, Costa Rica, Porto Rico e Guatemala também estão interessados na questão dos arquivos universitários, fato constatado através das atividades e programas implantados com vistas ao seu desenvolvimento.

No Chile as universidades estão preocupadas com a organização de seus arquivos. O interesse em ampliar os conhecimentos a respeito do assunto pode ser demonstrado na participação de representantes da Universidad de la Frontera, Universidad Austral bem como da Universidad Católica del Norte na VI Reunión de Archivos Universitarios del Perú (maio, 1994) com a apresentação de suas atividades e projetos. Na ocasião foi divulgada a realização de cursos de capacitação para os arquivistas universitários assim como a criação de um grupo de trabalho nos moldes do existente no Peru.

A Universidad de Costa Rica vem desenvolvendo um trabalho com respeito ao seus arquivos inclusive no que diz respeito a construção de um edifício para a instalação do arquivo da universidade. A preocupação e apoio por parte da administração superior da universidade se fez sentir através da participação de seus arquivistas na VI RAU.

Em Porto Rico, é grande o empenho das instituições de ensino superior com relação a seus arquivos, com algumas delas enfatizando a questão das tecnologias avançadas, com o armazenamento da informação em discos óticos, por exemplo.

Enquanto que na Guatemala o tema arquivo universitário está presente entre as preocupações dos dirigentes, concretizada na organização da "Reunión para archivos universitarios latinoamericanos", na cidade de Guatemala, de 8 a 10 de junho de 1994, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Universidad de San Carlos de Guatemala.

5.2 CONCEITO

A universidade, estabelecimento de ensino superior, tem uma missão definida como já mencionamos anteriormente, que é ensino pesquisa e extensão; tem um papel social distinto que é, via ensino, lançar profissionais competentes e especializados no mercado de trabalho; via pesquisa, com a produção de novos conhecimentos provocar o progresso e através da extensão

estabelecer a ponte entre a universidade e a comunidade disseminando seus conhecimentos.

Toda universidade seja ela de natureza pública ou privada, qualquer que seja o porte, localização geográfica, vocações distintas, enfim, independentemente de suas especificidades, possui arquivo da mesma forma que outras instituições. Pois sendo arquivo o conjunto de documentos, produto das funções e atividades desenvolvidas pelas pessoas e instituições, a universidade, da mesma forma vai produzir, receber e acumular documentos.

Logo, a universidade enquanto instituição por definição, não poderá prescindir do arquivo. O que vai diferenciar o arquivo universitário das outras categorias de arquivo são, segundo Gutiérrez Muñoz (1992), a peculiaridade de suas funções, a tipologia dos documentos, a forma de tratamento que lhes é dispensado, os serviços prestados, e não a questão puramente técnica que em suma é comum e aplicável a qualquer tipo de arquivo.

Delimitado o contexto histórico do arquivo universitário, fomos buscar entre os pares e na literatura, sua conceituação.

Para Bellotto² (1993) arquivo universitário é "o setor da administração universitária que se encarrega de recolher e acumular documentos produzidos e recebidos pela instituição no

² Heleisa L. Bellotto, dados obtidos em entrevista, em São Paulo, 1993

exercício de suas funções e que são úteis para seu próprio desenvolvimento na fase corrente e que depois, feitas as devidas avaliações, os documentos que forem considerados de valor permanente vão servir para mostrar como se deu a evolução daquela universidade".

Aqui, a autora olha o arquivo universitário enquanto repositório do acervo institucional acumulado no curso das funções desenvolvidas e cuja finalidade é a de traçar a evolução histórica da universidade.

Já Esposel³ (1993), amplia sua definição pois no que se refere aos acervos ele engloba duas categorias, ou seja, os acervos da própria instituição fruto das funções administrativas, acadêmicas e de pesquisa bem como acervos privados que se agregam ao arquivo universitário cujo conceito, de acordo com o autor, é "a guarda organizada e passível de utilização de toda documentação produzida e recebida pelas instituições universitárias. Compreende-se aí tanto os documentos derivados da ação administrativa como aqueles conseqüentes das atividades acadêmicas e até mesmo em função dos aspectos de pesquisa e extensão, e, acervos de natureza privada que possam vir a ser incorporados ao patrimônio da universidade".

De acordo com Gutiérrez Muñoz (1992, p. 7), arquivista da Pontificia Universidad Católica del Perú e membro atuante da Comisión de Archivo Universitario (CAU), "arquivo universitário

³ José P. Esposel, dados obtidos em entrevista, em Niterói, 1993.

é o conjunto organizado de documentos recebidos e produzidos pela universidade no cumprimento de suas finalidades e funções. É um sub-produto das atividades acadêmico-administrativas e se mantém com vistas a uma adequada condução institucional e ao conhecimento de sua história".

Se analisarmos esse conceito à luz dos "elementos abstratos" pontuados por Schellenberg podemos apreender que de acordo com Gutiérrez Muñoz a "razão da acumulação" é decorrente da atividade orgânica e funcional da universidade e cujos documentos são preservados para atender as finalidades administrativas e histórico-institucional.

Para William J. Maher (1992, p. 17) arquivista americano e autor do livro **The management of college and university archives**, "arquivo universitário é um programa que consiste na existência de um plano de ação, de pessoal, acervo e facilidades estruturadas de forma a preservar e tornar acessível a herança documental de uma instituição de ensino superior", onde ele evidencia sua preocupação com a existência de alguns fatores determinantes na preservação e acesso ao conjunto documental acumulado.

Dentre o conjunto de documentos que compõem o acervo arquivístico das universidades Gutiérrez Muñoz (1992) distingue duas categorias de arquivos, ou seja: **arquivos universitários por origem** e **arquivos universitários por adoção**.

Os primeiros são constituídos de documentos próprios à instituição, gerados e acumulados no âmbito da gestão administrativa e conservados com vistas à sua utilização para atender às necessidades da administração universitária. Segundo o autor, "... nascem e crescem na universidade de maneira natural, espontânea, sobre a base da documentação oficial". Também são, segundo ele, denominados de "arquivos universitários propriamente ditos".

Enquanto que os "arquivos universitários por adoção" são aqueles formados por fundos ou coleções privadas provenientes de pessoas ou organismos externos à universidade que entretanto suscitam um interesse particular para o ensino e pesquisa que se agregam aos já existentes e cuja forma de incorporação é através de compra, doação, consignação ou permuta. Gutiérrez Muñoz (1992) assim define: "... chegam ao campus em virtude de algum motivo, de modo geral de índole cultural, tomando o nome e normas da universidade protetora. Neste grupo também entram as freqüentes coleções documentais que engrossam os acervos universitários".

Do ponto de vista das universidades australianas também considera-se a existência de duas categorias de arquivo universitário. Acland (1993), arquivista da Universidade de Queensland, em trabalho apresentado em Montreal em setembro de 1992 na reunião inaugural da Seção de Arquivo Universitário durante o XII Congresso Internacional de Arquivos, inclui na primeira categoria os arquivos cuja finalidade é a avaliação, recolhimento, preservação e arranjo dos documentos provenientes

da própria instituição. São os chamados "arquivos de casa" ("in-house archives") ou "arquivos da corporação" ("corporate archives"). Na segunda categoria estão os chamados "arquivos coletados" ("collecting archives") compostos de documentos não pertencentes ao acervo da instituição mas que têm valor para a universidade, para pesquisadores ou para a comunidade na qual a universidade está inserida.

"Arquivos institucionais" por um lado, englobando os documentos oriundos das atividades da própria universidade e, "arquivos privados" composto de fundos e coleções de documentos que se agregam ao arquivo universitário por suscitarem interesse de ensino ou pesquisa, essas são as duas linhas de acervo que compõem os arquivos universitários canadenses distinguindo-se aí as duas categorias de arquivos universitários (Dinel, 1992).

Temos, portanto, duas grandes categorias de arquivos universitários: arquivos universitários propriamente ditos, arquivo da casa, arquivos da corporação e arquivos institucionais e arquivos universitários por adoção, arquivos coletados e arquivos privados. Entre cada grupo a diferença é do ponto de vista terminológico.

Após leituras sobre o tema e como resultado de uma reflexão em torno do conceito e categorias, entendemos, neste trabalho, por arquivo universitário: o conjunto de documentos, tanto institucionais quanto privados, produzidos, recebidos e acumulados por estabelecimento de ensino superior no curso da

gestão jurídica-acadêmica-administrativa que servem de suporte informacional e prova de evidência no exercício de suas funções constituindo a memória institucional.

5.3 MISSÃO

A missão primária do arquivo universitário é a de preservar a herança documental da instituição, que se amplia na medida que ele extrapola os limites do campus universitário, com atividades e serviços que, ao contrário do que se possa pensar, não são periféricos. Assim, tem por missão o recolhimento, conservação e preservação dos documentos produzidos e recebidos pela instituição bem como os acervos privados a ela incorporados objetivando atender melhor às necessidades administrativas, pedagógicas e culturais da comunidade universitária.

Missão e objetivos do arquivo universitário variam de acordo com as características de cada instituição, onde fatores de diferentes naturezas influenciam, como por exemplo:

1. dimensão da instituição;
2. tempo de existência da universidade (mais antigas, mais recentes);
3. o grau de conscientização e sensibilização da administração superior para com a organização e sistematização do processo documental, informativo e de preservação da memória coletiva institucional;

4. necessidades de ensino e de pesquisa;
5. quantidade e qualidade dos recursos humanos e financeiros;
6. a participação da universidade junto à sua comunidade tanto interna quanto externa;
7. capacitação, dedicação e dinamismo do arquivista responsável.

No que concerne a missão do arquivo universitário o **Guidelines for College and University Archives** (apud Maher, 1992, p. 19-20) elaborado pela Associação dos Arquivistas Americanos pontua alguns aspectos comuns aos arquivos universitários, quais sejam:

- *"Avaliar, recolher, organizar, descrever, tornar disponível e preservar documentos com valor histórico, legal, fiscal e administrativo para a instituição.*
- *Crear condições adequadas de guarda e preservação dos documentos.*
- *Prover informações para a operacionalização da instituição.*
- *Atuar como meio e laboratório para estimular e subsidiar o ensino e aprendizagem.*
- *Atender à pesquisa e à ciência tornando disponível e incentivando o uso de seu acervo pelos membros da instituição e da comunidade como um todo.*
- *Promover o conhecimento e compreensão das origens, objetivos, programas e metas da instituição bem como seu desenvolvimento.*
- *Facilitar a gestão de documentos."*

A compreensão da razão de ser do arquivo universitário, ou seja, sua missão, depende do reconhecimento de alguns "fatores que ocorrem diferentemente em cada arquivo, mas que coletivamente contribuem para dar um caráter distinto e subjacente aos arquivos universitários" (Maher, 1989, p. 343).

Segundo Maher (1989), os arquivos universitários se moldam a partir de seis forças consideradas básicas que são: a natureza da instituição; posicionamento do arquivo na estrutura administrativa; o nível do arquivista na hierarquia; o interesse por parte do corpo docente e administrativo; o interesse por parte do arquivista e as teorias arquivísticas.

A primeira força, a natureza da instituição, nos remete a considerar as diferentes instituições universitárias. Como fatores determinantes dessa diferença temos por exemplo, o caráter público ou privado da universidade; o tamanho de acordo com o efetivo de alunos, em pequena, média ou grande; tempo de existência, umas antigas, outras modernas; localização geográfica no que tange à proximidade de outras instituições; se estabelecida no interior ou em grande centro urbano, determinando as necessidades da instituição; perfil institucional traçado a partir das atividades priorizadas (ensino-pesquisa-extensão).

A existência desses fatores e a diversidade de instituições nos induz a reflexão de que antes de se estabelecer objetivos específicos e metodologias com vistas a operacionalização dos programas arquivísticos é necessário conhecer os aspectos comuns aos arquivos universitários; o tipo de acervo custodiado e a clientela a que se destinam. Para Maher (1992), o caminho a seguir está na resposta às perguntas: o que um arquivo universitário faz?, o que deve conter?, para quem se destina?

No que diz respeito à competência do arquivo universitário, ou seja, "o que faz", Maher considera que ele desenvolve técnicas que asseguram a sobrevivência dos documentos históricos tornando-os disponíveis à consulta, "entretanto o fundamental é que ele atenda às necessidades informacionais da instituição" (Maher, 1992, p. 9). Continuando, afirma que o arquivo universitário provê a instituição de memória e método para verificar, refutar ou modificar o conhecimento passado da comunidade interna ou externa. Através da preservação de seus acervos o arquivo oferece condições à instituição de repensar e refletir sobre suas realizações, iniciativas, empreendimentos, ações, bem como suas falhas, omissões, adquirindo portanto o arquivo universitário um papel tanto de "consciência quanto de memória da instituição" (Maher, 1992, p. 10).

Em relação ao que o arquivo universitário "deve conter", ou seja, seu acervo, podemos afirmar que ele vai variar de uma universidade para outra face as peculiaridades e natureza da instituição. Porém certas categorias de documentos são comuns em todas as universidades, como por exemplo, série de documentos que refletem a estrutura organizacional e operacional do estabelecimento; documentos relativos a sua comunidade; documentos produzidos e recebidos no curso das atividades; documentos da comunidade onde a universidade está inserida etc.

Finalizando, a resposta à questão "para quem se destina", ou seja, qual o seu público alvo. Sobre essa questão devemos considerar que o arquivo trata os documentos metodologicamente a

partir de preceitos teórico-práticos para que as informações estejam disponíveis ao usuário. Assim, cabe ao arquivo universitário identificar o perfil de seu usuário dentro das quatro grandes categorias nas quais se enquadram: corpos administrativo, docente, discente e comunidade em geral.

A segunda força diz respeito ao **posicionamento do arquivo na estrutura administrativa** pois sua localização no organograma institucional pode influenciar na condução dos programas arquivísticos.

Maier (1989, p. 344) levanta duas alternativas que são a vinculação junto à administração da universidade ou à biblioteca. Um arquivo que esteja vinculado à administração superior da universidade tende a se preocupar com os documentos desde sua fase administrativa com "ênfase na gestão de documentos, recuperação da informação para atender as operações correntes...". Enquanto que, estando vinculado à biblioteca da universidade, o arquivista pode ter algumas dificuldades junto aos bibliotecários dirigentes para convencê-los sobre a importância do programa de gestão de documentos. Na vinculação do arquivo à Biblioteca ocorre, via de regra, que o acervo constitui-se de documentos permanentes, fundos ou coleções de valor histórico limitando-se ao tratamento de acervos permanentes, levando a possibilidade de isolamento do arquivista da administração universitária e de todo o processo de gestão de documentos.

O nível do arquivista na hierarquia constitui-se a terceira força tão importante quanto a anterior. Disso depende a autoridade e autonomia que o arquivista terá para cumprir seus programas, obtenção de recursos e apoio da administração.

A quarta força modeladora do arquivo universitário é o interesse do corpo docente e administrativo, simbolizado na pesquisa, ensino e utilização por parte dos membros da comunidade universitária. Muitas vezes o pessoal administrativo manifesta pouco interesse pelo arquivo. Já o pessoal docente se preocupa com o arquivo na medida em que ele pode atender a uma determinada área de estudo, e onde pode adquirir determinado material. De um modo geral, estudos e pesquisas sobre a própria instituição são freqüentemente pequenos.

O interesse do arquivista é a quinta força advinda de seu empenho bem como de sua formação educacional, influenciando não só o tipo de acervo a ser preservado como também o nível dos serviços oferecidos. A guisa de exemplo, Maher assinala que o direcionamento do arquivo para a pesquisa histórica evidencia-se na ênfase dada à coleta de manuscritos históricos. É de maior importância a participação do arquivista nas associações profissionais onde ele tem oportunidade de atualizar seu conhecimento, reciclar sua prática arquivística como também trocar e difundir entre os pares a experiência que vem desenvolvendo.

Finalmente a sexta e última força, as **teorias arquivísticas**, caracterizada pelo corpo teórico da disciplina. Todas as atividades desenvolvidas pelo arquivo universitário como por exemplo: avaliação, classificação, recuperação de informações, acesso ao documento, atendimento ao usuário, entre outras, devem estar embasadas nos preceitos teóricos da Arquivologia que se constituem a base de sustentação do arquivo universitário.

As teorias, princípios e práticas arquivísticas desenvolvidas durante o século XIX e início do XX, constituem o escopo do conhecimento teórico-metodológico. Esse "saber" e "fazer" arquivístico aplica-se aos arquivos independentemente de sua natureza. Com o desenvolvimento dos estudos na área foram sendo construídas metodologias voltadas para os diversos tipos de arquivos com base nas especificidades e características do acervo e da instituição. Em decorrência disso houve uma produção científica e o desenvolvimento da literatura especializada.

É incontestável a importância dessas seis forças que virão moldar o arquivo universitário. No entanto, elas serão inviáveis sem os recursos necessários para sua manutenção, sejam eles de ordem financeira, de pessoal tanto em quantidade quanto em qualidade, de equipamentos e qualidade de serviços.

5.4 FUNÇÕES

As funções do arquivo universitário devem convergir em interesse com a missão da universidade. A "Magna Carta" (apud Gutiérrez Muñoz, 1992, p. 12-14) escrita em 18 de setembro de 1088, na cidade de Bolonha, Itália e assinada por aproximadamente 500 reitores de universidades de todo o mundo por ocasião do IX Centenário da Universidade de Bolonha, entre outros princípios fundamentais estabelece que:

1. "A Universidade enquanto sociedade organizada de forma diversa devido às condições geográficas e a influência da história - é uma constituição autônoma que de maneira crítica, produz e transmite a cultura através da pesquisa e do ensino.

2. Nas universidades, a atividade docente é indissociável das atividades de pesquisa, a fim de que o ensino seja igualmente capaz de seguir a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos."

Contribuir para o alcance das atividades fins da universidade, subsidiar as atividades meios com o fornecimento de informações das esferas administrativa, pedagógica e cultural são funções do arquivo universitário.

O arquivo pode prover a universidade com recursos informacionais necessários possibilitando "repensar" a instituição. A guarda de documentos estratégicos por parte do arquivo universitário é fundamental para a sobrevivência da instituição e por conseguinte para a preservação de sua identidade.

A base de sustentação dos arquivos universitários se encontra nas funções por ele desempenhadas e conseqüentes serviços prestados à comunidade por ele atendida. Partindo dessa premissa identificamos três funções básicas que são: administrativa, pedagógica e cultural.

5.4.1 Administrativa

No que tange a **função administrativa** sabemos que o arquivo universitário constitui um meio eficaz de se conhecer e gerenciar as fontes de informação da instituição. Pelo fato de armazenar toda uma gama de categorias de documentos institucionais ele ocupa uma posição privilegiada de como se alcançar a eficiência administrativa, passando o arquivo a se constituir num instrumento através do qual a instituição pode justificar para si e para o público sua capacidade administrativa de execução, gerenciamento e de como atingir metas propostas.

O arquivo universitário assim como qualquer outro arquivo, resultante que é das atividades de uma empresa, instituição ou pessoa, é fundamental para o funcionamento de todos esses empreendimentos. É um serviço básico da universidade criado para a área das atividades administrativas afim de atender às questões jurídicas provando perante o governo ou mesmo a outros setores da sociedade o que vem sendo realizado e também acumulando em seus arquivos todos os atos dispositivos, sejam os das autoridades superiores e dos dirigentes bem com possuir os documentos

comprobatórios que conferem garantia ao ato. O arquivo vai refletir sobretudo essas ações administrativas.

Enquanto instrumento das atividades administrativas, ele atua na melhoria da comunicação interna, propicia maior fluxo e rapidez da informação trazendo a excelência dos vários setores. Atendida essa fase inicial que diz respeito aos arquivos correntes toda informação da universidade julgada de valor permanente é recolhida ao arquivo.

O arquivo em todo seu ciclo vital, corrente, intermediário e permanente, traz a melhoria da informação para dentro da própria universidade. Toda essa informação administrativa composta de documentos concernentes às atividades meios, como pessoal, equipamento, instalação, orçamento etc, deve ser tratada para atender às necessidades primárias de informação da instituição.

A partir do momento que essa informação assume valor secundário, entra na Terceira Idade, integrando-se ao arquivo permanente, adquirindo um caráter histórico para a própria instituição, constituindo sua memória, atuando como prova de evidência de todas as ações desenvolvidas pela universidade.

Um arquivo universitário organizado, adequado e capaz de dar respostas evita que a universidade recrie coisas, refaça caminhos antes percorridos, tanto nas questões administrativas

mas também como veremos mais adiante naquelas referentes aos aspectos pedagógicos e culturais.

A função administrativa do arquivo universitário pode ser constatada através da literatura, como podemos observar a seguir.

Atender à administração corrente, fornecendo documentos, elucidando fatos, ajudando no desenvolvimento de novas políticas por parte da administração universitária, constitui tese defendida por Maher (1992) e corroborada por Bocaccio (s.d. p.3) que identifica no arquivo universitário a função administrativa quando fornece à administração "a informação de que necessita para levar avante a instituição".

Prover informações para operacionalização da instituição bem como avaliar, recolher, organizar, descrever, tornar disponível e preservar documentos com valor histórico legal, fiscal e administrativo para a instituição são aspectos pontuados no Guidelines for Colleges and University Archives (apud Maher, 1992, p. 372) justificando pois essa função administrativa.

Sendo o arquivo responsável pela guarda e manutenção da documentação administrativa, o arquivista, conhecedor que é do acervo, constitui-se num elemento importante no fornecimento dos dados, dirimindo dúvidas, daí a importância de sua participação em "comissões" da universidade cooperando com os administradores (Burckel, 1979).

A função administrativa do arquivo universitário é desempenhada na Universidade Laval (Canadá) onde a Divisão de Arquivo desenvolve um programa de gestão de documentos responsabilizando-se pela documentação administrativa em sua fase corrente e intermediária com a preocupação de aumentar a eficácia administrativa nas diferentes unidades (Goyer, 1991).

Saffady (1979) lembra que, ao se estabelecer um programa arquivístico para a universidade, alguns pontos devem ser observados. O arquivo universitário, segundo o autor, é o repositório oficial dos documentos administrativos e de importância histórica, emergindo daí a idéia e o papel que o arquivo vai desempenhar junto à administração através do fornecimento de informações que lhes são pertinentes, e, corroborada pelas palavras de Jilek (*apud* Bellotto, 1989, p. 24) quando afirma o papel do arquivo universitário: "1. fornecer aos administradores as informações requeridas no menor prazo possível; 2. fazer as demandas de informação e de pesquisa requer do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com a finalidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores."

3.4.2 Pedagógica

O arquivo universitário desempenha uma função pedagógica fundamental, atuando junto ao ensino, pesquisa e extensão.

Cabendo a ele uma ação ativa junta à administração, e fazendo nossas as palavras de Bellotto⁴, "até mesmo agressiva" (entrevista) no sentido de se preservar a documentação significativa do ensino e da pesquisa.

A ação acadêmica, científica e didática da universidade resume suas atividades fins. O arquivo universitário vai resultar da soma das atividades meios constituído por documentos das ações administrativas mais os documentos das atividades fins que são os programas de ensino, planejamento pedagógico, pesquisas, extensão etc. E é justamente esse material que é mais difícil de ser recolhido ao arquivo, daí a necessidade da ação "agressiva" mencionada anteriormente.

A história nos adverte, de acordo com Esposel⁵ (1993) que, quando nós não a respeitamos ou não a conhecemos, estamos fadados a repetir, às vezes, os mesmos erros e experiências. A História potencialmente está contida nos arquivos.

O arquivo universitário possibilita o conhecimento do que já foi feito anteriormente nos diferentes cursos, e a partir dessas informações se chega a novas conclusões evitando-se cair nos mesmos erros. A universidade deve ser uma instituição que acrescenta algo novo; desenvolvendo e levando adiante novas idéias. Isso só é possível a partir de algo acumulado até mesmo para que não se corra o risco de pensar que as idéias são novas e

⁴ Heloísa L. Bellotto, dados obtidos em entrevista, São Paulo, 1993.

⁵ José P. Esposel, dados obtidos em entrevista, em Niterói, 1993.

depois de verificadas constata-se que são meras repetições. A preocupação com a qualidade de ensino jaz nos estabelecimentos de ensino superior. Portanto, o estímulo à utilização dos documentos arquivísticos como apoio aos programas de ensino é da maior relevância.

Esse programa de apoio para ser levado a bom termo, depende entretanto, do quanto o arquivo é conhecido na própria comunidade acadêmica necessitando, muitas vezes, também, de lhe amputar uma imagem estereotipada. Ao arquivo universitário pois, no exercício de sua função pedagógica cabe estimular a utilização de seu acervo enquanto fonte e laboratório de ensino da maior relevância para a condução dos programas educacionais.

Greene (1989) nos faz um relato da utilização do acervo arquivístico como material de ensino, onde fruto de um trabalho conjunto entre professor e arquivista, o material a ser utilizado deve ser selecionado pelo docente auxiliado pelo arquivista que por sua vez pode orientar os estudantes na utilização do material. O arquivista desempenha um papel importante, pois dentro desse espírito empreendedor, cabe a ele levar informações aos seus usuários primários que são docentes e discentes, sobre as fontes disponíveis no arquivo como também divulgar as novas aquisições. Todo esse esforço serve para mostrar que "o arquivista é educado deliberadamente para desenvolver e servir de suporte para o uso curricular dos arquivos, e, que o uso acadêmico do acervo é um componente tão importante da missão do

arquivo quanto o de suporte administrativo" (Greene, 1989, p. 34).

Essa ligação do arquivo apoiando o ensino se dá não somente através da vinda dos alunos ao arquivo. Pode ocorrer, e é tão válido quanto a forma anterior, das fontes arquivísticas serem levadas à sala de aula para sua utilização. Levar os arquivos até a sala de aula é tão legítimo quanto o inverso, pois ambos os caminhos estão contribuindo para o aprimoramento educacional do discente. Aí fica a pergunta: se o arquivista não tomar esse tipo de iniciativa, quem o fará? No que se refere ao ensino, então, o arquivo contribui na elaboração de trabalhos, informações sobre origem de cursos, estudos curriculares entre tantos outros aspectos que serão por nós retomados ao identificarmos as atividades desenvolvidas nesse âmbito.

A universidade deve ensinar o que ela sabe e não ser uma repetidora de conceitos de livros pelo fato de não ter referência de seu saber o qual sem o arquivo universitário se perde, fazendo com que o ensino seja puramente técnico e não um ensino universitário, um ensino de pura transmissão de metodologias, de conceitos já disponíveis os quais a universidade se apropria e repassa. Isso faz com que a universidade se distancie de sua missão adquirindo, pois, um perfil claudicante mas que contudo continua a ser uma entidade que forma pessoas para lançá-las na sociedade.

Dentre a gama de documentos que compõe o acervo acadêmico do arquivo universitário poderíamos citar como exemplo Teses e Dissertações que se constituem num material da maior importância não só para o ensino como também para a própria pesquisa, cujos resultados dos trabalhos podem influir nas grandes questões da comunidade e da sociedade de um modo geral.

No que diz respeito à pesquisa, o acervo custodiado pelo arquivo universitário é uma fonte de informação para seu desenvolvimento, pois acumula documentos oriundos de pesquisas efetuadas na universidade, constituindo-se, pois, num referencial de informações. A importância da manutenção dos documentos produzidos e acumulados durante todo o processo de pesquisa junto ao arquivo da própria universidade foi reconhecida pela Historical Manuscripts Commission e Royal Society que, abrindo um precedente, sugerem que os arquivos resultantes das pesquisas científicas devem ser preservados na própria universidade (McLaren, 1975, p. 183).

O próprio arquivo universitário potencializa-se como um polo catalizador de pesquisa arquivística, na produção de novos conhecimentos da área, na renovação teórica, metodológica e na produção intelectual de saber científico. Ele contribui portanto para o desenvolvimento da pesquisa convergindo com os interesses e filosofia da universidade.

O ato da pesquisa, entre outras coisas, depende da coleta e verificação dos dados, que depois são arquivados. O arquivo

universitário vem a ser fonte de consulta para novas pesquisas pois o que os pesquisadores iriam buscar fora da instituição, eles podem ter no próprio arquivo da universidade e conseqüentemente, essas pesquisas auxiliarão o ensino formando um círculo vicioso.

Pesquisa e ensino são indissociáveis afetando-se mutuamente, pois as linhas de pesquisa desenvolvidas pela instituição fazem parte da filosofia, metas e planos da universidade como um todo que, por sua vez, determina o processo de ensino-aprendizagem que compõe o seu planejamento pedagógico. Os resultados da pesquisa são expostos na sala de aula, e, num processo de discussão e maturação geram novas indagações fazendo com que a pesquisa seja retomada, gerando um processo de retroalimentação.

A difícil tarefa de documentar a pesquisa impõe a reflexão de alguns pontos importantes tais como: a necessidade de documentar todo o processo de construção da pesquisa e não somente seu resultado; a dispersão do acervo; variedades de formatos de documentos, os aspectos intangíveis e não documentados do processo de pesquisa (Samuels, 1992, p. 110).

Pesquisas que muitas vezes se desenvolvem ao longo de anos geram informações e documentos que evidenciam os procedimentos adotados até o seu ápice com os resultados finais obtidos. A forma de gerenciamento desse material informativo precisa ser muito bem pensada para que as informações não se percam ou se

dispersem ao longo dos trabalhos sendo documentado todo o processo de construção da pesquisa. No entanto, algumas atividades que compreendem a pesquisa são mais fáceis de serem organizadas e preservadas, como por exemplo, os resultados obtidos que geralmente se transformam numa comunicação científica publicada em canais de informação próprios para sua disseminação.

O gerenciamento dos trabalhos no que tange aos recursos humanos e financeiros utilizados produz documentos de controle, sobretudo quando há recursos externos. Entretanto a preservação das informações que envolvem o processo como um todo é que se torna mais difícil. É preciso não perder os dados elucidativos do processo desde sua origem, ou seja, aqueles momentos da definição do problema; análise de propostas; a discussão em torno da responsabilidade da condução da pesquisa e organização da equipe como também a seqüência das descobertas em suas várias etapas e respectivas análises. Isto é difícil, pois na maioria das vezes, esse momento de reflexão e maturação que existe evidentemente, faz parte de um processo mental e raramente é documentado. Ocorre, na maioria das vezes, que findo o projeto de pesquisa o que se tem de informação documentada e acumulada é a publicação do resultado final obtido e alguns poucos documentos administrativos produzidos durante o processo.

Na construção do conhecimento e resolução de problemas complexos, se busca a colaboração entre os pares, tanto a nível institucional quanto de outros centros, sejam acadêmicos, industriais, governamentais etc, adquirindo as pesquisas um

caráter interdisciplinar. Se de um lado esse caráter multidisciplinar e participativo entre os pesquisadores é positivo, em contrapartida ele apresenta um inconveniente que é a **dispersão do acervo**, advinda também do fato dos recursos muitas vezes virem de diferentes agências financiadoras. Compete ao arquivo universitário manter acessíveis essas informações e documentos que se encontram dispersos. Deve-se estabelecer um planejamento adequado para a guarda organizada, acesso, recuperação das informações e a partir de um estudo diagnóstico estabelecer critérios de custódia do acervo no arquivo da instituição.

A **variedade de formatos** produzidos é outro ponto a ser considerado. Os pesquisadores não só se servem de fontes documentais de formatos variados como por exemplo, livros periódicos, objetos tridimensionais, fotos, fitas sonoras, imagens digitalizadas etc, como também as produzem. Um problema que se impõe é que o tratamento desse material diversificado necessita do apoio de arquivistas, museólogos, bibliotecários, entre outros, com vistas sua seleção e preservação.

A definição do problema, estabelecimento da metodologia, busca de respostas, são etapas do processo de pesquisa. O problema que se apresenta é como documentar todo esse processo de maturação e reflexão? Cabe ao arquivista do arquivo universitário estabelecer uma metodologia com vistas a preservar, segundo Samuels (1992, p. 113) **esses aspectos intangíveis e não documentados do processo de pesquisa** (Samuels, 1992, p. 113).

5.4.3 Cultural

Somada às **funções administrativa e pedagógica**, o arquivo universitário também exerce a **função cultural**.

O acervo acumulado possibilita a reconstituição da história da universidade a partir do levantamento dos atos emitidos e ações desenvolvidas pelas administrações anteriores. O estudo analítico dos dados armazenados além de possibilitar uma crítica histórica da tramitação e desempenho institucional poderão subsidiar as ações futuras.

O arquivo universitário identifica-se como sendo um "locus" facilitador na reconstituição histórica da instituição, face a existência do acervo acumulado e preservado ao longo do processo administrativo assim como dos outros acervos a ele integrado. Isso o torna um referencial histórico por excelência como observa Potts (1979) ao mostrar a seus pares a importância do arquivo universitário no fornecimento de dados relacionados à instituição no que concerne ao resgate de sua memória e reconstituição de sua história assim como fontes de informação para os estudos voltados para a história social e cultural da América.

Através de todo um trabalho de divulgação, exposições, publicações, atendimento ao usuário, o arquivo universitário estará promovendo cultura e disseminando esse conhecimento também para fora da universidade e levando-o à comunidade.

Da correta apreensão e definição das funções do arquivo universitário com seus aspectos fundamentais que são o apoio à administração universitária, ao ensino, pesquisa, extensão, preservação da memória institucional, fornecimento de informações, resultarão as estratégias concretizadas em ações a serem empreendidas com vistas ao seu estabelecimento e funcionamento. Logo, o arquivo universitário não deve ser visto como um depósito de documentos acumulados durante toda a existência da instituição. O arquivo universitário deve ser encarado sob um ponto de vista mais amplo com o delineamento de um programa abrangente integrando sua missão e funções às da universidade.

5.5 IMPORTÂNCIA E RAZÃO DE EXISTÊNCIA

A partir do exposto anteriormente, ou seja, conceito, missão e funções do arquivo universitário emerge a evidência de sua importância, justificando sua existência.

O fato do arquivo universitário preservar os documentos institucionais sob sua custódia, o reveste de importância pois é ele que permite o conhecimento e identificação do passado, possibilitando a compreensão e transformação do presente bem como estabelecer perspectivas futuras (grifo nosso).

Reportando-nos a um artigo de Morelle (1986) podemos enfatizar a relevância do arquivo no contexto universitário

resgatado a partir de um documento do século passado que foi o relatório da seção do dia 10 de janeiro de 1878 dos membros do Comitê de Aperfeiçoamento do Ensino Superior da Academia de Paris, que entre outros assuntos discutiram a questão dos arquivos da Faculdade de Medicina de Paris.

Até o ano de 1877 a gestão dos arquivos da Faculdade de Medicina de Paris era confiada à biblioteca. Esta foi desmembrada sendo então criado um serviço de arquivo autônomo. O relatório apresentado mostra o encaminhamento das questões relativas à tentativa de identificação do material de arquivo daquele da biblioteca, à consulta e acesso aos documentos administrativos, históricos e científicos e, à guarda e conservação desse material. A riqueza e importância do texto incide, segundo o autor, no fato de como os "universitários" parisienses, imbuídos das mais altas funções, sentiam a problemática arquivística expressa nas questões relativas à definição do termo, na discussão das funções do arquivo universitário, estimando sua importância e interesse para a instituição.

A "Magna Carta" (apud Gutiérrez Muñoz, 1992, p. 12-14) citada anteriormente entende que a implementação dos objetivos da universidade pressupõe meios eficazes para sua consecução como o que diz respeito à informação e à documentação quando afirma que "as universidades - especialmente as universidades européias - consideram o intercâmbio recíproco de informação, de documentação e a multiplicação de iniciativas comuns como instrumentos fundamentais para o progresso contínuo dos conhecimentos".

Esse item fundamenta e corroba a justificativa da existência e manutenção do arquivo universitário assim como iniciativas e atividades arquivísticas apropriadas uma vez que os arquivos tem por objeto a guarda criteriosa da documentação com vistas à recuperação da informação propiciando acesso e disponibilidade de dados aos seus usuários, facilitando o intercâmbio e contribuindo para a construção do saber.

Poderíamos mesmo afirmar que o arquivo universitário constitui a memória coletiva da universidade. Destituída dessa "memória", assim como qualquer indivíduo, a instituição sofreria de amnésia, ignorando as forças do passado que a transformaram no que ela é, incapaz de afirmar sua identidade como também particularidades atuais, partindo com dificuldades na definição de um futuro promissor. O bom desempenho do arquivo universitário, fonte inestimável, entre outros aspectos, para a reconstituição da história da educação superior no respectivo país pressupõe a existência de arquivos universitários organizados nas respectivas instituições.

A universidade no desempenho de sua função social, que, consiste na construção do saber, na preparação via ensino e pesquisa das pessoas para atuarem e melhorarem a sociedade em que vivem e transporem os muros da instituição para levarem esse conhecimento à comunidade, deve assumir o papel de contribuir para a compreensão do homem no seu contexto social. E o arquivo universitário através do potencial de informações que armazena pode servir de ponte para se alcançar esse conhecimento

intermediando o processo de interação e comunicação com a comunidade.

5.6 ETAPAS DE SISTEMATIZAÇÃO

Os arquivos universitários têm alguns aspectos que convergem com as universidades. Ao se estabelecer programas, metas e objetivos referentes aos arquivos universitários devemos levar em consideração o veio comum que os sustenta em decorrência do contexto no qual estão integrados beneficiando pois a criação e existência dos arquivos universitários.

Essa base, de acordo com Maher (1992, p. 9), se apoia no fato das universidades possuírem objetivos comuns que são a produção e transmissão do conhecimento; essas instituições buscarem a socialização e aculturação dos jovens; os arquivos funcionarem num ambiente onde a manutenção e crescimento dos mesmos deve atender e convergir com o objetivo da instituição no que diz respeito a educação, conhecimento e, finalmente nos benefícios decorrentes do desenvolvimento da teoria e prática arquivística.

Uma das metas do arquivo universitário é a de contribuir para a manutenção e crescimento da instituição assegurando que suas origens não se percam no passado bem como contribuir no cumprimento de sua função educacional, servindo de apoio ao

processo de ensino-aprendizagem, orientando estudantes e público em geral na utilização de documentos.

De acordo com Bocaccio, a elaboração dos programas arquivísticos deve incidir na identificação dos acervos dos setores tanto administrativos quanto acadêmico; na preservação dos documentos; numa política de avaliação e eliminação de documentos afim de evitar perdas no acervo; política de recolhimento; programa de arranjo; programa descritivo com a elaboração de instrumentos de pesquisa; programa de processamento técnico dos documentos administrativos e históricos; política de pessoal; política de aquisição, entre outros (Bocaccio, s.d.). Opinião defendida por Maher (1992) como também por Saffady (1979).

Saffady (1979, P. 98) alerta para alguns pontos que deve-se levar em consideração ao se estabelecer programas arquivísticos no âmbito dos arquivos de instituições de ensino superior, quais sejam:

1. Os documentos produzidos pela administração universitária no curso de suas atividades são propriedade da universidade;
2. Os documentos não podem ser eliminados sem a aprovação do responsável pelo setor que retém os documentos bem como do arquivista da universidade;

3. O arquivo universitário é o repositório oficial dos documentos administrativos permanentes e de importância histórica;

4. O arquivista universitário deve ser o responsável oficial da universidade para as atividades de identificação e recolhimento sistemático dos arquivos permanentes da administração para o arquivo.

Ao se implantar o arquivo universitário deve-se atentar para alguns aspectos fundamentais, que na visão de Maher (1992), são os seguintes: **missão e estabelecimento do arquivo universitário, posicionamento do arquivo na estrutura organizacional da Universidade, acervo, pessoal, instalações e serviços.**

MISSÃO E ESTABELECIMENTO DO ARQUIVO UNIVERSITÁRIO. O primeiro passo na sistematização dos arquivos universitários é definir sua missão, esfera de atuação e poder. Procedida essa etapa, o segundo passo para sua instalação deve ser a de redigir e assegurar a aprovação institucional do documento autorizando a existência do arquivo e conferindo-lhe poder para desempenhar sua missão. Maher lembra que o documento deve primar pela brevidade e objetividade incluindo alguns itens considerados importantes que para o autor, são os seguintes:

1. explanação da missão do arquivo universitário;
2. conceito de arquivo universitário;

3. demonstraco de que o arquivo  a unidade da universidade responsável pela guarda e manuteno dos documentos institucionais sejam eles de valor administrativo ou históricos;
4. identificao dos usuários a serem atendidos pelo arquivo universitário, condies de utilizao dos documentos e acesso aos mesmos;
5. autoridade conferida ao arquivista como o responsável na conduo das atividades necessárias para o cumprimento do programa arquivístico estabelecido;
6. delineamento dos elementos do programa arquivístico especialmente no que concerne a responsabilidade de recolher, preservar e dar acesso aos documentos bem como estabelecer outros elementos que venham complementar o programa (gesto de documentos, história oral etc).
7. identificao do nível de subordinao administrativa do arquivo (Maher, 1992, p. 20-21).

Estes itens contribuem para legitimar, conferir estabilidade e proteo no alcance das metas básicas do programa arquivístico. A autorizao para a criao e funcionamento do arquivo deve ser assegurada através de atos constitutivos, estatutos, regulamentos etc.

POSICIONAMENTO DO ARQUIVO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE. Outro ponto de discusso  a questo da posio do arquivo na estrutura hierárquica da universidade que se caracteriza na segunda fora, de acordo com Maher (1989), que vo moldar o arquivo universitário e cuja localizao no organograma

da instituição determinará os rumos das atividades arquivísticas. Deve ser enfatizado o fato do arquivo universitário necessitar de autonomia para o cumprimento de sua missão.

ACERVO. Torna-se impossível determinar com precisão o acervo dos arquivos universitários por conta da multiplicidade de instituições com características diversas. Entretanto os arquivos universitários apresentam algumas categorias de documentos que são comuns a todas instituições e cuja preservação no arquivo é fundamental. São elas, entre outras, os atos constitutivos e normativos da universidade; estatutos; regimentos; regulamentos; relatórios de atividades; documentos relativos aos alunos, docentes, pessoal de apoio; documentos relativos aos projetos pedagógicos etc.

PESSOAL. Assim como o arquivo universitário não pode existir sem a documentação da instituição ele não pode funcionar sem os recursos humanos adequados para a implementação das atividades arquivísticas. O efetivo de pessoal vai variar de acordo com tamanho da instituição, que vai determinar a quantidade de documentos a serem processados, como também, pelos serviços prestados com base no planejamento pré-estabelecido pelo arquivo.

INSTALAÇÕES. A determinação precisa das condições adequadas para a instalação do arquivo é impossível pois cada caso deve ser examinado à luz de seu contexto. Mas, ao se pensar no espaço apropriado para o arquivo deve-se levar em consideração algumas necessidades básicas que são: espaço para o depósito de

documentos, o destinado para o pessoal processar tecnicamente o acervo e aquele para consulta pelo usuário. Dependendo do recurso financeiro e necessidades prever espaço para laboratório de microfilmagem, restauração etc.

SERVIÇOS. O arquivo deve prover seus usuários com um maior número possível de serviços. Portanto é essencial que ele conheça seu universo de usuários para apresentar serviços adequados e que satisfaçam suas necessidades justificando pois, a razão de existência do próprio arquivo universitário.

5.7 IDENTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES EMPREENDIDAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

O bom desempenho do arquivo universitário vai depender da implementação de várias atividades, pois a principal motivação do arquivo é o usuário para o qual todas as ações realizadas devem estar orientadas. Os arquivos de modo geral materializam sua razão de ser através de uma série de atividades que lhe são peculiares, que, segundo Delgado Aguilar (1993), são identificadas pela: "normalização, custódia, registro, classificação, ordenação, descrição, empréstimo, preservação, restauração, difusão, informação e exposição ao público". Ainda de acordo com o autor, a sustentação dessas atividades e estrutura organizacional necessitam de insumos tais como: "recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros", obtidos do meio ambiente.

Numa tentativa de classificação buscaremos categorizar as atividades por sua natureza em política, técnica, de gerenciamento, e de produtos e serviços.

5.7.1 Atividades de natureza política

5.7.1.1 Identificação da missão do arquivo universitário

Integrando as atividades de natureza política temos a identificação da missão do arquivo universitário que segundo Maher (1992, p. 19) se constitui no primeiro passo para se estabelecer um programa de arquivo universitário. A definição dessa missão é que vai determinar todos os caminhos a serem trilhados através de programas específicos.

De acordo com Acland (1993) a missão primária do arquivo universitário é manter organizada adequadamente a documentação produzida e recebida pela instituição a fim de satisfazer as necessidades administrativas correntes e preservar a memória da instituição.

Despy - Meyer (1993), Diretor do arquivo da Universidade Livre de Bruxelas e membro eleito da Seção de Arquivos Universitários do Conselho Internacional de Arquivos, em comunicação apresentada durante a reunião de instalação da referida Seção considera que constitui missão do arquivo reunir e conservar os documentos administrativos de uso não corrente como

também a de reunir todos os tipos de documentos não oficiais que venham ajudar na compreensão da história da universidade em suas diferentes facetas. Enfatizando a idéia de que a missão vai determinar todas as ações futuras do arquivo poderemos sentir a influência desta na forma de crescimento do acervo, pois é "primordial também coletar outros documentos, não administrativos, mas também interessantes capazes de reviver todos os aspectos da vida universitária" (Despy - Meyer, 1993).

Logo, a constituição do acervo documental vai ser influenciada pela dupla missão do arquivo. De um lado, objetivando atender essa função administrativa ele recolhe os documentos administrativos permanentes oriundos dos vários setores da administração que sozinhos se constituem numa vertente imperfeita, segundo Despy - Meyer (1993), para a reconstituição da história da universidade. Faz-se necessário a reunião de outros documentos não administrativos que amplie a possibilidade de contar todos os aspectos da vida universitária.

5.7.1.2 Justificativa da existência do arquivo universitário

Outra atividade é a justificativa da existência do arquivo. O arquivo universitário constitui uma fonte rica de informações justificando sua existência e manutenção, como podemos constatar através das palavras de Shipton (1964, p. 396) dizendo que "qualquer arquivo de instituição de ensino superior é, em proporção ao seu tamanho, tão rico em fontes históricas quanto o

arquivo de estado; e aí está a metade da justificativa de sua razão de existência". De acordo com o autor, as instituições devem promover a idéia do arquivo como referencial de pesquisa do conhecimento humano para a comunidade acadêmica caso contrário elas correm o risco de uma má compreensão de sua própria razão de ser.

No afã de justificar a existência do arquivo universitário, Browne (1953) apresenta uma discussão detalhada de inúmeras atividades dos arquivos na tentativa de convencer e justificar junto a administração a existência do arquivo universitário pois "torna-se cada vez mais evidente para os administradores das universidades católicas americanas que um arquivo organizado e funcionando não é um luxo mas uma obrigação que eles devem ao passado, presente e futuro (Browne, 1953, p. 226). Enquanto que para Blendon (1975, p. 175), a justificativa e razão da existência do arquivo universitário está em seu potencial de atendimento à pesquisa.

5.7.1.3 Apoio da administração

Trabalhar com vistas a obter **apoio da administração superior** na execução das tarefas do arquivo universitário constitui-se num fator fundamental para o seu desenvolvimento.

O grau de desenvolvimento dos arquivos universitários será determinado por vários fatores como o nível de apoio dado pela

administração superior ao trabalho arquivístico como observa Gutiérrez Muñoz (1992).

5.7.1.4 Incentivar o uso do arquivo universitário

Incentivar o uso do arquivo universitário a partir da demonstração das vantagens e possibilidades de recursos como também obtenção do reconhecimento por parte dos estudantes, administradores e professores, sobre o valor do documento arquivístico, a nosso ver pode ser considerada uma atividade de natureza política desenvolvida pelo arquivo universitário.

Burckel (1979) enumera várias maneiras de se estreitar os laços, entre arquivo universitário e usuários, tais como:

1. aproximação do arquivista junto aos institutos e departamentos a fim de se inteirar sobre as pesquisas em andamento, novos cursos a serem ministrados, oferecendo através do arquivo apoio para pesquisa junto ao acervo custodiado;
2. contribuição nos programas de cursos de graduação e pós-graduação mostrando como o material arquivado pode ser utilizado em sala de aula;
3. orientação do usuário no que diz respeito a que documentos usar e como pesquisar;

4. estimular o uso dos documentos do arquivo por parte dos discentes;

5. elaboração por parte do arquivista de artigos, panfletos, publicações, não só sobre o acervo, história da instituição como também, entre outros exemplos, escrever um trabalho sobre o perfil do estudante ao longo dos anos etc;

6. participação do arquivista em "comissões" da universidade seja para organização e celebração de festas de aniversários, história da instituição, cooperando com departamentos, alunos, administradores etc.

5.7.2 Atividades de natureza técnica

5.7.2.1 Avaliação de documentos com elaboração de tabela de temporalidade

Dentre as atividades de natureza técnica desenvolvidas pelo arquivo universitário temos a **avaliação de documentos com elaboração da tabela de temporalidade** que são fases que compõem o processo de gestão de documentos.

Rodríguez (1992, p. 1) observa que no processo de administração ou gestão de documentos, a tarefa mais delicada e significativa é a avaliação. Essa atividade deve ser coordenada pelo arquivista com a participação do setor produtor do documento criando-se uma comissão que para ter mais força deve ser

"formalizada por meio de uma resolução". E como resultado desse trabalho de avaliação será produzida a tabela de temporalidade.

Cessado o valor administrativo dos documentos, o seu uso corrente, aqueles considerados de valor informativo ou probatório permanente são recolhidos aos depósitos. Cabe ao arquivista juntamente com os produtores e usuários da documentação a análise e avaliação dos documentos estabelecendo sua destinação final (guarda permanente ou eliminação), cabendo-lhes a responsabilidade de decidir que documentos serão preservados e por quanto tempo.

A avaliação é feita levando-se em consideração a frequência de uso do documento, o valor histórico e de pesquisa do documento, o custo de manutenção do acervo nos depósitos, enfim, esses são alguns critérios entre outros que devem nortear a avaliação e seleção documental. Essa etapa de trabalho revestida de toda sua complexidade se aplica aos arquivos qualquer que seja sua natureza e como não poderia deixar de ser, também ao arquivo universitário.

Neste sentido, Boles & Young (1985) tentam desvendar o mistério da avaliação focalizando os arquivos administrativos universitários sendo contudo seus princípios extensivos a outras categorias de arquivos objetivando uma maior compreensão do processo avaliativo. Partindo dos princípios teóricos preconizados por Schellenberg, os autores apresentam um modelo onde discutem três categorias de elementos: valor informativo;

custo de retenção e implicações quanto as recomendações de avaliação.

A avaliação de documentos também constitui objeto de preocupação de Bocaccio (s.d.) que alerta para que se tome providências nesse sentido evitando-se perdas de documentos. É preciso preservar, entre outros, os documentos relativos a política universitária que evidenciam o crescimento e desenvolvimento da universidade. Na opinião da autora deve-se estar atento aos critérios de avaliação para que se guarde o que realmente é importante, pois a proliferação de documentos gera um problema de espaço físico, além, é claro, de dificultar a recuperação dos documentos.

O aumento da produção documental por parte das instituições universitárias ocorre em consequência do aumento do tamanho das universidades bem como a diversificação e abrangência dos campos de estudo. Para McLaren (1975) isso levou a se ter uma maior preocupação com os arquivos evidenciando-se a complexidade da tarefa, acrescida aí uma dificuldade imposta pela fragmentação da documentação com fundos desfalcados face a negligência tanto no recolhimento, processamento dos acervos, eliminação "selvagem" sem critérios de avaliação, como também negligência no que tange aos aspectos de instalações físicas para preservação do acervo, além de fatalidades (incêndio, enchentes) ocorridas durante o processo de acumulação. Quando o autor se refere a eliminação de documentos sem os devidos critérios, mais uma vez notamos o quanto é fundamental que o arquivista responsável pelo arquivo

universitário se empenhe em instituir um programa de avaliação de documentos.

Saffady (1979) adverte para o fato de que a viabilização de um programa de arquivamento começa pelo reconhecimento por parte dos arquivistas bem como pelas autoridades, de quem muitos documentos jamais deveriam ter sido recolhidos aos arquivos. A avaliação do acervo arquivístico a fim de determinar os valores legal, administrativo ou histórico deve ser procedida pelo arquivista conjuntamente com os responsáveis pela documentação dos respectivos setores.

O produto final do trabalho será a elaboração da tabela de temporalidade que é um instrumento onde está especificado o prazo da guarda dos documentos no arquivo corrente como também sua destinação final, ou seja, seu recolhimento ao arquivo central da universidade ou sua eliminação. O autor assinala a dificuldade na elaboração da tabela de temporalidade entretanto conclui que a "única tabela eficaz é aquela que conjuga as necessidades da administração que produziu os documentos com as da universidade como um todo" (Saffady, 1979, p. 99). De posse de uma tabela bem elaborada os usuários da administração serão capazes de identificar os documentos que devem periodicamente ser transferidos e eliminados daqueles que devem ser recolhidos e preservados.

Brichford (1979) num estudo sobre o arquivo da Universidade de Illinois aborda a questão da avaliação. Partindo do princípio

da Teoria das Três Idades que divide os arquivos em três fases, é certo que cabe ao arquivo permanente somente receber os documentos de valor permanente que são assim designados após a avaliação e seleção documental e que deverá ocorrer nas fases que antecedem.

Segundo o autor, o arquivista universitário deve buscar as fontes arquivísticas, ter autonomia de ação, avaliar fontes de valor histórico, classificar de acordo com o sistema existente e eliminar os documentos desprovidos de valor informacional assegurando a guarda daqueles de real valor. Continua afirmando que o arquivista deve incorporar a seu perfil três vertentes: de pesquisador, de administrador de documentos e de administrador. Enquanto administrador de documentos deve conhecer a importância de se manter arquivos de qualidade e como selecionar documentos que justifiquem sua preservação. Como administrador precisa ter uma visão da administração de arquivos e das técnicas que envolvem a criação e manutenção de arquivos (Brichford, 1979, p. 8).

Brichford (1979) considera que a mais importante tarefa do arquivista é a determinação do valor dos documentos durante o processo de avaliação. Nesta etapa ele precisa saber o que guardar e por que, bem como conhecer quem utilizará a informação e de que maneira. Antes de avaliar é preciso listar os principais tipos de documentos que precisam ser preservados no arquivo universitário. Para ele são considerados importantes: correspondências, relatórios, manuscritos, publicações,

fotografias, fitas, minutas, documentos relativos à pessoal, alunos etc, entre outros materiais provenientes das atividades e funções desenvolvidas na universidade seja no âmbito administrativo ou acadêmico.

Outro conjunto documental considerado importante são os arquivos privados tanto de docentes quanto do pessoal administrativo, que também devem ser de responsabilidade do arquivista. Considerados de valor, os documentos devem ser recolhidos aos arquivos da universidade sendo tratados como fundos privados.

O terceiro grupo de documentos de grande valor são os arquivos das organizações estudantis (diretórios acadêmicos - DA, diretórios centrais de estudantes - DCE, por exemplo) pois representam os interesses acadêmicos, sociais, profissionais, políticos e religiosos dos estudantes.

O quarto grupo de documentos é constituído pelas publicações da universidade que devem se integrar aos arquivos formando uma série a parte, juntamente com os documentos oficiais e privados.

O quinto grupo de documentos de grande valor são monografias, teses, memoriais, dissertações e artigos que incorporam os acervos de muitos arquivos.

Os documentos arquivísticos são preservados pelo seu valor informativo ou probatório. Para que sejam guardados documentos significativos é preciso se determinar o valor dos vários conjuntos documentais produzidos. É preciso selecionar documentos potencialmente mais importantes para os pesquisadores e que abranjam a totalidade das atividades desenvolvidas pela universidade ao longo dos anos com um menor volume dentre aqueles mais significativos. O arquivista deve conservar os documentos que contenham informações concernentes à missão e funções da universidade. Acrescidos a estes, dossiê de estudantes, relatório final de atividades de pesquisa, relatórios dos setores, serviços etc.

Em todas as áreas o arquivista precisa ter a sensibilidade de discernimento sobre o que é importante preservar. A não observância aos modernos princípios de criação e manutenção de arquivos gera um arquivamento de documentos não só pobre de qualidade como grande em quantidade (Brichford, 1979, p. 11). Não se pode perder de vistas os altos custos da manutenção de arquivos.

A avaliação de documentos também é considerada uma etapa importante a ser desenvolvida no arquivo universitário, seja por Acland (1993) da Universidade de Queensland (Austrália); Mayer (1992) quando discute largamente a questão dedicando um capítulo do livro para sua discussão; Dinel (1992, p. 186) que nos adverte sobre o quanto a tabela de temporalidade é considerada um importante instrumento de gestão para as universidades canadenses

do Quebec; Goyer (1991) quando aborda o arquivo da Universidade Laval e assinala as vantagens do programa de gestão de documentos onde está embutida a avaliação e tabela de temporalidade.

Finalmente Martins (1992) fala sobre as dificuldades do que e como preservar afirmando a necessidade de uma seleção documental criteriosa. Segundo o autor, "a preservação (ou descarte) e a organização de arquivos históricos... não devem ser decisões burocráticas e sim baseadas em critérios dos usuários finais desses arquivos..." (Martins, 1992, p. 33)

5.7.2.2 Caracterização do acervo

Outra atividade de natureza técnica é a **caracterização do acervo** do arquivo universitário que apresenta especificidades e como afirma Gutiérrez Muñoz (1992, p. 7) são os "tipos documentais" entre outras peculiaridades que distinguem o arquivo universitário". O acervo do arquivo universitário vai ser constituído de todos os documentos produzidos e acumulados durante o exercício das funções e atividades da universidade. Daí a importância de se partir da análise funcional institucional preconizada por Samuels (1992) não só para a implantação do serviço como para primeiramente conhecer o acervo.

O acervo institucional tem sua entrada no arquivo de forma natural, ou seja, através do recolhimento. De um modo geral os acervos são compostos de documentos relativos à fundação e

origens da universidade com seus documentos constitutivos; documentos oriundos dos órgãos superiores, colegiados, conselhos, unidades; documentos das atividades-meio da universidade; documentos que evidenciam as atividades acadêmicas da instituição fruto da função ensino-aprendizagem, compostos não só da documentação do corpo discente, sua vida curricular, cultural, esportiva, atividades desenvolvidas, participação nos círculos estudantis como o diretório acadêmico; documentos produzidos durante o processo de ensino como anotações de aula, conteúdos, planejamento de curso por parte dos docentes; documentos produzidos durante o processo de pesquisa científica, e, finalmente documentos que reflitam as atividades sociais, culturais e de lazer da comunidade universitária. A tipologia documental que compõe o arquivo universitário é identificada por vários autores, entre eles, Bocaccio, McLaren, Despy-Meyer e Dinel.

Dentre esse acervo o material impresso, tipo boletins, relatórios, circulares, portarias, resoluções, publicações estudantis, jornal literário, jornal do diretório, cartazes, programas de eventos, que são documentos informativos que refletem um parte importante da história da universidade, e que portanto são considerados de valor permanente, na maioria das vezes apresenta dificuldades de recolhimento.

Sanders (1986) observa que a avaliação do material impresso que integra o arquivo universitário é uma realidade que deve ser pensada. Mas que, antes de avaliar esse material cabe ao

arquivista pensar a melhor maneira de obter e recolher esse acervo com valor de guarda permanente. Relata a experiência e metodologia de recolhimento adotada na Universidade de Pepperdine.

O recolhimento do material impresso pode se confrontar com a política de aquisição por parte da biblioteca universitária, como reconhece Brichford (1979). No entanto, na Universidade de Illinois, segundo o autor, o problema foi sanado com a criação de uma norma que obriga o recolhimento ao arquivo de um exemplar das publicações efetuadas pela universidade, inclusive dos impressos produzidos por sua editora.

A preservação das teses e dissertações pelo arquivo universitário muitas vezes gera conflitos, com os grupos divergindo sobre a matéria, questionando se esse material constitui ou não documento arquivístico. A Associação de Arquivistas Americanos, através da Seção de Arquivos Universitários elaborou em 1975 uma Resolução sobre Teses e Dissertações (apud Maher, 1992, p. 393-94) estabelecendo que sendo as teses e dissertações o relato final de uma pesquisa conduzida pelos estudantes da instituição e sendo prova de evidência do saber produzido pela instituição, esse material possui valor permanente e deve ser guardado no arquivo.

Quanto a teses, dissertações, memoriais, monografias, artigos produzidos por docentes, enfim, toda produção científica e intelectual, entendemos que constituem material arquivístico

uma vez que eles foram produzidos no curso das atividades docentes ou discentes para atender uma finalidade: seja a obtenção de titulação acadêmica, trabalho de curso, apresentação em congresso etc. Portanto são fontes arquivísticas e além disso constituem prova jurídica, tem valor cultural, são material de ensino e fonte de pesquisa, compondo enfim, o patrimônio documental da universidade.

5.7.2.3 Aquisição de acervos

O acervo da universidade não deve se limitar apenas aos documentos institucionais. O arquivista deve buscar ampliar seu acervo abrindo caminhos e estabelecer políticas com vistas a **aquisição de acervos** que vem a ser outra atividade desenvolvida pelo arquivo universitário.

Com a preocupação de ampliar a atuação do arquivo universitário junto aos vários segmentos da comunidade acadêmica, Burckel (1979) sugere alguns pontos para reflexão com vista a expansão e diversificação do acervo para que este atenda a todos os setores e resultando num maior comprometimento do arquivo com a comunidade.

De acordo com Burckel (1979, p. 47) o arquivista pode estar seguro de que o material que ele custodia, arranja e preserva determina o que se pode ou poderá saber sobre a história da instituição. Segundo ele, a educação superior está cada vez mais

complexa e diversificada obrigando o arquivista a ampliar seus acervos para melhor atender as demandas e usar métodos mais criativos de aquisição, avaliação e interpretação da informação contida nos mais variados formatos. Neste aspecto sugere:

1. Não limitar-se somente aos recolhimentos da documentação administrativa, devendo incentivar a doação de documentos pessoais dos membros da universidade;
2. Estabelecer uma política de aquisição de acervos da comunidade externa que sejam significativos para a instituição. Se a universidade atende a uma região industrial, por exemplo, oferecendo curso de engenharia, o arquivista deve tentar adquirir os acervos das indústrias locais;
3. Contactar os alunos e recolher ao arquivo documentos dos diretórios acadêmicos, publicações estudantis etc;
4. Estar atento aos eventos culturais estabelecidos no calendário promovidos pela universidade (exposições, recitais, comemorações etc) com vistas a documentar os fatos preservando a informação;
5. Utilizar a história oral (entrevistas) como método de documentar a educação superior.

Todas essas iniciativas mencionadas pelo autor visam documentar de forma mais abrangente o papel da educação superior na sociedade cujo acervo será utilizado por pesquisadores.

Além dos documentos institucionais produzidos e recebidos pela universidade outra categoria de acervo que compõe os arquivos universitários são os fundos ou coleções documentais de arquivos privados, tanto pessoais quanto familiares, de alunos, professores, funcionários ligadas à universidade como também arquivos que apresentam interesse para a comunidade universitária e que foram doados ou comprados pela instituição.

As universidades britânicas, tanto as mais antigas quanto as mais modernas estão conscientes da importância da aquisição de acervos privados que apresentam interesse sobretudo para a história local relativos as atividades comerciais, industriais, rurais etc (McLaren, 1975). Na Inglaterra, algumas universidades pelo fato de manterem essa categoria documental tornaram-se centro de referência nacional e internacional em determinados assuntos, como por exemplo a Universidade de Londres que é um centro de referência para a educação superior (Roméo⁶, 1993). Diante da importância assumida pelo acervo privado que se encontra na instituição o arquivo muitas vezes recebe o nome da pessoa, família etc. Este fato ocorre em alguns arquivos de universidades inglesas (McLaren, 1975, p. 185).

O Serviço de Arquivo da Universidade de Montreal possui uma política de aquisição de documentos históricos regulamentada, priorizando a aquisição daqueles provenientes do pessoal de sua comunidade universitária bem como os das unidades de serviço existentes. Também são adquiridos acervos privados de

⁶ José Raimundo Martins Roméo, dados obtidos em entrevista, em Niterói, 1993.

professores, pesquisadores, estudantes, pessoal administrativo e também fundos privados institucionais cujas atividades estão ligadas à universidade e que dizem respeito à pesquisa e educação. Objetivando beneficiar a pesquisa, também são adquiridos fundos privados pessoais ou institucionais mesmo sem vinculação orgânica com a universidade mas que se constituem em importantes fontes de informação. Entretanto essa aquisição está vinculada à linha de interesse de pesquisa institucional com ênfase nos campos da educação, música e ciências da saúde. Assim, possui acervos de artes, literatura, educação, medicina, sindicatos e associações de classe prioritariamente, entre outros.

5.7.2.4 Programa de gestão de documentos

O estabelecimento do **programa de gestão de documentos** também, para nós, constitui uma atividade de natureza técnica a ser empreendida pelo arquivo universitário.

A pertinência do programa de gestão de documentos é evidente na concepção de arquivo universitário que englobe todo o processo um vez que vai se preocupar com a documentação desde sua produção, utilização, avaliação e preservação. Desta forma o arquivo universitário assume uma feição dinâmica atuando desde o início do processo de criação da documentação conferindo-lhe um tratamento adequado fazendo com que ele não seja concebido como um mero depósito final de documentos com o risco de informações

de suma relevância perderem-se durante sua tramitação. O programa de gestão de documentos possibilita o conhecimento e o estabelecimento do fluxo documental.

No Canadá a maioria dos arquivos universitários desenvolvem um programa de gestão de documentos, alguns com um programa completo, atuando nos arquivos correntes; adoção de plano de classificação e indexação; nos arquivos intermediários; avaliação; preservação e conservação etc, enquanto outros desenvolvem só algumas atividades de gestão de documentos institucionais.

Pelo trabalho que vem desenvolvendo em relação a sua documentação merece destaque especial mencionarmos a Universidade Laval onde a Divisão de Arquivos tem uma dupla missão: elaborar e implantar sistemas relativos à gestão de documentos administrativos da universidade e por outro lado o de responder às necessidades de ensino e pesquisa propiciando o acesso aos documentos conservados no arquivo.

Para por em prática sua primeira missão implanta um programa de gestão de documentos que atende a mais de 200 unidades da universidade que produzem e recebem documentos no âmbito de suas atividades. Esse programa é composto de atividades que dizem respeito aos documentos administrativos desde sua produção até sua eliminação ou recolhimento ao arquivo. Essas atividades são:

1. "Gestão de Formulários" que é um conjunto de regras e procedimentos técnico-administrativos visando a racionalização da produção, utilização e conservação de formulários otimizando sua utilização nas diversas unidades da universidade.
2. "Tratamento dos Arquivos Correntes" com a implantação do plano de classificação e recuperação dos documentos a fim de atender as diferentes realidades da universidade.
3. "Tratamento dos Arquivos Intermediários" com a adoção de um conjunto de regras e procedimentos administrativos e técnicos com vistas ao tratamento e recuperação dos documentos na fase intermediária.
4. "Elaboração de Tabela de Temporalidade" onde são estabelecidos prazos de guarda dos documentos produzidos e recebidos pela instituição e eliminação daqueles destituídos de valor.
5. "Proteção aos Documentos Essenciais" composto de medidas que permitem identificar e preservar os documentos indispensáveis aos funcionamento da universidade.
6. "Micrografia" com a identificação e avaliação de projetos que necessitem a aplicação de tecnologia.

Para realizar a segunda parte de sua missão, ou seja, atender as necessidades de ensino e pesquisa, a Divisão de Arquivos desenvolveu um programa de gestão de arquivo - aqui

entendido o arquivo permanente - que tem como objetivo os documentos de valor histórico da universidade bem como fundos e coleções de arquivos privados incorporados ao acervo para atender ao ensino e a pesquisa.

O programa de gestão de arquivo engloba três categorias de acervo: (i) o arquivo institucional constituído de documentos de valor histórico ou de pesquisa provenientes das diferentes unidades da instituição (Faculdades, Departamentos, Escolas, Conselhos, Comissões etc) recolhidos ao arquivo; (ii) arquivos privados que são de dois tipos: fundos e coleções provenientes de pessoas ou organismos que trabalharam na universidade (arquivos de professores, estudantes, associações estudantis, sindicatos, associações profissionais etc) e aqueles provenientes de pessoas e organismos externos à universidade, ou seja, da comunidade e que suscitam interesse para o ensino e pesquisa, e, (iii) arquivos de folclore constituídos de fundos concernentes à civilização de língua francesa da América do Norte.

Goyer (1991), descreve o funcionamento e no que consiste a gestão dos arquivos na Universidade Laval mais especificamente o que diz respeito à gestão dos documentos administrativos. Mostra a atuação da Divisão de Arquivos da Universidade junto às várias unidades, os serviços prestados assinalando a autonomia por parte das unidades e as vantagens advindas da orientação arquivística da Divisão de Arquivos. Enfatiza a importância de um trabalho conjunto da Divisão com as várias unidades a fim de serem

preservadas as especificidades de cada setor para melhor atender o funcionamento da universidade.

Também a Universidade de Montreal vem desenvolvendo todo um programa de gestão de seus arquivos com o processamento técnico da documentação desde sua fase corrente, administrativa, com a elaboração de um plano de classificação e recuperação da informação com a manutenção do arquivo intermediário e permanente. Tem política de recolhimento, avaliação de documentos com tabela de temporalidade, políticas de acesso aos documentos, de aquisição de acervos históricos, trabalha com a conservação dos materiais, utilização de recursos tecnológicos (microfilmagem e informática), enfim, todo um conjunto de atividades buscando incidir no processo documental e informativo como um todo, desde sua produção até sua destinação final que poderá ser a eliminação ou guarda permanente do documento.

O programa de gestão de documentos vem ganhando importância e destaque entre os pares no âmbito dos arquivos universitários das instituições britânicas. Necessidade de ação coordenada na gestão de documentos com ênfase nos arquivos correntes, plano de classificação dos documentos tanto daqueles da gestão administrativa quanto da gestão acadêmica foram enfatizadas dentre as recomendações de um grupo de estudos da Universidade de Londres encarregado de estudar os arquivos universitários, no início da década de 70. McLaren (1975, p. 138) menciona universidades cujos interesses estão orientados para os arquivos

correntes e intermediários e fazendo parte portanto de um programa maior de gestão de documentos.

Nas universidades australianas, de acordo com Acland (1993) a tendência recente é a de conciliar programas de gestão de documentos ("current records management") e arquivos permanentes por parte das universidades que custodiam os arquivos institucionais. É o que se poderia chamar o efeito "tipo guarda-chuva" com uma maior abrangência de programas.

O arquivista deve ter como missão a responsabilidade de administrar os documentos durante todo seu ciclo vital com vistas a recuperação da informação e não só os documentos do estágio final. É preciso mudar-se a idéia de se encarar o arquivista como "guardião" mas sim como um profissional ativo e empenhado no tratamento da informação para que ela sirva aos usuários. Para isso o foco de interesse deve estar centrado nos sistemas de controle intelectual mais do que em se estabelecer procedimentos de controle meramente físicos.

Em fins da década de 80 a Universidade de Queensland (Austrália) cria o "Arquivo e Serviço de Gestão de Documentos" (ARMS - Archives and Records Management Services) com a finalidade de tratar a documentação em todos os seus estágios, desde a fase corrente passando pela intermediária até a permanente. É a preservação do documento tanto pelo seu valor de evidência, de prova quanto pelo seu valor informativo. Foi adotado um plano de classificação dos documentos a partir das

funções e atividades desenvolvidas pela instituição e a informatização da documentação corrente. Ainda no que diz respeito a recursos tecnológicos, para os documentos de alunos vão adotar o recurso de processamento e gerenciamento da imagem, com a digitalização dos mesmos, como um recursos mais adequado ao armazenamento e recuperação da informação. Dentro do programa de gestão, a avaliação de documentos também é priorizada.

A adoção e adaptação de programas de gestão de documentos no âmbito dos arquivos universitários, fruto de levantamento efetuado em 1988 em universidades americanas, é discutida por Marjorie Barrit (1989) arquivista da Universidade de Michigan e Presidente da Seção de Arquivos Universitários do Conselho Internacional de Arquivos (1992-1996).

Segundo a autora, o programa de gestão de documentos compreende a intervenção na avaliação e controle na produção de documentos, nos sistemas de arquivamento, a gestão dos arquivos correntes, condução sistemática de levantamentos sobre a documentação e servindo-se dessas informações para estabelecer prazos de guarda dos documentos, transferência da documentação de guarda temporária para depósitos de arquivos intermediários, prover o recolhimento da documentação permanente, a utilização da microfilmagem para segurança, preservação dos acervos ou para redução de espaço e também desenvolver um manual com procedimentos adotados.

Apesar do programa de gestão de documentos ter sido adotado nos arquivos governamentais a partir da Segunda Guerra Mundial, os arquivos das universidades americanas não acompanharam o processo. Aliado a isso a tradição de arquivos de manuscritos históricos predominante nas universidades fez com que se retardasse essa implantação. O resultado da pesquisa mostra que os arquivos dessas universidades, muitas vezes por dificuldades de todas as espécies, não adotaram na íntegra programa de gestão de documentos, e sim alguns aspectos e adaptando outros.

5.7.2.5 Processamento do acervo

O **processamento do acervo** com medidas que incidem no estabelecimento de um plano de classificação para os arquivos universitários, o quadro de arranjo para os documentos permanentes, o programa descritivo com a elaboração dos instrumentos de pesquisa e recuperação da informação são atividades técnicas essenciais para o bom desempenho do arquivo universitário. Esses aspectos são abordados por Martins (1992) quando fala sobre a importância da organização do acervo para viabilizar a pesquisa, Brichford (1979) e Maher (1992).

A preocupação com o arranjo também esteve presente nas Reuniones de Archivos Universitarios (RAU), no Peru, quando em 1990 durante a II RAU foi estabelecido e aprovado o quadro de fundos documentais dos arquivos universitários, servindo de

orientação aos arquivistas universitários e passível de ser adaptado.

No que concerne aos instrumentos de pesquisa, na IV RAU (maio de 1992) foi apresentada proposta de elaboração de Inventário e, na VI RAU (maio de 1994) de Guia do arquivo universitário.

A sistematização dos arquivos da universidade não deve ser uma iniciativa isolada com risco de se estabelecer um hiato entre os produtores e usuários da informação, fazendo com que o arquivo transgrida sua função primeira que é a manutenção do acervo criteriosamente organizado para atender aos usuários na consecução de seus objetivos e contribuindo assim para o bom funcionamento da instituição.

5.7.2.6 Conservação e preservação

Outra atividade de natureza técnica é a que envolve a **conservação e preservação** que se constitui num dos grandes problemas do arquivo. No que tange a essa questão Maher (1992) identifica os aspectos que vão influenciar na preservação dos acervos bem como cita algumas estratégias que podem ser empreendidas objetivando solucionar os problemas. Assim, apresenta a microfilmagem como um dos meios a ser utilizado na preservação justificada pela possibilidade de uso do documento por um maior número de usuários sem danificar o original e também

priorizando os documentos com valor de pesquisa muito grande. Entretanto, cabe ressaltar que a microfilmagem preserva o conteúdo informativo do documento porém não preserva o documento em si. Daí a tomada de medidas necessárias de conservação e técnicas de restauração quando necessária.

Outro critério de utilização da microfilmagem é o que foi adotado na Universidade Interamericana de Porto Rico que, ciente de falta de espaço físico para manter os arquivos administrativos, optou pelo sistema de microfilmagem com um projeto que visa entre outros aspectos, garantir a segurança de documentos vitais para a continuidade da administração em caso de perda do documento, acelerar os procedimentos administrativos, conservar os documentos históricos, reduzir gastos com equipamentos e espaço físico (Guiven Flores, 1994).

5.7.3 Atividades de gerenciamento

O gerenciamento dos **equipamentos**, das **instalações**, dos **recursos financeiros** e **humanos**, são pontos importantes que não podem ser negligenciados resultando numa série de atividades que visam o desenvolvimento do arquivo universitário.

5.7.3.1 Equipamentos e instalações

Para suprir as necessidades operacionais do arquivo é preciso **equipamentos e instalações** adequados não só para o armazenamento físico da documentação, como também para o pessoal que trata o acervo, inclusive o usuário. Maher (1992) enumera o tipo de equipamento necessário para a condução das atividades mostrando como o espaço com instalações adequadas é importante.

5.7.3.2. Recursos financeiros e humanos

A obtenção de **recursos financeiros** suficientes constitui-se numa tarefa árdua, pois na grande maioria dos arquivos eles são deficientes, comprometendo os programas a serem desenvolvidos. O arquivista deve trabalhar com vigor na obtenção de maiores recursos, como observa Maher (1992, p. 346).

São de fundamental importância contar com **recursos humanos** qualificados profissionalmente, com capacidade, criatividade, dinamismo, entusiasmo e em número suficiente.

A intercessão entre o arquivo e o usuário dar-se-á através do arquivista que assume uma função significativa nesse contexto, como observa Potts (1979) quando chama a atenção para o importante papel desempenhado pelo arquivista no exercício de suas atividades, enfatizando a ajuda que eles podem dar aos pesquisadores.

Gutiérrez Muñoz (1992), em trabalho apresentado durante o XII Congresso Internacional de Arquivos (Montreal, 1992), traça um perfil do arquivista universitário estabelecendo algumas considerações que o torna diferente daqueles que atuam em arquivos de naturezas diversas.

Sua capacidade e empenho profissional refletir-se-á não só na universidade como também nos usuários pois, "quando um arquivista universitário se esmera para exercer bem suas atividades e se entrega profissionalmente da melhor maneira possível, ele apoia não só sua universidade como também todos os destinatários em potencial de seus serviços" (Gutiérrez Muñoz, 1992, p. 3).

O autor aponta alguns traços que distinguem o arquivista universitário daqueles de outras instituições:

1. o arquivista universitário deve ser um profissional não só por razão dos estudos, reconhecimento oficial ou remuneração mas sim por convicção;

2. o arquivista universitário deve ser um embaixador de sua própria profissão e buscar o reconhecimento público de seu trabalho;

3. a diferença mais evidente entre um arquivista universitário e um outro arquivista está no meio no qual exerce sua própria profissão e buscar o reconhecimento público de seu trabalho;

4. o arquivista universitário precisa de constante atualização profissional (Gutiérrez Muñoz, 1992, p. 9-11).

Um aspecto da maior relevância é a ética que deve estar presente em toda atuação profissional do arquivista de modo geral e, certamente também, na do arquivista universitário. A postura individual e profissional do arquivista buscando oportunidades e resistindo à pressões vai determinar o desenvolvimento dos trabalhos. Não basta somente qualificação e conhecimentos técnicos, é preciso ter habilidade e diplomacia no trato sobretudo com a comunidade universitária. O reconhecimento profissional de seu trabalho lhe garantindo autonomia será sentido na difusão da missão do arquivo, nos objetivos bem como nos meios necessários para o seu cumprimento (Maher, 1992).

Burckel (1979) aponta alguns aspectos que devem ser considerados com vistas a um papel mais amplo e atuante do arquivista universitário que é o de conhecer os Institutos e Faculdades a fim de determinar os interesses de pesquisa; desenvolver formas de uso do acervo arquivístico; oferecer cursos, seminários e palestras junto aos estudantes e membros da comunidade; pesquisar e escrever artigos com base no acervo armazenado bem como atuar em comissões.

Analisando a realidade desses profissionais que atuam em universidades nos Estados Unidos, Maher (1989) constatou que a partir do papel desempenhado pelos arquivistas dos arquivos

universitários pode-se questionar o que vem a ser arquivo universitário propriamente dito, ou seja, sua missão.

No que concerne à função do arquivista, ele tem a responsabilidade pela custódia dos documentos; atuando como consultor no fornecimento de informações administrativas; educador; guia; responsável por exposições e até mesmo o de memória da instituição. Este último ao que nos parece traz em seu bojo, a idéia dos "hommes - archives" que são aquelas pessoas que encarnam todo o saber da instituição, possuidores do conhecimento e portanto consultados e imprescindíveis.

5.7.4 Produtos e serviços

A razão da existência do arquivo universitário está intrinsecamente vinculada à qualidade dos **produtos e serviços** que ele pode oferecer a seus usuários. A partir da identificação dos serviços fundamentais que o arquivo pode prover cabe ao arquivista atuar de forma a poder oferecê-los de maneira mais completa e eficaz. Segundo Maher (1992), esses serviços básicos são:

1. apoio administrativo fornecendo documentos, elucidando fatos, assistindo à administração corrente;
2. serviço de referência e pesquisa englobando uma análise e interpretação dos documentos, a mais completa possível;

3. apoio ao ensino, orientando estudantes e novos usuários nas bases da pesquisa metodológica e as técnicas de utilização dos documentos arquivísticos (compreensão do tipo de arranjo, pesquisa nos instrumentos de pesquisa etc);
4. atendimento ao público sobre as atividades relativas a instituição, organização de exposições, divulgação etc.

5.7.4.1 Apoio à administração

Para que o arquivo atenda às necessidades e demandas de informação é preciso primeiramente conhecer o perfil de seu usuário. A partir daí, o arquivo pode promover a melhoria de seus serviços mostrando o potencial de informações nele contido. O arquivista não pode ficar encapsulado no seu espaço. Deve fazer um trabalho de sensibilização, de divulgação de serviços junto à universidade trazendo os usuários para pesquisarem no acervo custodiado, mostrando por exemplo como o arquivo pode **apoiar a administração.**

O arquivo universitário constitui um meio eficaz de se conhecer e gerenciar as fontes de informação da instituição. Pelo fato de armazenar toda uma gama de categorias de documentos institucionais ele ocupa uma posição privilegiada de como se alcançar a eficiência administrativa. O arquivo se constitui num meio através do qual a universidade pode se utilizar na gestão administrativa e atingir metas propostas. Subsidiando a tomada de

decisões, auxilia na fixação das diretrizes do planejamento institucional.

Através da preservação do acervo institucional o arquivo universitário cria condições para que a universidade reflita e redimensione suas realizações, iniciativas, empreendimentos como também falhas e omissões fazendo com que o arquivo desempenhe um papel tanto de "consciência quanto de memória da instituição" (Maher, 1992, p. 10).

O conhecimento e a compreensão dos programas, metas e desenvolvimento da instituição ocorrem a partir do acervo custodiado pelo arquivo. São essas fontes de informação que vão subsidiar a administração. Como assinala Saffady (1979) ao se estabelecer o arquivo universitário com toda uma programação de administração dos documentos, além de todos os princípios técnicos metodológicos deve-se atentar para um programa de "educação do usuário" expondo os benefícios advindos de um programa de organização dos arquivos.

Naturalmente que para os arquivistas essas vantagens são evidentes. Entretanto o mesmo nem sempre ocorre por parte dos administradores das universidades que muitas vezes acreditam que os arquivos se constituem num depósito para curiosos, não sendo portanto fundamental. Faz-se mister a divulgação das vantagens do programa de administração de documentos e o papel desempenhado pelo arquivo universitário nesse contexto. Muitas vezes os usuários e produtores de documentos desconhecem que muitos

documentos já de uso não corrente contém importantes informações que necessitam ser guardadas e preservadas. É preciso mostrar as vantagens e sobretudo estabelecer programas menos onerosos para manutenção e preservação do material a fim de se garantir sua execução.

Os arquivos universitários prestam pois um grande serviço à administração fornecendo informações necessárias ao trâmite administrativo para levar avante a instituição, como assinala Bocaccio (s.d.), e fornecendo "dados de toda ordem como 'grande capital de experiência' para continuidade institucional da universidade" (Bellotto, 1989, p. 25).

5.7.4.2 Apoio ao ensino-pesquisa

Apoio ao **ensino-pesquisa** constitui outro serviço que o arquivo universitário pode prover. Para Blendon (1975), a razão primária da existência do arquivo universitário é facilitar a pesquisa acadêmica e para tanto apresenta um grande potencial. Compete ao arquivista, segundo a autora, estimular as inúmeras possibilidades de pesquisa provendo o arquivo com um excelente serviço de referência; estar aberto para que as atividades arquivísticas estejam em sintonia com o programa educacional da instituição: atuar na orientação de teses, dissertações, ministrar cursos de metodologia de pesquisa, organizar oficinas de trabalho para ensinar como se utilizar de fontes primárias.

Segundo Blendon (1975), se o arquivista trabalhar nesse sentido o arquivo universitário assume lugar de destaque como veículo importante na condução de pesquisas. A autora enumera as áreas, exemplificando com trabalhos, onde as fontes custodiadas pelo arquivo universitário podem ser exploradas, ou seja: história institucional, história das idéias, história social, história política e edição de manuscritos históricos. O arquivo universitário contribui também na formação do pesquisador e na produção do conhecimento científico como nos mostra Potts (1979), Shipton (1964) e Glezer (1989).

Potts (1979), no artigo "College archives as windows on american society" aborda sua interação com os arquivos das universidades os quais serviram de fonte de informação para sua pesquisa sobre educação superior na América do século XIX. O autor procura mostrar aos pares a importância dos arquivos universitários como fonte de pesquisa bem como a contribuição que o arquivista pode dar aos pesquisadores. Assinala o potencial de uso dos arquivos das universidades pelos pesquisadores nos estudos voltados para a história social e cultural da América. Partindo dos objetivos de sua pesquisa, num exercício metodológico, relata o tipo de acervo adequado para atender suas necessidades.

Potts (1979) espera sensibilizar os historiadores americanos para o uso das informações armazenadas nos arquivos das instituições de ensino superior e que ainda não foram exploradas adequadamente. Aponta a importância dos arquivos no

fornecimento de material como também no incentivo às pesquisas relacionadas à história da instituição, as desenvolvidas por eruditos, pesquisadores, bem como por graduandos e pós-graduandos. Os arquivos servem também de suporte na elaboração de monografias e dissertações, contribuindo assim na produção científica pois para ele "os arquivos constituem o espaço onde se poder atingir a fronteira da pesquisa histórica com o máximo de eficiência". Segundo o autor, a pesquisa no acervo arquivístico vai representar não somente a primeira experiência com fontes primárias como também contribuirão para a construção da história institucional.

Shipton (1964), num estudo de caso procura mostrar como o arquivo da Universidade de Harvard pode responder aos pesquisadores atendendo seus objetivos de pesquisa. Identifica os interesses de pesquisa acadêmica de seus usuários assinalando o tipo de acervo utilizado de acordo com suas finalidades. A contribuição do arquivo na produção científica evidencia-se nos interesses de pesquisa levantados pelo autor e que são: (i) pesquisa bibliográfica, (ii) história da Educação, (iii) história da Ciência, (iv) história da Literatura, (v) história da Medicina, e, (vi) Filosofia, história da Religião, história local, Arquitetura, Antropologia, Genealogia, história Política. O texto deixa claro o potencial de pesquisas que podem se desenvolver a partir do acervo custodiado pelo arquivo universitário.

Glezer (1989, p. 31) afirma a importância dos arquivos como fonte de consulta para pesquisadores com enfoque nos arquivos universitários. Mesmo reconhecendo a manutenção de "arquivos burocráticos controladores do dia a dia do funcionamento da instituição" aqui entendido como sendo os arquivos do âmbito administrativo, questiona a preservação e conservação do acervo com vistas a pesquisas futuras.

A preocupação da autora vai mais além, quando se refere aos arquivos produzidos no meio acadêmico fruto das atividades de ensino, dos corpos docente e discente, e, cuja ausência de cuidados quanto a organização, manutenção e preservação desses acervos interfere na produção do conhecimento científico bem como prejudica na formação de novos pesquisadores comprometendo, enfim, na formação e informação tanto do corpo docente quando discente e de sobremaneira na consecução dos objetivos da universidade. À esses conjuntos documentais a autora denomina-os de "arquivos de curso", "arquivos de disciplina", "arquivos de trabalhos de alunos de pós-graduação", "arquivos de pesquisadores" (1989, p. 32).

O arquivo universitário, a partir do acervo custodiado, também contribui na formação de discentes auxiliando na elaboração de trabalhos como monografias, dissertações, teses; servindo de laboratório prático de ensino e pesquisa como assinala Potts, (1979), Gutiérrez Muñoz (1984), Martins (1992), entre outros; no planejamento pedagógico subsidiando a elaboração

ou revisão de currículos; no estabelecimento de programas de curso de graduação, pós-graduação, cursos de extensão etc.

O arquivo universitário também serve de campo de estágio interagindo com os cursos, principalmente aqueles que se ocupam da formação de arquivistas, servindo de laboratório e local de reflexão, como observa Huot (1991) e Maurel (1991). O laboratório prático de ensino ocorre uma vez que os estudantes trabalham com os fundos conservados no arquivo bem como com seus instrumentos de pesquisa.

5.7.4.3 Apoio à comunidade

Apoio à comunidade nas suas necessidades de informação é outro serviço que o arquivo pode oferecer. Para isso é preciso que o arquivista universitário estabeleça o perfil do usuário para atendê-lo da melhor maneira.

No que tange aos seus usuários, eles são, poderíamos dizer, a razão da existência dos serviços de arquivo. Por eles e para eles é que devem ser executados os serviços. As fontes documentais custodiadas pelos arquivos universitários atendem a um público eclético, constituído não só de usuários internos quanto externos.

O usuário interno é o pessoal da administração que busca nos arquivos provas, testemunhos, informações para servir de

respaldo às atividades desenvolvidas, tomada de decisões, planejamento das ações administrativas, suporte jurídico para garantia de direitos e deveres dos membros da organização.

Os discentes, que podem servir-se do acervo não só para comprovação de suas atividades acadêmicas como notas, estágios, monitorias, certificados, como também para obtenção de dados na produção de trabalhos científicos como monografias, teses e dissertações que atendam às suas atividades didáticas.

Já o corpo docente, entre outros usos buscará comprovação de suas atividades funcionais assim como fontes de informação para elaboração de trabalhos, planejamento de curso, organização dos conteúdos programáticos das aulas, palestras etc.

Acrescidos a esses, temos os usuários externos englobando pesquisadores, eruditos e o cidadão comum. Modernamente, um canal importante aberto nas atividades pedagógicas levam a um novo caminho na educação, que é o da "educação permanente" cuja proposta é a de proporcionar àqueles que distantes dos bancos escolares buscam um engrandecimento pessoal enquanto cidadão, propiciando a revitalização ou a construção da cidadania. Como afirma Bellotto (1989), "a educação pós-escolar pode completá-lo como cidadão. O conhecimento do meio local de sua cultura pode desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia".

5.7.4.4 Serviço de referência

Para que o arquivo universitário cumpra seu papel articulador de informações é da maior relevância a implantação de um **serviço de referência** que se ocupa de informar os usuários sobre o acervo custodiado, formas de acesso, instrumentos de recuperação existentes, procedimentos adotados para consulta ao documento, obtenção de cópias etc (Lambert, 1990).

Ao arquivista universitário cabe deslocar para os usuários (interno e externo) o centro de preocupações do serviço; promover a integração dos arquivos universitários através de redes de arquivos em instituições de ensino superior facilitando o usuário em sua pesquisa; buscar informações em outras instituições através dos programas de disseminação da informação bem como incentivar a consulta do acervo do arquivo universitário junto às comunidades externa e interna.

5.7.4.5 Consultoria

Consultoria, assessoria técnica e orientação à instituições na organização e manutenção de seus arquivos também constituem serviços fornecidos pelo arquivo universitário.

5.7.4.6 Tecnologias avançadas

Uma atividade que diz respeito ao produto oferecido pelo arquivo universitário é a opção pela utilização de **tecnologias avançadas** com vista a dinamizar suas atividades e beneficiar o usuário. Cabe ao arquivista na medida dos recursos financeiros disponíveis se servir e utilizar-se de recursos tecnológicos, como por exemplo, a automação a fim de agilizar o processamento, recuperação e disseminação da informação. A literatura nos mostra que esse recurso está cada vez mais sendo usado pelas instituições em suas rotinas com vistas a melhoria dos serviços. Nos tempos atuais é quase que inconcebível um serviço de informação não se apropriar desses recursos para o andamento de suas atividades.

Entretanto vale pensar no fato das tecnologias da informação com documentos processados eletronicamente estarem nos levando a uma nova era de documentação. Essas tecnologias tornam o trabalho mais rápido criando também uma situação de simultaneidade da informação, ou seja, no momento que esta ocorre, logo todos a recebem. Por conseguinte, surge uma nova cultura de trabalho pois essas tecnologias da informação ajudam entre outros fatores a promoverem a descentralização organizacional. Com as instituições universitárias automatizando seus serviços e atividades, a consequência far-se-á sentir no arquivo.

Chouinard, Rousseau e Roy (1991) relatam a experiência de informatização do Serviço de Arquivo Universidade de Montreal com a descrição das várias etapas de automação dos fichários culminando com a criação de um Banco de Dados. Os autores apresentam um breve histórico da situação antes de informatização caracterizando o contexto e, em seguida, mostrando que o serviço de Arquivo foi criado em 1966 tendo como meta se ocupar da gestão dos arquivos da universidade cujo campo de ação se estende a todas unidades fossem elas de ensino, pesquisa ou serviços administrativos.

Devido ao grande número de informações a serem tratadas e armazenadas, na década de 70 foram compelidos a se utilizar do Centro de Informática da universidade. Nos anos 80, com a multiplicação dos serviços e acervos a serem tratados era indispensável o acesso direto ao banco de dados para efetuar acréscimos, modificações, registros etc. Na ocasião foi então encaminhado ao Centro de Informática um Relatório das necessidades do Serviço de Arquivo da Universidade de Montreal em matéria de recursos informáticos. A partir daí procederam a escolha dos equipamentos com a devida capacidade de armazenamento da base de dados, da elaboração do programa com a seleção das informações que comporiam o banco de dados. No artigo os autores listam os campos necessários com uma descrição sumária do que comporta cada um, descrevendo sucintamente o teste do sistema adotado, a elaboração de um vocabulário controlado etc.

A automação dos serviços do arquivo, segundo os autores, deve-se à vontade de se utilizar de meios modernos a fim de economizar tempo e energia (Chouinard et alii, 1990, p. 51). Continuando, afirmam que "no momento onde as administrações raramente fornecem novos recursos humanos, é preciso, em contrapartida, saber aproveitar os recursos tecnológicos à nossa disposição" (Chouinard et alii, 1991, p. 51).

A Universidade Politécnica de Porto Rico, fundada em 1966 é um exemplo de instituição que cria o "Departamento de Arquivo (1992) tendo como um dos objetivos gerais" modificar o sistema de arquivo de documentos em papel, utilizando os avanços da tecnologia para incrementar a produtividade dos departamentos administrativos" e como um dos objetivos específicos "implantar o sistema de disco ótico como o meio tecnológico para o manejo de documentos na instituição" (Guiven Flores, 1994, p. 21). Compete ao arquivista coordenar junto às unidades da universidade a centralização dos arquivos e efetuar o processo de digitalização dos documentos. A documentação do arquivo está armazenada e preservada em disco ótico. Toda tarefa de transferência da informação pressupõe um trabalho inicial de preparação e planificação realizado pelo Departamento de Arquivo com as diferentes unidades da instituição. Para se levar a bom termo esse processo há que se considerar:

1. os aspectos legais;
2. identificação dos documentos que serão preservados em seu suporte original, o papel;

3. descrição dos métodos e procedimentos;
4. identificação dos documentos que serão transferidos para outro formato .

Ao se optar pelo sistema de arquivo eletrônico com imagens digitalizadas tem que se levar em conta a questão da segurança, da preservação e o acesso às informações ou imagens. No caso da Universidade Politécnica de Porto Rico, a meta é que em 1995 todos os departamentos e unidades da universidade já estejam com seu sistema digitalizado e que possuam seu próprio terminal a fim de recuperar o documento.

A automação, segundo Acland (1993), é largamente utilizada nos arquivos das universidades australianas, sobretudo nos arquivos correntes. Christine Shervington (1986) discorrendo sobre o programa de informatização dos arquivos da University of Western Austrália aborda o envolvimento do arquivo da universidade com a automação dos arquivos tanto administrativos quanto permanentes, e as expectativas tanto dos administradores da universidade quanto dos pesquisadores.

Na Inglaterra, arquivos como o da University of Dundee e University of Nottingham entraram no mundo da automação com a elaboração de índices de documentos relativos a história da universidade, base de dados de material não convencional, fotos e mapas, como nos mostra Joan Auld (1989) e Dorothy Johnston (1989).

Face essas tecnologias devemos estar atentos ao fato de que conceitos arquivísticos à luz das novas tecnologias da informação começam a se constituir em pontos para discussão, como por exemplo, o conceito de documento original; a questão da autenticidade; a preservação permanente e conservação desses novos suportes; a avaliação e eliminação; o armazenamento da informação; a organização e descrição arquivística com elaboração de instrumentos de pesquisa; uma nova postura dos serviços de referência; o acesso, enfim, tantos aspectos que precisam ser pensados. Os arquivistas devem ser levados a reexaminarem suas práticas a fim de atenderem de maneira mais acertada em relação a responsabilidade documental ao interesses da instituição universitária bem como da sociedade com a qual ela está comprometida.

5.7.4.7 Promoção cultural

A **promoção cultural** é um produto da missão da universidade. Sendo o arquivo universitário o repositório da documentação proveniente do exercício das funções da universidade, logo ele vai exercer um papel importante no que diz respeito ao apoio cultural. Isso se dá de várias formas.

Primeiramente, incentivando as publicações visando a difusão do conhecimento. As publicações podem ser tanto de caráter técnico, do tipo instrumentos de pesquisa, manuais,

quanto de caráter científico, como o resultado de pesquisas ali realizadas.

Devem ser organizadas exposições em decorrência de algum evento especial ou aniversário da universidade; realização de palestras tanto de conscientização sobre o papel, importância e necessidade do arquivo quanto de caráter cultural com temas de interesse do ensino, pesquisa, "workshops"; oferecer cursos de técnicas de arquivo, de Paleografia e Diplomática quando o acervo for constituído de documentos que exijam esse tipo de conhecimento, temas específicos cujas fontes primárias se encontram nos fundos arquivísticos custodiados, entre outros.

Baseada sobretudo na literatura especializada e fruto de uma reflexão, de um modo geral, estas seriam as atividades identificadas que podem ser empreendidas pelo arquivo universitário com vistas a sua criação, organização, manutenção e desenvolvimento para que ele cumpra a contento sua missão e bem desempenhe suas funções. Evidentemente que elas não se esgotam aqui pois o interesse, capacidade, dinamismo e criatividade do arquivista certamente farão com que novos caminhos sejam trilhados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACLAND, Glenda. Diversity, dynamics and distance: university archives in an australian context. In: IVES, Alan (comp.). **Publication number one**. Austrália: Charles Sturt University, 1993. p. 7-11.

- AULD, Joan. Archives and manuscripts dept, University Library Dundee. In: STANDING Conference of National and University Libraries. The role and resources of university repositories. Report and discussion document. Londres: Society of Archivists, 1989. p. 41-45.
- BARRIT, Marjorie Rabe. Adopting and adapting records management to college and university archives. **The Midwestern Archivist**, v. 14, n.1, p. 5-12, 1989.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. **Trans-in-formação**, Campinas, v.1, n.3, p. 15-28, 1989.
- BLENDON, Edith James. University archives: a reason for existence. **The American Archivist**, Chicago, v.38, n.2, p. 175-190, 1975.
- BOCACCIO, Mary. **Tendência dos arquivos e coleções de manuscritos das instituições de ensino superior [s.n.t.]**. 13p. Dat.
- BOLES, Frank., YOUNG, Julia Marks. Exploring the black box: the appraisal of university administrative records. **The American Archivist**, Chicago, v.48, n.2, p. 121-140, 1985.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. ENCONTRO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2. Niterói, 3-8 de abril de 1994. Trabalho apresentado. Niterói, 1994. 14p.
- BRASIL, Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de janeiro de 1991. Seção 1, pt. 1.
- BRICHFORD, Maynard. Appraisal and processing. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 8-18.
- BROWNE, Henry J. An appel for archives in institutions of higher learning. **Society of American Archivist**, Chicago, v.16, n.3, p. 213-226, 1953.
- BURCKEL, Nicholas C. The expanding role of a college or university archives. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 47-57.
- CHOUINARD, Denys, ROUSSEAU, Jean-Yves, ROY, Madeleine, L'informatisation d'un service d'archives. L'expérience de

- l'Université de Montreal. *Archives*, Québec, v.22, n.2, p. 41-58, 1990.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1, Rio de Janeiro, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. 726p.
- DELGADO AGUILAR, William. La evolucion de los servicios de archivo. *Boletín de la Comisión de los Archivos Universitarios*, Lima, n.3, p. 1-2, abr. 1993.
- DESPY-MEYER, André. Les archives de l'Université Libre de Bruxelles. In: IVES, Alan. (comp.). *Publication number one*. Austrália: Charles Sturt University, 1993. p. 16-18.
- DINEL, Guy. Les archives universitaires. Une composante fondamentale du système archivistique québécois. *Archives*, Québec, v.24, n.1-2, p.175-199, 1992.
- GLEZER, Raquel. Arquivos universitários: para quê? *Trans-informação*, Campinas, v.1, n.3, p. 29-34, 1989.
- GOYER, Gerard. Les particularités de la gestion des archives à l'Université Laval. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. *Actes...* Québec: Université Laval, 1991. p. 25-35.
- GREENE, Mark A. Using college and university archives as instructional materials: a case study and an exortation. *The Midwestern Archivist*, v. 14, n.1, p. 31-38, 1989.
- GUIVEN FLORES, César. Archivos universitarios de Puerto Rico. REUNION DE ARCHIVOS UNIVERSITARIOS, 6. Lima, 19-20 de maio de 1994. *Trabalho apresentado*. Lima, 1994. 29p.
- GUTIÉRREZ MUÑOZ, César. El archivista en el ámbito universitario. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LOS ARCHIVOS, 12. Montreal, 6-11 de setembro de 1992. *Trabalho apresentado*. Montreal, 1992. 17p.
- _____. *El archivo universitario*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1994. 51p.
- _____. Algo se mueve en el Perú. *Arquivo Rio Claro*; Rio Claro, SP, v.10/12, n.1/3, p.5-9, 1991/93.
- _____. Una experiencia archivística universitaria en Lima. *Anuario Interamericano de Archivos*, Cordoba, v.11, p.153-162, 1984.

- HOUT, Christiane. Les relations entre les services d'archives universitaires et les programmes d'enseignement et de recherche: le cas de l'Université du Québec à Montréal. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. Actes... Québec: Université Laval, 1991. p. 77-82.
- IVES, Alan. **Proposed section of university and college archives:** Working paper. Austrália: International Council on Archives, 1992. 34p.
- IVES, Alan(comp.). **Publication number one.** Austrália: Charles Sturt University, 1993. 106p.
- JOHNSTON, Dorothy. Dept of manuscripts, University of Nottingham Library. In: STANDING Conference of National and University Libraries. The role an resources of university repositories. Report and discussion document. Londres: Society of Archivists, 1989. p. 47-54.
- LAMBERT, James. Une politique d'acquisition des archives privées à l'Université Laval. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. Actes... Québec: Université Laval, 1991. p. 57-64.
- _____. Vers une politique de la référence à la Division des Archives de l'Université Laval. Justification et projet de politique. *Archives*, Québec, v.21, n.3, p. 15-35, 1990.
- MCLAREN, Collin. Records repositories in British Universities. *The American Archivist*, Chicago, v.38, n.2, p. 181-190, 1975.
- MAHER, William J. **The management of college and university archives.** Metuchen, New Jersey and London, 1992. 430p.
- _____. The current state of academic archives: a procrustean bed for archival principles? *The American Archivist*, Chicago, v.52. n.3, p. 342-349, 1989.
- MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS,1. Atas... Campinas: UNICAMP, 1992. P. 27-48.
- MAUREL, Dominique. Université de Montréal: interrelations entre le service des archives et les programmes d'enseignements et de recherche en archivistique de l'École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. Actes... Québec: Université Laval, 1991. p. 65-76.

- MORELLE, Laurent. Qu'est-ce que les archives? Un débat insolite au sein des facultés parisiennes en 1878. **La Gazette des Archives**, Paris, n. 134-135, p. 195-203, 1986.
- POTTS, David B. College Archives as Windows on american society. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 89-96.
- RODRÍGUEZ, Celso. La administracion del documentos. **Boletin de la Comision de los Archivos Universitarios**, Lima, n.4, p.1-2, jul. 1992.
- SAFFADY, Willian. A university archives and records management program: some operational guidelines. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 97-103.
- SAMUELS, Helen Willa. **Varsity letters: documenting modern colleges and universities**. Metuchen, New Jersey and London, 1992. 281p.
- SANDERS, Robert L. Accessioning college and university publications: a case study. **The American Archivist**, Chicago, v.49, n.2, p. 180-183, 1986.
- SHERVINGTON, Christine. Automating records management. **Archives and Manuscripts**, Australia, v.14, n.2, p. 129-143, 1986.
- SHIPTON, Clifford K. College archives and academic research. **The American Archivist**, Chicago, v.27, n.3, p. 395-400, 1964.

6 ARQUIVO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

O presente capítulo constitui-se no segundo momento do desenvolvimento do trabalho de pesquisa quando partimos para o conhecimento da situação dos arquivos universitários no Brasil.

A primeira parte diz respeito aos antecedentes históricos com a apresentação da trilogia Universidade-Arquivologia-Arquivo Universitário. As origens do ensino universitário no Brasil, panorama da situação da Arquivologia entre nós e as raízes históricas do arquivo universitário no Brasil, tem sua importância no fato de possibilitar a identificação do contexto.

A partir do conhecimento da trajetória do ensino superior no Brasil, ocorrido tardiamente e caracterizado por Escolas Superiores Isoladas sem organização do tipo universidade, podemos delimitar o perfil de nossas instituições de ensino superior e, que, certamente irá influenciar na realidade arquivística de nossas universidades bem como na condução da política do arquivo universitário.

Acrescido a este fato, observamos que o estabelecimento do arquivo universitário no Brasil está atrelado ao progresso da Arquivologia da qual é parte integrante e de onde busca suas bases conceituais e sustentação teórica.

A segunda parte do capítulo, ou seja, a situação atual, trata do estágio em que se encontram os arquivos universitários brasileiros estudados, com a análise das iniciativas a respeito.

E, finalmente, breves notas de arquivos universitários brasileiros que se constituem numa mostra de nossa realidade.

6.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A TRILOGIA UNIVERSIDADE-ARQUIVOLOGIA-ARQUIVO UNIVERSITÁRIO

O surgimento da universidade no Brasil é bastante tardio. Com a vinda da Família Real Portuguesa, a partir de 1808 o ensino superior passou a ser ministrado em estabelecimentos isolados, diminuindo de certa forma a subordinação cultural à Portugal.

O atraso na implantação da universidade no Brasil, pela Coroa Portuguesa foi em decorrência de uma política que a metrópole julgava suficiente para o processo colonizatório e exploratório do Brasil e onde a formação dos quadros dirigentes necessários era feita em universidades portuguesas. O Brasil, no período colonial vai ver esterelizadas as possibilidades de criação de universidades pelo Estado português, contrário à política empreendida pelo colonizador espanhol que desde cedo criou universidades em suas colônias.

Se lançarmos um olhar sobre o passado de nossas instituições de ensino podemos reconhecer a grande ênfase atribuída aos aspectos profissionalizantes do ensino quando confrontado com a pesquisa. Razões de ordem histórica, certamente contribuíram para esta orientação. As primeiras atividades no campo do ensino superior se deram em escolas profissionais isoladas, pois não estavam associadas a outras escolas superiores, em organizações do tipo universitário.

Os cursos com que se inauguram o ensino superior entre nós, no limiar do século passado não derivavam de instituições dedicadas à pesquisa científica. Nossos primeiros cursos superiores relacionavam-se à comunidade que serviam e com o grupo profissional a que pertencia seu respectivo corpo docente. Assim evoluíram os primeiros cursos de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro; de Direito, em Recife e em São Paulo, constituindo padrões mais tarde repetidos em muitas escolas, igualmente isoladas e completas em si mesmas. Durante mais de 120 anos, até 1930, era esta a única fórmula adotada entre nós para o ensino superior.

Originariamente, vai ser uma iniciativa do Estado para a sociedade, de postura elitista e destinada "a formar e legitimar as camadas dirigentes ao novo regime. (...) Trata-se enfim de um sistema voltado para o ensino, que assegura um diploma profissional, o qual dá direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e assegura prestígio social" (Durham, 1978, p. 82).

A década de 30 marca o desabrochar do ensino superior, instituindo como regra de sua organização o sistema universitário. A transformação política pela qual passa a sociedade vai marcar o surgimento de uma concepção de universidade vinculada ao movimento de modernização cultural com impulso da urbanização e da industrialização em oposição à sociedade tradicional. Neste novo modelo que configura-se a partir da década de 30, "a universidade não é apenas um centro de formação de profissionais liberais, mas deve se constituir como um lugar de produção de conhecimento, de pesquisa...". Como observa Morel (1979, p. 38), "o regime universitário era visto como o único capaz de formar as 'elites dirigentes' da sociedade urbano-industrial que surgia".

A década de 60 vai vivenciar um movimento de reforma na universidade que partiu da sociedade que demandava ampliação do acesso ao ensino superior cujo diploma era uma garantia de entrada no mercado de trabalho. O movimento de reforma da universidade é acompanhado de um conjunto de legislação e a partir de 1968 até o início da década de 70 as universidades implantam seus planos de reforma. Neste momento, porém, o Brasil vivenciava um período onde havia um estado forte que se preocupava com sua permanência e manutenção.

A universidade não era confiável ao governo pois este achava que elas não se constituíam num veículo de disseminação de suas filosofias e doutrinas. Por volta de 1968 até início da década de 80 a universidade foi levada a participar de questões

que não envolvessem o social. Em contrapartida, no que concerne à criação de infra-estrutura e ao desenvolvimento material do país, a universidade vai ter uma atuação importante. Seu alijamento do campo social pode ser evidenciado no Programa de Alfabetização, na década de 60, que ao invés de ser entregue às universidades espalhadas por todos os Estados da federação para que através das Faculdades de Educação estabelecessem metodologias podendo utilizar seu corpo docente e discente, foi entregue ao MOBRAF (Romão⁷, entrevista). O mesmo ocorreu com o desenvolvimento regional cujo programa foi entregue ao Projeto Rondon.

A década de 80 foi marcada por intensas discussões em torno da universidade enquanto organização, sua estrutura, missão, objetivos, linha de pesquisa, qualidade de ensino, adequação do produto das universidades às necessidades do mercado de trabalho, entre outros temas.

A trajetória da instituição da universidade no Brasil marcada por muitas oscilações está levando a um amadurecimento sobre sua missão, sobre que universidade temos e que universidade queremos. Já possuímos massa crítica suficientemente capaz de repensar a universidade brasileira para que possamos vicejar novos rumos para a década de 90, quando ela começa a ter uma inserção maior na sociedade.

Antes de abordarmos as iniciativas pioneiras, e que constituem as raízes históricas da inserção do tema arquivo

⁷ José Raimundo Martins Romão, entrevista, Niterói, 1993.

universitário no Brasil apresentaremos um panorama da Arquivologia no Brasil, contexto no qual estão inseridos. De posse desse conhecimento e das sucessivas etapas e ações empreendidas no âmbito dos arquivos universitários em nosso país poderemos tecer considerações a respeito.

O marco referencial da história da Arquivologia no Brasil remonta ao final da década de 50 com a administração do então Diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues. Na ocasião, retoma o projeto de criação de cursos de formação de arquivistas para o treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários da instituição, traz arquivistas franceses, coordenados por Henri Bouiller de Branche, para orientação e diagnóstico do Arquivo Nacional. A partir desse momento a Arquivologia inicia um processo de tratamento científico propiciando a expansão do conhecimento na área. Essa "missão francesa" se constitui num referencial histórico na formação dos arquivistas brasileiros, com programas de capacitação e disseminação de publicações técnicas a partir de traduções de bibliografia especializada.

Naturalmente isso não quer dizer que antes no Brasil não houvessem iniciativas nem tampouco arquivos. Ações e empreendimentos existiram no Arquivo Nacional, porém esparsas. No tratamento dos arquivos, fossem públicos ou privados, administrativos ou históricos, muitas vezes de maneira um pouco aleatória, existiram arquivistas que conseguiram implantar sistemas de arquivo, mesmo com dificuldades, pois a metodologia

vinha do exterior com problemas de adaptação, tradução e mesmo a terminologia arquivística era ainda muito incipiente.

Todo esse movimento de base vai culminar na década de 70 com o que poderíamos considerar o "boom" da Arquivologia científica no Brasil vicejando no cenário nacional seu desenvolvimento, liderado pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Em 20 de outubro de 1971, dia esse denominado o "Dia do Arquivista", um grupo de arquivistas batalhadores e idealistas, tendo o Prof. José Pedro Esposel na liderança, funda a AAB que vai marcar importante presença e atuação nos caminhos da Arquivologia brasileira, contribuindo sobremaneira para a causa arquivística.

As conquistas em benefício da área ocorrem com a organização de congressos, seminários, incremento de publicações, realização de cursos, reuniões de esclarecimento e conscientização, empenho pela valorização do profissional arquivista, regulamentação da profissão (Lei nº 6546 de 4 de julho de 1978) e sobretudo incentivando a criação dos cursos superiores de arquivo. Cabe aqui assinalar a trajetória dos cursos superiores de Arquivologia pelo fato deles emergirem do contexto no qual se encontram os arquivos universitários, ou seja, universidade, até mesmo para detectar se esse fato aportou no estabelecimento de uma política arquivística por parte das universidades.

Em 1972, através do Parecer nº 212 de 7 de março o Conselho Federal de Educação autoriza a criação de Cursos de Arquivologia em nível superior. Em cumprimento à recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro, 1972) de "que seja fixado o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo" (Congresso... 1979, p. 561) a AAB, encaminha o projeto de currículo mínimo ao Conselho Federal de Educação (Câmara de Ensino Superior, Processo nº 1845/72). Somente através da Resolução nº 28 de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, é fixado o currículo mínimo do curso de graduação em Arquivologia e sua duração.

Resultado do movimento de autorização de criação de curso superior com a discussão em torno de um currículo mínimo, em 1974 o Curso Permanente de Arquivo, em decorrência de acordo firmado entre Universidade Federal do Rio de Janeiro e Arquivo Nacional em 25 de outubro de 1973, passa a funcionar com mandato universitário. A Federação das Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) absorve através do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977 o Curso Permanente de Arquivo passando a designar-se "Curso de Arquivologia".

À época, o rápido desenvolvimento da Arquivologia no Brasil se fez sentir na implantação, em 1977, do Curso de Graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul.

O Estado do Rio de Janeiro, além do curso da UNIRIO já existente, ganha um outro na cidade de Niterói funcionando na Universidade Federal Fluminense (UFF). O curso foi criado em 1978 através da Resolução 73/78 de 28 de junho de 1978 do Conselho de Ensino e Pesquisa, com início das atividades em 1979.

Mais de uma década se passou sem que tivéssemos novos cursos de graduação em oposição às reais necessidades do mercado que continuava precisando de mais profissionais capazes para a solução dos problemas.

Na década de 80 organizaram-se cursos de pós-graduação em Arquivologia "lato-sensu", a nível de especialização em universidades públicas (Federais e Estaduais) com iniciativas também na década de 90.

Entretanto, com a chegada de 1990 a Universidade de Brasília (UNB) incentivada pelo antigo Departamento de Biblioteconomia e atual Departamento de Ciências da Informação e Documentação implanta naquela universidade o Curso de Arquivologia, à nível de graduação (Bottino, 1994).

Outro ponto que merece destaque é a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Do exposto até o momento relativo a trajetória da Arquivologia no Brasil, observamos que:

1. nas universidades pioneiras na implantação de cursos de graduação (década de 70), os arquivos da própria instituição não constituíram objeto de preocupação por parte das administrações. Esse "pensar" a questão do arquivo universitário foi relegado para as décadas seguintes.

2. a implantação do curso de graduação em Arquivologia na Universidade de Brasília (UNB) ocorreu de forma diferente pois a universidade já dispunha de arquivo em funcionamento (Bellotto⁸, entrevista) servindo de laboratório para as práticas acadêmicas.

3. pelo conteúdo da Lei, os arquivos universitários de instituições públicas ou privadas também são contemplados enquanto instituições nesse conjunto documental. Entretanto faltam iniciativas mais agressivas no sentido de regulamentar e colocar em prática os preceitos legais vigentes.

Apesar de alguns contrapontos, podemos afirmar que o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, mesmo tardio, progrediu bastante principalmente se atentarmos que em matéria de história, menos de um quarto de século é relativamente pouco tempo.

Num balanço final e com algumas ponderações pertinentes a esse movimento, podemos afirmar que a Arquivologia no Brasil está progredindo, não de forma acentuada como as lides arquivísticas gostariam, porém com períodos de grandes conquistas, fases de

⁸ Heloísa L. Bellotto, dados obtidos em entrevista, São Paulo, 1993.

estagnação, enfim apresentando um panorama animador com aplicação de sua atuação e inserção em novas vertentes que estão se apresentando no final do século XX vicejando no limiar do século XXI.

Nessa trajetória de ampliação de novas frentes e projetos vamos culminar na questão do arquivo universitário no Brasil, discorrendo sobre suas origens históricas, iniciativas, realizações, enfim, o estágio que se encontra esse ramo especializado da Arquivologia.

A idéia de arquivo universitário no Brasil ainda é muito recente, florescendo no I Seminário Nacional de Arquivos Universitários (I SNAU) promovido pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade de Campinas (UNICAMP), de 4 a 6 de novembro de 1991, podendo ser considerado um **marco na história dos arquivos universitários no Brasil** (grifo nosso), quando passam a ser vistos como uma área especializada da Arquivologia.

Os temas das conferências e comunicações durante o I SNAU, versaram sobre política nacional de arquivos; política de arquivos para a universidade brasileira; sistema de arquivo universitário e memória científica; sistemas de arquivos universitários com o relato de várias experiências; arquivo e centros de documentação em universidades; e a contribuição dos arquivos para a pesquisa científica.

Ao final do evento foram apresentadas várias moções das quais passamos a transcrever algumas:

1. *Quanto à questão do acesso aos documentos públicos inclusive correntes, recomenda-se a ampliação do uso dos arquivos correntes, com discussão e definição dos critérios de acesso, visando, de um lado, garantir a integridade dos arquivos, de outro, permitir que a sociedade usufrua das informações neles contidas, gerando-se consultas e pesquisas que poderão enriquecer o exercício da cidadania.*
2. *Quanto à organização de arquivos universitários, recomenda-se: (i) que a atuação dos gerentes dos arquivos seja a de administrar e implantar uma política de sistematização de arquivos; (ii) que o processo de avaliação dos documentos seja realizado em todas as unidades que compõem a universidade, considerando a situação dos respectivos arquivos correntes e permanentes, através de comissões locais e com a participação efetiva em todos os níveis; (iii) que na organização de arquivos correntes se considere a organização dos respectivos arquivos permanentes, e (iv) que as tabelas de temporalidade sejam periodicamente revistas.*
3. *Quanto à mudança do padrão tecnológico da produção de documentos, recomenda-se (i) que seja feito um planejamento global, considerando a agilidade dos fluxos e a questão do acesso; (ii) que os equipamentos sejam compatíveis, no sentido de garantir o compartilhamento da informação, e (iii) que o pessoal tanto de informática quanto de produção e gerência seja adequadamente qualificado, e neste particular, que a UNICAMP envide esforços no sentido de informatizar seu Sistema de Arquivos.*
4. *Que a Comissão Organizadora do I SNAU se dirija aos Reitores de todas as Universidades Brasileiras, estimulando-os a criar Sistemas Integrados de Arquivos e destacando sua importância fundamental para a eficiência administrativa e a preservação da memória, apelando para que sejam tomadas iniciativas no sentido da conscientização do corpo administrativo e acadêmico a respeito da relevância dessa matéria, agindo a autoridade por meio de palestras, avisos, boletins e outras formas de divulgação.*
3. *Que a Comissão Organizadora do I SNAU se dirija ao Reitor da UNICAMP e aos diretores de suas Unidades acadêmicas e administrativas solicitando uma reflexão sobre a necessidade de viabilizar legal*

e materialmente, quando isto for necessário, a implantação de Arquivos Intermediários em todas essas Unidades.

6. Que o II SNAU seja realizado no contexto do IX Congresso Brasileiro de Arquivologia, previsto para realizar-se de 18 a 23 de outubro de 1992, na Universidade Federal de Santa Maria.

7. Que especialistas em preservação e registro de imagens estabeleçam uma política estável de intercâmbio de informações, por meio de constituição de um grupo de trabalho, buscando também interessar as universidades em pesquisas com aplicação nesta área."

(Atas..., 1992, p. 281-282).

Dessas moções podemos levantar alguns aspectos que consideramos da maior relevância para o estabelecimento, organização e atividades do arquivo universitário, quais sejam:

1. no que tange ao acesso aos documentos públicos urge que sejam tomadas providências pois a questão afeta os arquivos universitários de universidades do âmbito federal, estadual e municipal;
2. ênfase dada à avaliação e seleção de documentos;
3. a necessidade de elaboração de tabelas de temporalidade com respectiva revisão evitando pois sua obsolescência;
4. a aplicação de um programa de gestão de documentos;
5. a utilização de recursos tecnológicos no âmbito dos arquivos universitários;

6. o estabelecimento de uma política com vistas a conscientização das administrações superiores para a criação dos arquivos universitários;
7. o papel desempenhado pelo arquivo universitário no alcance da eficiência administrativa;
8. a importância do arquivo na preservação da memória;
9. a necessidade de uma postura dinâmica e doutrinária por parte dos profissionais objetivando informar sobre a razão da existência do arquivo universitário, apelando para todas as formas de divulgação;
10. importância e necessidade da implantação de arquivos intermediários junto às unidades;
11. necessidade de programas de conservação e preservação;
12. a importância da qualificação do pessoal;
13. continuidade do SNAU para que as iniciativas não sejam interrompidas.

Fruto do Seminário ocorreu a divulgação dos trabalhos através das Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários como também, em 6 de novembro de 1991 a criação do Grupo de Estudos de Arquivos Universitários (GEAU). Os objetivos

do GEAU são a divulgação de informações que interessem aos arquivos universitários bem como o intercâmbio de experiências. Tudo isso visando incentivar a cooperação técnica entre os profissionais que atuam em estabelecimentos de ensino superior militando na implantação de sistemas arquivísticos ou estejam elaborando projetos.

Em outubro de 1992, durante o 9º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em Santa Maria, realizou-se o II Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Os temas discutidos versaram sobre a avaliação e seleção de documentos, a classificação de assuntos, o arquivo intermediário na universidade, os sistemas de arquivos com relato de experiências.

O III Seminário Nacional de Arquivo Universitário já tem sua realização prevista durante o 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em novembro de 1994, em São Paulo.

Outra iniciativa, só que restrita ao âmbito federal, contemplou os arquivos universitários, quando o Arquivo Nacional (1990) visando implementar uma política arquivística procedeu ao cadastramento nacional dos arquivos federais, incluindo-se nesse contexto as universidades. Com trabalho iniciado no período de 1981-84, restrito ao Rio de Janeiro e Brasília a Divisão de Gestão de Documentos retoma as atividades em 1988. E a partir de 1990, somente no Rio de Janeiro, reinicia o levantamento cadastral, ocasião em que são contempladas a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO),

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Rural traçando um perfil dos arquivos institucionais.

A importância da iniciativa se deve ao fato de pela primeira vez se contemplar os arquivos das universidades, ainda que restritas ao âmbito federal, do Estado do Rio de Janeiro.

6.2. SITUAÇÃO ATUAL

A noção de arquivo universitário no Brasil é relativamente recente, ou seja, década de 90, quando eles passam a ser vistos como uma área especializada da Arquivologia. Essa noção frutificou a partir da realização do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, realizado em Campinas de 4 a 6 de novembro de 1991, promovido pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade de Campinas. Tendo a idéia do Seminário sido levada adiante pois em novembro de 1994 estará se realizando o III Seminário evidenciando-se o crescente interesse pelo tema.

Entretanto, há de se notar que iniciativas no âmbito dos arquivos universitários tiveram seus antecedentes na década de 80 quando as universidades começam a despertar para a questão da organização e estabelecimento de seu arquivo institucional. Certas Universidades já dispunham de arquivos entretanto estes eram constituídos de fundos históricos privados, enquanto que os acervos administrativos não eram contemplados.

Outra iniciativa, ainda que restrita a área geográfica do Estado do Rio de Janeiro e envolvendo somente os arquivos de Universidades Federais, foi o cadastro de arquivos elaborado pelo Arquivo Nacional. Em 1990, quatro Universidades federais são contempladas.

Se nos reportarmos as origens dos cursos de graduação de Arquivologia nas instituições universitárias veremos que as universidades pioneiras na implantação dos cursos na década de 70, os arquivos da própria instituição não constituíram objeto de preocupação por parte das administrações. Esse "pensar" a questão do arquivo universitário foi relegado para as décadas seguintes.

Outro ponto que merece ser ressaltado é o que se refere a Lei 8159, de 8 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Pelo conteúdo da Lei, os arquivos universitários de instituições tanto públicas quanto privadas também estão inseridos nesse universo. Entretanto por falta de iniciativas mais agressivas no sentido de regulamentar e colocar em prática os preceitos legais vigentes, os arquivos universitários não estão sendo devidamente contemplados. Ao contrário do que aconteceu no Canadá, quando por ocasião da promulgação de legislação arquivística, as universidades também ficaram inseridas no contexto da lei fato que veio dar um novo impulso ao desenvolvimento dos arquivos universitários no país.

O desenvolvimento do arquivo universitário no Brasil, ainda que incipiente buscando o estabelecimento de uma metodologia se

comparado a outros países, está vinculado ao próprio desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, onde, apesar de muitas iniciativas e apresentando algum progresso, muitos aspectos ainda precisam ser estudados, com muitas áreas especializadas carecendo totalmente de metodologias e outras com iniciativas embrionárias.

Tem-se algumas práticas com relação aos arquivos universitários porém uma reflexão teórica-conceitual ainda está por se fazer. Isto no entanto é fundamental pois, somente dessa maneira, poder-se-á elaborar um quadro teórico do conhecimento que virá embasar as metodologias aplicadas a este ramo da Arquivologia.

Buscando a construção do conceito, de arquivo universitário no Brasil podemos apreender pela entrevista, que tanto Bellotto quanto Esposel pontuam aspectos que são considerados essenciais ao se elaborá-lo. Estes dizem respeito ao conjunto de documentos tanto institucionais (fruto das funções desenvolvidas pelas universidades) quanto documentos privados que a elas se incorporam. A preservação do acervo total decorre do valor informativo, probatório e cultural afim de atender à instituição em suas necessidades administrativas, jurídicas, acadêmicas e culturais.

Um conceito mais abrangente de arquivo universitário deve incorporar as duas categorias de arquivos universitários, ou seja, os "por origem" e "por adoção" de acordo com Gutiérrez Muñoz, ou "institucionais" e "privados" de acordo com a visão

canadense. Do conjunto de Universidades estudadas, a grande maioria (oito universidades) tem incorporada a seus arquivos os acervos institucionais, enquanto que duas englobam em seus arquivos acervos institucionais e privados e outras duas, a grande ênfase é dada aos arquivos privados enquanto que para os institucionais gerados pela própria universidade, as iniciativas ainda estão aquém das reais necessidades.

Algumas Universidades têm seus arquivos isolados: arquivo do setor de pessoal, da Reitoria, dos cursos, todos com seus arquivos correntes, mas sem pensar na memória das diferentes faculdades. Os arquivos permanentes da instituição se encontram na maioria das vezes mal cuidados e muito escassos em documentos pois ainda não pensaram em organizar seu sistema de arquivo. Ocorre muitas vezes, quando a universidade se predispõe a manter um arquivo, reunindo documentos e organizando-os, eles serem constituídos de acervos privados, voltados para a pesquisa.

Quanto à missão do arquivo universitário, o enfoque da realidade brasileira é predominantemente administrativo, com iniciativas esparsas no que se refere a missão pedagógica e cultural. O apoio da administração superior é sentido em grande parte das instituições, quando procuram organizar o arquivo oficializando comissões com este fim; institucionalizando o Sistema de Arquivo demonstrando sensibilidade para a questão, e mesmo através da vinculação hierárquica à administração superior naquelas universidades que oficializaram a existência do arquivo em sua estrutura organizacional.

Em outros casos é evidente o desinteresse por parte da administração em implantar o arquivo universitário preocupado com a gestão do acervo institucional que diante da falta de organização adequada a sua preservação e recuperação corre o risco de perda da informação deixando pois o arquivo de cumprir suas funções.

Dentre as atividades de natureza técnica a avaliação de documentos com elaboração de Tabela de Temporalidade é um aspecto que é priorizado entre as universidades. A implantação de um programa de gestão de documentos constitui preocupação de poucas enquanto que o processamento técnico do acervo, ocorre na medida das condições e dos recursos disponíveis no arquivo.

Basicamente os serviços oferecidos são o apoio à administração no atendimento às necessidades da instituição com algumas universidades mais ativas outras menos. O apoio ao ensino e a pesquisa não é tão presente no conjunto de atividades do arquivo universitário sendo bastante evidente naquelas instituições cujos acervos privados são eminentemente culturais.

Foram detectados em alguns arquivos o apoio às práticas arquivísticas exercidas por alunos estagiários e laboratório de aulas práticas. A função cultural é desenvolvida em pequena escala. Observou-se que as funções pedagógicas e culturais, ainda que explicitadas no objetivo não são desenvolvidas. O apoio à comunidade através de consultoria, assistência técnica e promoção de cursos de treinamento em arquivo é outra atividade que

constitui objeto de preocupação de alguns arquivos, estando contudo aquém das expectativas. A utilização de tecnologias avançadas no tratamento do acervo é foco de interesse de duas instituições.

A análise da realidade brasileira com o qual foi trabalhada deixa evidente o fato de que dentre os muitos aspectos que precisam ser levantados quando se "pensa" em arquivo universitário, alguns estão sendo abordados, de forma mais adequada e completa por uns e menos por outros, levando-se a acreditar que muito ainda está por se fazer.

Cumprе ressaltar os dados sobre a realidade brasileira dizem respeito ao universo delimitado no início da pesquisa comportando dezesseis universidades as quais integram o Grupo de Estudos de Arquivos Universitários (GEAU) criado por ocasião do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, realizado em Campinas, em novembro de 1991. O interesse dessas instituições em integrar o GEAU deve-se ao fato delas estarem desenvolvendo um trabalho no âmbito dos arquivos universitários ou por terem se sensibilizado para a questão. Do universo pesquisado foram obtidos dados de doze universidades, apresentadas a seguir.

6.3 BREVE NOTAS SOBRE OS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS DE DOZE UNIVERSIDADES INTEGRANTES DO GRUPO DE ESTUDOS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS (GEAU)

Esta parte do trabalho visa preencher a lacuna pelo fato de existir pouca informação e estudos divulgados sobre os arquivos universitários no Brasil. A intenção é que esses dados possam servir de subsídio para o conhecimento e análise da realidade nacional de especial interesse para aqueles que militam na área.

O conteúdo apresentado reflete a informação como obtida através dos procedimentos metodológicos descritos no capítulo da Metodologia.

Cumprе ressaltar que esses dados não apresentam uniformidade em conteúdo e quantidade de informação. Embora tendo sido a mesma demanda de informação para todas as universidades do universo estabelecido as respostas variam em extensão e tipo de dados.

• Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) desde 1980 tem a Central de Documentação e Informação Científica - CEDIC, com linha de acervo voltada para "movimentos sociais" e "movimentos de educação", gerados pelos próprios movimentos como também pelas pesquisas e atividades acadêmicas, presta serviços à comunidade tanto interna quanto externa, oferecendo cursos na

área de arquivo, assessoria técnica especializada a empresas, instituições governamentais, dando acesso às suas fontes documentais etc.

Entretanto, somente em 1988 inicia-se um movimento de organização do arquivo da própria instituição com o Projeto Recuperação e Organização da Memória da PUC-SP.

Com a discussão de uma proposta de modernização do arquivo da universidade instala-se o processo de criação e implantação do Sistema de Arquivo da PUC-SP, objetivando a normalização do fluxo documental com um programa de gestão de documentos atuando nas três fases do ciclo documental (arquivo corrente, intermediário e permanente); normalização de procedimentos técnicos, avaliação de documentos, acesso, organização do acervo etc.

Durante a tramitação do processo de aprovação da proposta o CEDIC vem atendendo aos setores da universidade que a ele recorrem para a solução de seus problemas arquivísticos, aos quais o CEDIC atende em suas necessidades de organização e avaliação dos documentos. De acordo com o CEDIC, programas isolados de atendimento aos setores ajudam a criar uma mentalidade favorável para a implantação do Sistema de Arquivo da PUC-SP.

- **Universidade de Alfenas**

Nesta universidade, cada setor possui seu arquivo corrente organizado segundo os critérios do responsável pela guarda e utilização. E, um arquivo geral que funciona como um depósito de guarda do material recolhido dos vários setores.

- **Universidade de Brasília (UNB)**

A UNB possui arquivo que, preocupado inicialmente com a memória da universidade, agora vem tentando trabalhar com a idéia do ciclo vital do documento, partindo da organização dos arquivos administrativos da instituição. Com a implantação do curso de graduação em Arquivologia, o arquivo desempenha a função pedagógica, apoiando o ensino, servindo de laboratório de aulas práticas e campo de estágio.

- **Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

Em 1983 tem início o processo de estabelecimento do arquivo universitário da UNICAMP com a criação do Centro de Informação e Difusão Cultural, quando finalmente, em 1989, institui seu Sistema de Arquivos (SIARQ) como um órgão complementar da Reitoria. O objetivo principal do Sistema é o de "estabelecer e coordenar a política de Arquivos da universidade, prevendo a preservação de sua memória técnico-científica, artística e cultural"... Sua composição compreende o Arquivo Central e os Arquivos Setoriais.

O acervo do Arquivo Central é composto de documentos gerados pela universidade e de fundos privados incorporados por doação ou compra ao conjunto documental arquivístico. Dentre as atividades desenvolvidas ênfase foi dada à avaliação de documentos com elaboração de Tabela de Temporalidade. O acervo tanto intermediário quanto permanente, composto de documentos textuais e audio-visual está processado tecnicamente e com os respectivos instrumentos de recuperação da informação.

Conta com espaço adequado para sua instalação dentro dos padrões técnicos de conservação de documentos. Atende às consultas tanto do usuário interno (professores, alunos, funcionários administrativos) quanto externo (membros da comunidade); tem serviço de reprodução de documentos; dá assessoria aos órgãos da universidade para implantação de programa de gestão de documentos; assessoria externa às instituições que nele buscam apoio. Utiliza mão-de-obra de estagiário, e, devido ao grande volume de informação a ser processada e visando também agilizar sua recuperação, integrou-se ao Centro de Computação da Universidade para a informatização do Sistema.

• **Universidade Estadual Paulista (UNESP)**

Constituída de quinze campus com aproximadamente vinte e quatro unidades espalhadas em todo o Estado de São Paulo, em 1988, o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) apresenta à administração superior uma proposta de criação de

Sistema de Arquivo para a universidade. Em 1989 iniciam o trabalho tendo como ponto de partida a organização dos arquivos correntes dos respectivos setores da administração com a avaliação e elaboração da Tabela de Temporalidade. Dessa forma quando partissem para a implantação do arquivo permanente e procedessem ao recolhimento da documentação esta já chegaria dentro de critérios de organização. O projeto tem por objetivo criar uma rede de arquivos permanentes, ou seja, cada unidade com o seu e cada qual, ligado à unidade local. Enquanto que o CEDEM funcionaria como um centro de referência normativa, ao qual estariam subordinados tecnicamente os arquivos.

O acervo com o qual estão trabalhando é o administrativo sendo que a longo prazo o projeto visa incorporar acervos privados de professores. Estão procedendo o processamento técnico do acervo sendo que cada unidade é trabalhada separadamente por apresentar peculiaridades. Possui um projeto piloto em duas faculdades sendo que, em uma delas, o arquivo está em pleno funcionamento porém prestando serviços somente à comunidade interna. Se utilizam dos recursos da automação principalmente para a Tabela de Temporalidade e guias de recolhimento.

• **Universidade Federal Fluminense (UFF)**

Pertencendo ao Núcleo de Documentação, o Arquivo Central da Universidade Federal Fluminense (UFF) instituído em 1984, tem como objetivo prestar orientação técnica aos órgãos da administração da universidade na organização dos arquivos

correntes, promover a transferência e recolhimento dos documentos que já não são objeto de uso freqüente, independente de sua forma física, preservando o valor histórico, jurídico, patrimonial, acadêmico e administrativo.

Quando solicitado pelos órgãos da administração, o arquivo orienta quanto à organização dos arquivos correntes bem como a transferência ou recolhimento do acervo, ocasião em que efetuam uma avaliação da documentação com base na legislação do Conselho Federal de Educação, e da própria universidade. Estão estudando a elaboração de uma Tabela de Temporalidade.

Os documentos chegam ao arquivo sem nenhum critério de organização, ocorrendo aí, então, o processamento técnico do acervo, com o arranjo, estabelecimento dos fundos e elaboração dos instrumentos de recuperação. A pesquisa em pequena escala é efetuada por parte dos funcionários da administração, não atendendo contudo a pesquisas acadêmicas.

O foco central do arquivo da UFF é o arquivo institucional, ou seja, os documentos produzidos e recebidos pela instituição. Entretanto estão estudando a possibilidade do recebimento de acervo privados, que foram doados a algumas Escolas. Com relação à serviços de restauração de documentos, possuindo o Núcleo de Documentação um laboratório de restauração, caso haja necessidade os documentos são para lá encaminhados. No que diz respeito às tecnologias, não há nenhuma perspectiva de utilização da automação como também não há microfilmagem de documentos. Apoiam

a organização de eventos comemorativos, possuem bolsistas e estagiários do curso de graduação em Arquivologia. São chamados para dar consultoria à comunidade externa, como por exemplo, prefeituras de Niterói e Rio Bonito. Assim como ao próprio Departamento de Recursos Humanos da universidade para dar cursos internos de treinamento em arquivo.

• **Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**

Os arquivos institucionais da universidade não apresentam organização adequada gerando dificuldades de armazenamento e recuperação. A UFJF possui no entanto o Arquivo Histórico, constituído de fundos privados de interesse para a História do Brasil e em especial para a História regional e local e cujos objetivos são:

1. Contribuir para a pesquisa histórica através da organização, preservação e difusão de arquivos e coleções de documentos de interesse para a História do Brasil e especialmente para a História regional e local;
2. Pesquisar e difundir conhecimentos e técnicas na área de Arquivologia e domínios afins ou conexos
3. Prestar serviços à comunidade através de consultoria, assessoria e assistência técnica na organização, microfilmagem, informatização de arquivos e conservação e restauração de documentos gráficos;
4. Promover cursos sobre Arquivologia e domínios afins e conexos;
5. Promover intercâmbio com entidades afins ou similares.

Preocupados com a questão dos arquivos, o Arquivo Histórico juntamente com o Departamento de História promoveu o Curso de Especialização em Organização de Arquivos, em 1993.

• **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Na segunda metade da década de 80, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estabelece uma "Comissão para Estudo da Reorganização do Arquivo Geral da UFSC".

A iniciativa se deu por razões de dificuldades de recuperação de documentos, desorganização do fluxo documental, lentidão na disseminação da informação, proliferação de documentos e ante a facilidade de extravio de documentos face a desorganização dos acervos.

Procedeu-se a um diagnóstico da situação dos arquivos da universidade e o estabelecimento de ações a serem desenvolvidas no setor. O resultado foi a criação do "Sistema de Arquivo e Controle de Documentos para a UFSC", tendo por missão dotar a administração universitária dos meios adequados ao desempenho das atividades decorrentes de suas funções a partir da administração dos documentos.

Dentre os objetivos do Sistema de Arquivo (SIARq) encontram-se o de prover a universidade de informações e documentos necessários à análise e tomada de decisões técnico-administrativas de maneira mais eficiente e econômica;

racionalizar a produção documental, garantir o estabelecimento de diretrizes para procedimentos e implementação de política de avaliação de documentos, constituir e preservar o fundo documental da UFSC.

Compõe a estrutura do SIARq, o Arquivo Central e os Arquivos Setoriais que estão subordinados tecnicamente ao primeiro enquanto que administrativamente às unidades a que pertencem.

Compete ao Arquivo Central, entre outras atividades, a orientação, coordenação e supervisão das tarefas do arquivo corrente nas unidades setoriais, a racionalização da produção documental, treinamento dos recursos humanos, ordenação e preservação dos documentos permanentes recolhidos dos arquivos setoriais, elaboração dos instrumentos de pesquisa, atendimento ao usuário, estabelecimento de critérios de avaliação de documentos com elaboração de tabela de temporalidade, fixação de normas e critérios para a microfilmagem de documentos, elaboração de Manual de Serviço etc. Dentre as atividades, priorizou-se, inicialmente, a análise, seleção e descarte de documentos com a elaboração de Tabela de Temporalidade, bem como a orientação aos trabalhos executados nos arquivos setoriais.

• **Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 1988, instituiu uma equipe para elaborar o "Projeto de Implantação do

Sistema de Arquivos da UFSM" integrando o Plano Estratégico da UFSM 1987/1989.

Em 1990, o Projeto é aprovado estabelecendo-se uma política de arquivos para a instituição. Racionalização da produção documental com vistas a conter a proliferação de documentos, implementação de uma política de avaliação de documentos; preservação do acervo da instituição enquanto integrante dos fundos da Administração Federal e o fornecimento de informações para a gestão administrativa, constituem os objetivos do Sistema de Arquivos da UFSM.

A estrutura do Sistema de Arquivo é composta da Divisão de Arquivo Geral e as Seções de Protocolo, Arquivos Setoriais, Microfilmagem e Arquivo Permanente.

Subordinada à Reitoria, a Divisão de Arquivo Geral tem como objetivos atividades relativas ao protocolo, arquivos setoriais, microfilmagem, arquivo permanente, processamento e conservação do acervo, avaliação dos documentos com elaboração de Tabela de Temporalidade, racionalização da produção documental, capacitação do pessoal e intercâmbio com arquivos de outras instituições.

• **Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

Preocupada com seus arquivos e objetivando a organização e preservação do acervo documental da instituição, a Universidade

Federal de Rondônia criou uma Comissão para que essa meta fosse alcançada.

A Comissão procedeu o levantamento de dados com aplicação de questionário nos setores de maior fluxo na geração e transferência de documentos visando conhecer a realidade documental da instituição. A partir da análise dos dados, foi detectada a necessidade de capacitação do pessoal que desenvolvia as atividades de arquivamento. Estabeleceu-se um Projeto de Treinamento sobre Arquivo com parte teórica e prática.

Nessa etapa foi utilizada a amostragem para delimitar o universo de documentos a serem contemplados procedendo-se então a análise, seleção, limpeza, acondicionamento em caixas e o processamento técnico do acervo, elaborando-se um cadastro informativo e uma listagem com vistas a recuperação da informação.

A Comissão responsável pela organização do arquivo visando a padronização do registro e outras atividades de arquivo elabora uma série de formulários a serem utilizados, como por exemplo, tabela de temporalidade, remessa de documentos para eliminação, remessa de documentos ao arquivo permanente, termo de eliminação de documentos, guia fora e pedido de desarquivamento de documentos.

Pela sua importância a Tabela de Temporalidade foi priorizada tendo a Comissão, juntamente com as unidades

envolvidas, elaborado as da Reitoria, Gabinete, Pró-Reitoria Acadêmica, Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Planejamento. Para a implantação do arquivo a área inicialmente priorizada foi a acadêmica com a análise, seleção e planejamento da organização do acervo.

Após essa primeira etapa de levantamento, análise e seleção foi efetuado o processamento técnico do acervo com vistas sua recuperação. Estabeleceu-se um plano de classificação por assunto objetivando a padronização na autuação do processo e sua tramitação. Como resultado da análise desse acervo detectou-se que muitos documentos já estavam prescritos.

Constituiu-se através de Portaria da administração superior "Comissão com o objetivo de avaliar a temporalidade destes documentos" e "Comissão de Eliminação de Documentos", resultando do trabalho o primeiro Termo de Eliminação de Documentos.

Dentre as recomendações finais da "Comissão Encarregada de Organizar o Arquivo Desativado da UNIR" ressaltamos:

1. colocar em experiência a Pré-Tabela de Temporalidade;
2. reunir as pessoas responsáveis pelo arquivo nas diversas unidades para treiná-las com o objetivo de eliminar os documentos;
3. avaliar o desempenho de proposta do Manual de Rotinas Acadêmicas;
4. assinatura do Termo de Eliminação de Documentos;

5. manter dois servidores desenvolvendo atividades do arquivo;
6. seja priorizada a participação dos servidores da área de arquivo em treinamento e viagens técnicas com o objetivo de intercâmbio.

• **Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

Em 1990 é instituído grupo de trabalho na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) com o objetivo de diagnosticar a situação em que se encontravam os arquivos da universidade e a criação do Arquivo Central, fato que ocorre no final do ano, constituindo-se no órgão coordenador do Sistema de Arquivo da UNIRIO, vinculado à administração superior.

Dos objetivos do Arquivo Central constam a organização do acervo institucional para servir de apoio acadêmico-administrativo; servir de campo de estágio e laboratório de aula prática para os alunos do Curso de Arquivologia; implantação de um Centro de Memória da Universidade Brasileira; capacitação do pessoal para assessoria técnica na área de arquivos; prestação de serviço na área de preservação, conservação e restauração de documento etc.

O Sistema é composto do Arquivo Central e dos Arquivos Setoriais da Reitoria, Centro de Ciências Humanas (CCH); Centro de Letras e Arte (CLA); Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e Hospital Universitário Gaffré Guinle (HUGG). No entanto só foram

instalados os arquivos setoriais do OCH, CLA e CCBS, sendo que em funcionamento só este último.

Das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Central consta a organização de parte do acervo da Reitoria recolhida ao Arquivo. Tanto o Arquivo Central quanto o Setorial do CCBS servem de campo de estágio para alunos do Curso de Arquivologia e de laboratório para aulas práticas. O acervo é exclusivamente institucional, não possuindo acervos privados nem tampouco tem programa de gestão de documentos, assessoria os arquivos correntes e uma política de avaliação do acervo.

• **Universidade de São Paulo (USP)**

Os arquivos institucionais da USP se caracterizam pelo fato de cada órgão ou setor possuir seus arquivos correntes organizados segundo critérios do responsável pelo seu manuseio e guarda. Já o arquivo permanente não tem política definida, é escasso em documentos pois os mesmos se encontram espalhados pelos diversos setores.

Por outro lado possui em arquivo "privado" ou "por adoção" que é o arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) que reúne documentos vindos de fora não tendo sido criados ou acumulados pela instituição no exercício de suas funções. O IEB é um instituto de pesquisa na área de Ciências Humanas, sobretudo Artes, Letras e História.

É um arquivo cultural formado de fundos privados e coleções, como por exemplo a coleção Lamego formada pelo historiador do Rio de Janeiro, Alberto Lamego e comprada pela USP. É uma coleção que abrange documentos do século XVI até o começo do XX. Estes foram comprados, permutados ou doados. Possui também, os arquivos de alguns escritores importantes como Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, alguns doados e a maior parte comprados pela USP.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da trilogia Universidade-Arquivologia-Arquivo Universitário constata-se que esses três conceitos se acham bastante interligados e apresentam interface. A universidade é uma instituição que tem um grande papel na sociedade que é o de entregar a mesma profissionais da forma mais excelente possível. A Arquivologia é um ramo do conhecimento voltado para a informação que entre outros aspectos abrange todas as áreas da administração, assim, evidentemente tem uma inserção na universidade, contribuindo para que ela se organize melhor. O arquivo universitário é a união desses dois conceitos, ou seja, da instituição universitária que está na sociedade e da outra instituição que são os arquivos que trabalham pela melhoria da informação.

Enfim, Universidade-Arquivologia-Arquivo Universitário são complementares, interdependentes, não podendo existir universidade deixando-se de lado a questão dos arquivos. E assim contribuir para o desenvolvimento institucional, à nível regional e mesmo nacional.

O arquivo universitário tanto quanto a universidade tem objetivos, metas a serem cumpridas, e, desenvolvem uma série de atividades.

No que concerne à universidade podemos afirmar que ela objetiva a produção, acumulação e disseminação do conhecimento,

constituindo-se num laboratório de produção científica, tecnológica, artística e cultural. Sua fundamentação encontra-se nos princípios da universalidade de campo e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. À universidade cabe uma postura intervencionista no desenvolvimento e transformação da sociedade, para isso é preciso que ela esteja integrada à realidade social.

Sendo a universidade responsável pela descoberta, difusão e preservação do conhecimento, no cumprimento dessa tarefa ela pode se servir das técnicas da Arquivologia, instituindo o arquivo universitário que vai se constituir num caminho facilitador para que a mesma alcance seus fins.

É de fundamental importância o conhecimento profundo do contexto, ou seja, da universidade, antes da adoção de qualquer medida para o arquivo universitário e um correto entendimento das teorias arquivísticas que se constituem na viga mestra dos arquivos universitários.

O arquivo devidamente organizado pode prover a universidade de recursos informacionais necessários possibilitando "repensar" a instituição. A guarda de documentos estratégicos por parte do arquivo universitário é fundamental para a sobrevivência da instituição e por conseguinte para a preservação de sua identidade.

Poderíamos afirmar que o arquivo universitário constitui a memória coletiva da universidade. Destituída dessa memória, assim

como qualquer indivíduo, a instituição sofreria de amnésia ignorando as forças do passado que a transformaram no que ela é, incapaz de afirmar sua identidade como também particularidades atuais, partindo pois, com dificuldades na definição de um futuro promissor.

A organização e manutenção do arquivo universitário é uma tarefa árdua, que requer a adoção de medidas que visem a otimização dos serviços, muito empenho e dedicação. Porém todos os esforços serão recompensados se a universidade entender que a preservação e manutenção de seus arquivos se faz necessária para atender às demandas internas como também uma forma de contribuição para a sociedade em geral.

O bom desempenho do arquivo universitário depende da identificação e implantação de uma série de fatores. É fator primordial estabelecer sua missão, conceito e funções pois a base de sustentação de seu planejamento deverá estar calcada no reconhecimento e entendimento desses elementos. O apoio da administração universitária é fundamental para o arquivo, não só para seu estabelecimento e institucionalização como também para a continuidade das atividades.

Constitui fator de desenvolvimento para o arquivo universitário, além das atividades de natureza política, atividades de natureza técnica como o estabelecimento de um programa de gestão de documentos; cuidados quanto a conservação e preservação dos acervos; política de avaliação de documentos com

elaboração de tabela de temporalidade; política de aquisição de acervos; processamento do acervo no que diz respeito à classificação, arranjo, descrição, recuperação da informação, enfim, atividades que visem a organização e manutenção do arquivo.

Necessidade da capacitação e qualificação dos recursos humanos para o bom encaminhamento dos serviços, o importante papel do arquivista no processo de conscientização da comunidade universitária e a adequação das instalações físicas são aspectos que não podem ser negligenciados.

Finalmente, a qualidade de produtos e serviços que podem ser sentidos no apoio que o arquivo universitário pode fornecer à administração na tomada de decisões, na fixação de diretrizes do planejamento institucional; apoio ao ensino e pesquisa no planejamento pedagógico orientando na elaboração de currículos, programas de curso, na formação de discentes orientando na elaboração de trabalhos, atuando como laboratório prático de ensino e pesquisa, servindo de campo de estágio; contribuindo na produção do conhecimento científico, na formação de novos pesquisadores; apoiando a comunidade facilitando o acesso aos documentos, prestando assessoria técnica, e, no que tange a difusão cultural ele contribui com publicações, organizando exposições, palestras, cursos etc.

Enfim, estes seriam, entre tantos outros, os tipos de apoio, serviços e atividades onde o arquivo universitário pode colaborar.

No que concerne situação à nível internacional podemos observar que trabalhos veem se realizando há várias décadas. Com o crescimento em dimensão e importância dos mesmos culminou com o Conselho Internacional de Arquivos criando em 1992 uma Seção de Arquivos Universitários com a finalidade de trocar experiências entre os arquivistas que estão atuando com atividades similares e promover o desenvolvimento dessa categoria de arquivos.

No que diz respeito ao arquivo universitário no Brasil, essa preocupação é recente, concretizada em movimentos em prol de seu questionamento nos últimos três anos.

Com relação à realidade arquivística brasileira no âmbito das universidades pode-se observar que iniciativas estão sendo tomadas. Algumas instituições, como por exemplo a UNICAMP, já num estágio bastante desenvolvido merecendo destaque sua atuação e trabalho, outras com projetos em desenvolvimento, com alguns aspectos merecendo mais atenção e outros ainda por fazer. Mas tudo isso justificado no fato dessa preocupação ser ainda recente no âmbito da Arquivologia brasileira. A importância do arquivo universitário é evidente, restando-nos agora não esmorecer mas sim continuar neste caminho, disseminando a idéia e congregando um maior número de universidades nesse movimento de criação, organização e manutenção dos arquivos universitários. Os

benefícios advindos serão sentidos não só na comunidade interna da instituição como na sociedade de um modo geral, trazendo subsídios para um redimensionamento da política educacional brasileira. E a partir desses dados questionar, interferir e propor transformações caso sejam necessárias.

À guisa de contribuição poderíamos apresentar algumas sugestões como:

- a partir das experiências vivenciadas por aqueles que militam na área, fomentar a discussão entre os pares com vistas a se estabelecer uma metodologia de trabalho nos arquivos universitários;
- que seja incentivada junto à Associação dos Arquivistas Brasileiros a criação de um Comitê de Arquivos Universitários atuando como um local de discussão, suporte e apoio para aqueles que trabalham neste ramo especializado da Arquivologia;
- sendo a produção científica sobre arquivo universitário no Brasil muito pequena, que os arquivistas escrevam, com fins de divulgação, artigos relatando suas experiências no âmbito institucional bem como resultados de pesquisas efetuadas. Os temas a serem abordados poderiam ser os mais diversos, como por exemplo, os objetivos e funções dos arquivos universitários, processamento técnico da documentação, programa de aquisição de acervo, questões relativas à

conservação, segurança, pessoal, instalações, etapas do planejamento do arquivo, sistema de arranjo, critérios de avaliação, tabela de temporalidade, enfim, alguns pontos entre tantos outros que poderiam ser objeto de trabalho escrito. A disseminação dessas experiências e as discussões advindas contribuiriam para o aperfeiçoamento do pessoal envolvido nessas tarefas possibilitando a criação de um referencial teórico que serviria de base de sustentação propiciando a expansão do setor.

- que os arquivistas que atuam nos arquivos universitários participem junto às comissões e grupos de trabalho da universidade, atuando como suporte de informação e sensibilização para as questões que envolvam o acervo custodiado pela instituição.
- que fique estabelecido nas regras de criação de universidades o estabelecimento paralelo do arquivo institucional adequadamente organizado com vistas a atender à comunidade interna;
- que as universidades que mantêm cursos de Arquivologia (graduação e pós-graduação) estejam empenhadas na organização de seus arquivos para que eles sirvam de campo de estágio e laboratório prático de aulas para seus alunos;

- que as universidades se conscientizem da necessidade de manter seus arquivos organizados para que eles subsidiem a administração na consecução de seus objetivos;
- que as universidades a partir do estabelecimento do arquivos devidamente organizados possam se constituir num referencial importante atuando junto à comunidade externa. No caso do Brasil, com universidades espalhadas por todos os Estados da federação, elas podem se constituir num instrumento de disseminação e valorização dos arquivos;
- que os arquivos universitários se constituam num veículo de disseminação da idéia de que sem arquivo não se tem memória, sem memória não se tem identidade, sem identidade não se tem nacionalidade, e,
- que se estabeleça uma rede de arquivos universitários no Brasil.

Após todas as colocações apresentadas no trabalho está evidente a importância e necessidade de se organizar e manter em bom funcionamento o arquivo universitário ficando claro que isso constitui uma obrigação da comunidade universitária para com seu passado, o presente e o futuro da própria universidade.

Parafraseando o historiador americano Charles M. Andrews podemos afirmar que *quanto mais se compreender que a verdadeira história de uma universidade baseia-se não só em episódios e acontecimentos superficiais, mas nas características*

substanciais de sua organização constitucional, mais valorizados e preservados serão os arquivos universitários. Nenhuma universidade pode ser conhecedora de sua própria história antes que seus documentos oficiais uma vez reunidos, cuidados e tornados acessíveis, tenham sido objeto de estudos sistemáticos e antes que se determine a importância das informações neles contidos. Pode-se afirmar que o cuidado que uma universidade devota à preservação de seus documentos pode servir como uma verdadeira medida do estágio de desenvolvimento que atingiu.

Esperamos que as considerações aqui levantadas em torno dos arquivos universitários juntamente com o panorama da realidade brasileira contribuam para a conscientização da importância e necessidade dos arquivos universitários criando uma **mentalidade arquivística** por parte das universidades brasileiras.

Estamos conscientes de que o tema não foi esgotado. É importante que os arquivistas dêem continuidade ao assunto desenvolvendo outros estudos visando contribuir para o melhor desempenho dos arquivos universitários no Brasil.

Consideramos também fundamental e oportuno que arquivistas e outros profissionais de informação se engajem numa discussão em prol de um Sistema de Informação para universidade.

8 BIBLIOGRAFIA

1. ACLAND, Glenda. Diversity, dynamics and distance: university archives in an australian context. In: IVES, Alan (comp.). **Publication number one**. Austrália: Charles Sturt University, 1993. p. 7-11.
2. _____. The establishment of an archives: University of Queensland. **Archives and Manuscripts**, v.10, n.1, p. 28-35, 1982.
3. ANDERSON, Sonia P. Archives of universities and scientific institutes in the United Kingdom and United States. **Janus**, v.3, p. 22-24, 1984.
4. ARQUIVO NACIONAL. **Cadastro Nacional de Arquivos Federais**. Brasília: Presidência da República, 1990. v.1, 463 p.
5. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Correspondências com a Seção de Arquivos Universitários do Conselho Internacinal de Arquivos; 1993-1994**. Rio de Janeiro, 1994.
6. AULD, Joan. Archives and manuscripts dept, University Library Dundee, In: STANDING Conference of National and University Libraries. The role and resources of university repositories. Report and discussion document. Londres: Society of Archivists, 1989. p. 41-45.
7. BARRIT, Marjorie Rabe. Adopting and adapting records management to college and university archives. **The Midwestern Archivist**, v. 14, n.1, p. 5-12, 1989.
8. _____. The appraisal of personally identifiable student records. **The American Archivist**, Chicago, v.49, n.3, p. 263-275, 1986.
9. BAUTIER, Robert Henri. **La función de los archivos**. actes de la Table Ronde do Conselho Internacional de Arquivos. Paris: CIA, 1972. p. 1-16.
10. _____. Les archives. In: SAMARAN, Charles. **L'Histoire et ses méthodes**. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1961. p. 1120-1166.
11. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. 198p.
12. _____. **Entrevista**. São Paulo, 1993.

13. _____. Uma política de arquivos para a universidade brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1. Campinas, 04 a 06 de novembro de 1991. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992. p. 11-25.
14. _____. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. **Trans-in-formação**, Campinas, v.1, n.3, p. 15-28, 1989.
15. BERWANGER, Ana Regina et al. **Projeto de implantação do sistema de arquivos da UFSM**. Santa Maria: UFSM, 1992.
16. BIOTTI, Vittorio. Gli archivi della memoria: per una dimensione didattica del materiale documentario. **Rassegna degli Archivi de Stato**, Roma, p. 75-101, 1985.
17. BLAIS, Gabrielle, ENNS, David. Intensificando o "nobre sonho": programação pública nos arquivos canadenses. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 55-68, 1990.
18. BLENDON, Edith James. University archives: a reason for existence. **The American Archivist**, Chicago, v.38, n.2, p. 175-190, 1975.
19. BOCACCIO, Mary. **Tendência dos arquivos e coleções de manuscritos das instituições de ensino superior [s.n.t.]**. 13 p. Dat.
20. BOLES, Frank., YOUNG, Julia Marks. Exploring the black box: the appraisal of university administrative records. **The American Archivist**, Chicago, v.48, n.2, p. 121-140, 1985.
21. BOLETIN DE LA COMISION DE LOS ARCHIVOS UNIVERSITARIOS. Lima, n.1-12, oct. 1991/jul. 1994.
22. BOLETIM DO GRUPO DE ESTUDOS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS. Campinas, n.1, p. 1-2, 1992.
23. BOTTINO, Mariza. Seção de arquivos universitários. Tradução e Adaptação por Mariza Bottino, **Boletim Associação dos Arquivistas Brasileiros**: Rio de Janeiro, 3, n.3, p.4, 1994.
24. _____. O binômio universidade-arquivo universitário e o contexto brasileiro. REUNION DE ARCHIVOS UNIVERSITARIOS, 6. Lima, 19-20 de maio de 1994. **Trabalho apresentado**. Lima, 1994. 16p.

25. _____ . Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. ENCONTRO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2. Niterói, 3-8 de abril de 1994. **Trabalho apresentado**. Niterói, 1994. 14p.
26. BRASIL, Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de janeiro de 1991. Seção 1, pt. 1.
27. BRICHFORD, Maynard. Appraisal and processing. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 8-18.
28. BROWNE, Henry J. An appel for archives in institutions of higher learning. **The American Archivist**, Chicago, v.16, n.3, p. 213-226, 1953.
29. BURCKEL, Nicholas C., COOK, J. Frank. A profile of college and university archives in the United States. **The American Archivist**, Chicago, v. 45, n.4, p. 410-428, 1982.
30. BURCKEL, Nicholas C. The expanding role of a college or university archives. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 47-57.
31. CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: UNICAMP, 1991. 169p.
32. CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Entrevista. Campinas, 1993.
33. CHOUINARD, Denys, ROUSSEAU, Jean-Yves, ROY, Madeleine, L'informatisation d'un service d'archives. L'expérience de l'Université de Montreal. **Archives**, Québec, v.22, n.2, p. 41-58, 1990.
34. CIÊNCIA E CULTURA, São Paulo, v.37, n.7, p. 7-272, 1985.
35. COLLIN, Humbert. La mise en oeuvre du principe de respect des fonds. Réflexions sur l'état actuel. **Archives**, Québec, v.22, n.2, p. 3-14, 1990.
36. COLLINS, Pierre. Le secteur des archives régionales de l'Université du Québec à Rimouski. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. **Actes...** Québec: Université Laval, 1991. p. 45-48.

37. CONDE, Maria Luiza. *Entrevista*. Rio de Janeiro, 1993.
38. COOK, J, Frank. Academic archivist and the SAA, 1938-1979: from Arcana Siwash to the C&U PA 6. *The American Archivist*, Chicago, v.51, n.4, p. 428-439, 1988.
39. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1, Rio de Janeiro, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. 726p.
40. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 9. *Resumo dos trabalhos*. Santa Maria, 1992.
41. CONTINOLO, Giuseppe. *Comment organiser le classement et les archives*. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1970. 241p.
42. DELGADO AGUILAR, William. La evolución de los servicios de archivo. *Boletín de la Comisión de los Archivos Universitarios*, Lima, n.3, p. 1-2, abr. 1993.
43. DESPY-MEYER, André. Les archives de l'Université Libre de Bruxelles. In: IVEZ, Alan (comp.). *Publication number one*. Austrália: Charles Sturt University, 1993. p. 16-18.
44. DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. São Paulo: CENADEM, 1990. 163p.
45. DÍNEL, Guy. Les archives universitaires. Une composante fondamentale du système archivistique québécois. *Archives*, Québec, v.24, n.1-2, p.175-199, 1992.
46. DOYLE, Murielle. Le respect des fonds et la vie des documents. *Archives*, Québec, v.22, n.3, p. 63-65, 1991.
47. DUCHEIN, Michel. *Les obstacles à l'accès, à l'utilisation et au transfert de l'information contenue dans les archives: une étude RAMP*. Paris: UNESCO, 1983. 48p.
48. DURHAM, Eunice R. A reforma da universidade. *Educação Brasileira*, Brasília, v.1, n.1, p. 81-104, 1978.
49. EDUCAÇÃO BRASILEIRA, Brasília, v.10, n.21, p. 1-358, 1988.
50. ESPOSEL, José Pedro. *Entrevista*. Niterói, 1993.
51. FAGUNDES, José. A função social da universidade medida pela extensão. *Educação Brasileira*, Brasília, v.1, n.1, p. 103-111, 1978.

52. FAVERO, Maria de Lourdes A. Da universidade "modernizada" à universidade "disciplinada": Acton e Meira Mattos. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n.30, p. 87-133, 1988.
53. FAVIER, Jean. **Les archives**. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1975. 125p.
54. FIGUEIREDO, Guilherme. Entrevista. Rio de Janeiro, 1993.
55. FINGER, Almeri Paulo et al. **UNIVERSIDADE: organização, planejamento, gestão**. Florianópolis: UFSC, 1988. 88p.
56. GEORGEN, Pedro L. A universidade, sua estrutura e função. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v.1, n.2, p. 47-59, 1979.
57. GLEZER, Raquel. Arquivos universitários: para quê? **Trans-in-formação**, Campinas, v.1, n.3, p.29-34, 1989.
58. GOYER, Gerard. Les particularités de la gestion des archives à l'Université Laval. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. **Actes...** Québec: Université Laval, 1991. p. 25-35.
59. GREENE, Mark A. Using college and university archives as instructional materials: a case study and an exortation. **The Midwestern Archivist**, v. 14, n.1, p. 31-38, 1989.
60. GUIVEN FLORES, César. Archivos universitarios de Puerto Rico. REUNION DE ARCHIVOS UNIVERSITARIOS, 6. Lima, 19-20 de maio de 1994. **Trabalho apresentado**. Lima, 1994. 29p.
61. GUTIÉRREZ MUÑOZ, César. El archivista en el ámbito universitario. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LOS ARCHIVOS, 12. Montreal, 6-11 de setembro de 1992. **Trabalho apresentado**. Montreal, 1992. 17p.
62. _____. **El archivo universitario**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1994. 51p.
63. _____. Algo se mueve en el Perú. **Arquivo Rio Claro; Rio Claro**, SP, v.10/12, n.1/3, p.5-9, 1991/93.
64. _____. Una experiencia archivística universitaria en Lima. **Anuario Interamericano de Archivos**, Córdoba, v.11, p.153-162, 1984.

65. HOUT, Christiane. Les relations entre les services d'archives universitaires et les programmes d'enseignement et de recherche: le cas de l'Université du Québec à Montréal. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. Actes... Québec: Université Laval, 1991. p. 77-82.
66. INOJOSA, Rose Marie. A memória atuante: instrumento de ação social. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 5-9, 1981.
67. IVES, Alan. **Proposed section of university and college archives**: Working paper. Austrália: International Council on Archives, 1992. 34p.
68. IVES, Alan (comp.). **Publication number one**. Austrália: Charles Sturt University, 1993. 106p.
69. JAMESON, S.H. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV, 1984. 318p.
70. JOHNSTON, Dorothy. Dept of manuscripts, University of Nottingham Library. In: **STANDING Conference of National and University Libraries. The role and resources of university repositories**. Report and discussion document. Londres: Society of Archivists, 1989. p. 47-54.
71. KETELAAR, Eric. **Legislación y reglamentos en materia de archivos y gestión de documentos: estudio RAMP con principios rectoras**. Paris: UNESCO, 1985. 90p.
72. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988. 205 p.
73. LAMBERT, James. Une politique d'acquisition des archives privées à l'Université Laval. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. Actes... Québec: Université Laval, 1991. p. 57-64.
74. _____. Vers une politique de la référence à la Division des Archives de l'Université Laval. Justification et projet de politique. *Archives*, Québec, v.21, n.3, p. 15-35, 1990.
75. LES ARCHIVES CANADIENNES EN 1992. p. 43-47. (Sous la direction de Marcel Caya, Conseil Canadien des Archives)
76. MAHER, William J. **The management of college and university archives**. Metuchem, New Jersey and London, 1992. 430p.

77. _____. The current state of academic archives: a procustean bed for archival principles? *The American Archivist*, Chicago, v.52. n.3, p. 342-349, 1989.
78. MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1. *Atas...* Campinas: UNICAMP, 1992. P. 27-48.
79. MAUREL, Dominique. Université de Montréal: interrelations entre le service des archives et les programmes d'enseignements et de recherche en archivistique de l'École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information. In: COLLOQUE LES ARCHIVES ET L'ARCHIVISTIQUE EN MILIEU UNIVERSITAIRE, 1991, Québec. *Actes...* Québec: Université Laval, 1991. p. 65-76.
80. MASON, Philip P. College and university archives: 1962. *The American Archivist*, Chicago, v.26, n.2, p. 161-165, 1963.
81. McLAREN, Collin. Records repositories in British Universities. *The American Archivist*, Chicago, v.38, n.2, p. 181-190, 1975.
82. MINOGUE, Kenneth R. O conceito de universidade. A origem das universidades, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. Cap. 1, p. 15-27.
83. MOREL, R.L. de M. *Ciência e Estado*. A política científica no Brasil, São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. Cap. 2, p. 23-71.
84. MORELLE, Laurent. Qu'est-ce que les archives? Un débat insolite au sein des facultés parisiennes en 1878. *La Gazette des Archives*, Paris, n. 134-135, p. 195-203, 1986.
85. MAHUET, Robert. Les structures universitaires et les fonds d'archives: les visions maximaliste et minimaliste. *Archives*, Québec, v.22, .3, p. 67-72, 1991.
86. POSNER, Ernest. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. In: JAMESON, S.H. *Administração de arquivos e documentação*. Rio de Janeiro: FGV, 1964. p. 59-72.
87. _____. The college and university archives in the United States. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, *College and university archives: selected readings*. Chicago, 1979. p. 80-89.

88. POTTIS, David B. College Archives as Windows on American Society. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 89-96.
89. REUNIÃO DO GRUPO DE ESTUDOS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1. Ata. Campinas, 6 de nov. 1991. 3p.
90. REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 1-169, 1986.
91. RHOADS, James B. Le rôle de l'administration des archives et de la gestion des documents courants dans les systèmes nationaux d'information: une étude RAMP. Paris: UNESCO, 1991. 44p.
92. RODRÍGUEZ, Celso. La administración del documento. Boletín de la Comisión de los Archivos Universitarios, Lima, n.4, p. 1-2, jul. 1992.
93. ROMÊO, José Raimundo Martins. Entrevista. Niterói, 1993.
94. ROMERO, Joaquim J. B. Concepções de Universidade. In: UNIVERSIDADE: Organização, Planejamento e Gestão: Florianópolis: UFSC, 1989. p. 11-32.
95. SAFFADY, Willian. A university archives and records management program: some operational guidelines. In: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **College and university archives: selected readings**. Chicago, 1979. p. 97-103.
96. SAMUELS, Helen Willa. **Varsity letters: documenting modern colleges and universities**. Metuchen, New Jersey and London, 1992. 281p.
97. SANDERS, Robert L. Accessioning college and university publications: a case study. *The American Archivist*, Chicago, v.49, n.2, p. 180-183, 1986.
98. SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. 345p.
99. _____. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: FGV, 1980. 396p.
100. _____. **Manual de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. 177p.

101. SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1, 1991, Campinas, *Atas...* Campinas: UNICAMP, 1992. 284p.
102. SHERVINGTON, Christine. Automating records management. *Archives and Manuscripts*, Australia, v.14, n.2, p. 129-143, 1986.
103. SHIPTON, Clifford K. College archives and academic research. *The American Archivist*, Chicago, v.27, n.3, p. 395-400, 1964.
104. SOBRINHO PORTO, Vicente. Arquivos na velha Roma. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 23-27, 1979.
105. TARAPANOFF, Kira. A biblioteca universitária vista como uma organização social. In: **ESTUDOS avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Brasília: ABDF, 1982. v.1, p. 73-92.
106. TAYLOR, R. A. **Les services d'archives et la notion d'utilisateur: une étude RAMP**. Paris: UNESCO, 1984. 69p.

ANEXOS

ANEXO 2

1. Marjorie Barrit - University of Michigan at An Arbor (Michigan, Estados Unidos)
2. Alan Ives - Charles Sturt University (Australia)
3. Mahame Abdouramane - Université de Niamey (Nigeria)
4. André Despy-Meyer - Université Libre de Bruxelles (Bruxelas, Bélgica)
5. Guy Binel - Université Laval (Québec, Canadá)
6. Cristina Johnson - Royal Institute of Technology (Estocolmo, Suecia)
7. Patricia Methven - King's College (Londres, Inglaterra)
8. Shelley Sweeney - University of Regina (Saskatchewan, Canadá)
9. Esperanza de Varona - University of Miami (Florida, Estados Unidos)
10. Michel Cook - University of Liverpool (Liverpool, Inglaterra)